

COLÉGIO SÃO LUÍS

**ENSINO MÉDIO
CURSO DE METODOLOGIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

GIULIA BORELLA PASCHOALIN

**READINESS 2030:
A reorganização da OTAN e a nova estratégia de segurança europeia**

**São Paulo
2025**

GIULIA BORELLA PASCHOALIN

**READINESS 2030:
A reorganização da OTAN e a nova estratégia de segurança europeia**

Artigo apresentado como requisito de aprovação em “Estudos e Pesquisas
Supervisionados”, na 2ª série do EM do Colégio São Luís

Orientador: Prof. Dr. Thiago Souza Vale

São Paulo
2025

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, que me ensinou a questionar, refletir e nunca ter medo de dizer o
que eu penso.
Se hoje eu escrevo esse estudo, é porque você me ensinou que dizer “tanto faz” não
é se expressar*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo ao meu professor orientador, Thiago Souza Vale, que foi fundamental durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Além do apoio acadêmico e das orientações sempre precisas, agradeço por ter tornado o processo mais leve e por estar sempre disposto a ajudar, mesmo nos momentos de incerteza e nervosismo. Sua paciência, dedicação e bom humor fizeram toda a diferença para que cada etapa fosse mais tranquila e produtiva.

Também quero agradecer à minha avó, que, desde que soube do tema deste trabalho, mergulhou comigo nesse universo. Ela pesquisou, leu notícias, acompanhou meus resultados e fez questão de discutir comigo cada descoberta. Você é minha maior inspiração, e guardarei com carinho todos os recortes de jornais que chegaram em casa sobre o assunto.

Ao Tio Marco, que mesmo distante esteve sempre presente, ajudando de forma precisa no desenvolvimento de cada capítulo. A você, à tia Fe e à Isabela, deixo o meu carinho, vocês são minhas maiores saudades.

Aos meus pais, obrigada por serem meu porto seguro, por todo o apoio, paciência e amor. Obrigada por ouvirem, inúmeras vezes, este trabalho sendo lido em voz alta e ainda reagirem com o mesmo entusiasmo. Não sei o que seria de mim sem vocês.

Em especial à minha mãe quero expressar minha profunda gratidão pelo seu olhar atento e pelos feedbacks sempre precisos e construtivos, que me fizeram enxergar detalhes que sozinha eu não perceberia. Sua sinceridade, paciência e dedicação me inspiram diariamente a buscar o melhor de mim mesma, não apenas neste trabalho, mas em tudo o que faço. Amo você imensamente e guardo com carinho cada ensinamento, cada comentário e cada momento em que me apoiou, mesmo nos momentos mais difíceis. Você é minha referência, minha força e minha inspiração constante.

À professora de Estudos e Pesquisas Supervisionadas, Silvana Martinho, pelo acolhimento e pela ajuda essencial em diversos momentos. Seu apoio foi indispensável para que este trabalho se concretizasse.

Ao meu namorado, Luiz Felipe Cauduro, por todo o suporte acadêmico e emocional, pela paciência e por acreditar em mim em cada fase desse processo.

Ao Gabriel Ferrari, meu parceiro de orientador, obrigada pelas tardes de segunda-feira mais cheias de risadas do que de produtividade, e pelas madrugadas em que dividimos o desespero e o apoio mútuo. Essa jornada teria sido muito mais difícil sem você.

Ao professor de Filosofia, Graziano Costa, que, mesmo não sendo meu orientador, contribuiu para o desenvolvimento das ideias de Immanuel Kant e ajudou a deixar o texto mais coerente e consistente.

E à minha amiga Beatriz Malta, que aceitou debater comigo sobre o tema na 19ª Simulação Interna das Nações Unidas do Colégio São Luís. Debater ao seu lado foi uma experiência especial e inesquecível.

*“Quem domina o medo, domina o poder,
quem teme o outro, (ou deseja ser temido)
fabrica armas”*

Mia Couto – Conferência de Estoril 2011

RESUMO

O presente estudo aborda o novo programa de rearmamento europeu, *Readiness 2030*, e seus impactos na reorganização da OTAN e na formulação da nova estratégia de segurança da Europa. O objetivo da pesquisa foi analisar as implicações geopolíticas dessa reorganização para o cenário global atual. O presente trabalho é de caráter metodológico qualitativo e ativo. Entre os principais procedimentos metodológicos destaca-se o levantamento bibliográfico, a revisão sistemática de literatura e o estudo de caso focado no conflito entre Rússia e Ucrânia. Para o embasamento teórico, foram utilizados documentos oficiais do Parlamento Europeu, como o *White Paper for European Defense – Readiness 2030*, e a entrevista com o Professor Dr. Pedro Donizete da Costa Júnior. O trabalho está dividido em cinco capítulos que tratam da dinâmica do poder internacional, teorias da paz, raízes do conflito na Ucrânia, a reconfiguração da defesa europeia o *programa Readiness 2030* e as projeções futuras para o continente europeu. As considerações finais revelam que o *Readiness 2030* vai além de uma resposta direta ao conflito entre Rússia e Ucrânia, configurando-se como uma estratégia da Europa para reassumir seu protagonismo global por meio da dissuasão armada.

Palavras-chave: *Readiness 2030*; OTAN; Geopolítica; Estratégia

ABSTRACT

The present study addresses the new European rearmament program, *Readiness 2030*, and its impacts on the reorganization of NATO and the formulation of Europe's new security strategy. The objective of this research was to analyze the geopolitical implications of this reorganization for the current global scenario. This assignment adopts a qualitative and active methodological approach. Among the main methodological procedures are the bibliographic survey, the systematic literature review, and the case study focused on the conflict between Russia and Ukraine. For the theoretical framework, official documents from the European Parliament were used, such as the *White Paper for European Defense – Readiness 2030*, as well as an interview with Professor Dr. Pedro Donizete da Costa Júnior. The work is divided into five chapters addressing the dynamics of international power, theories of peace, the roots of the conflict in Ukraine, the reconfiguration of European defense, the *Readiness 2030* program, and future projections for the European continent. The final considerations reveal that *Readiness 2030* goes beyond a direct response to the Russia–Ukraine conflict, establishing itself as Europe's strategy to reclaim its global leadership through armed deterrence.

Keywords: *Readiness 2030; NATO; Geopolitics; Strategy*

RESUMEN

El presente estudio aborda el nuevo programa de rearme europeo, *Readiness 2030*, y sus impactos en la reorganización de la OTAN y en la formulación de la nueva estrategia de seguridad de Europa. El objetivo de la investigación fue analizar las implicaciones geopolíticas de dicha reorganización en el escenario global actual. Este trabajo adopta un enfoque metodológico cualitativo y activo. Entre los principales procedimientos metodológicos se destacan el levantamiento bibliográfico, la revisión sistemática de la literatura y el estudio de caso centrado en el conflicto entre Rusia y Ucrania. Para la fundamentación teórica, se utilizaron documentos oficiales del Parlamento Europeo, como el *White Paper for European Defense – Readiness 2030*, así como una entrevista con el Profesor Dr. Pedro Donizete da Costa Júnior. El trabajo está dividido en cinco capítulos que tratan sobre la dinámica del poder internacional, las teorías de la paz, las raíces del conflicto en Ucrania, la reconfiguración de la defensa europea, el programa *Readiness 2030* y las proyecciones futuras para el continente europeo. Las consideraciones finales revelan que *Readiness 2030* va más allá de una respuesta directa al conflicto entre Rusia y Ucrania, configurándose como una estrategia de Europa para retomar su protagonismo global mediante la disuasión armada.

Palabras clave: *Readiness 2030; OTAN; Geopolítica; Estrategia*

Lista de abreviaturas e siglas

OTAN – Tratado do Atlântico Norte

UE – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

URSS – União Soviética

BRICS – Brasil, Rússia, China e África do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Países membros da União Europeia em 2025.....	23
Figura 2 – Mapa com os países membros da OTAN (azul) e com os países do Pacto de Varsóvia (vermelho) durante a Guerra Fria.....	24
Figura 3 – Trama conceitual.....	29
Figura 4 – Mapa com os países membros da OTAN desde 1949 até 2025.....	34
Figura 5 – Nuvem de palavras ilustrando as mais recorrentes encontradas na revisão sistemática de literatura.....	41
Figura 6 – Mapa da Europa dos países que receberam ajuda do Plano Marshall e sua relação econômica.....	51
Figura 7 – Cronologia com os principais eventos da Guerra Fria.....	53
Figura 8 – Expansão da OTAN após o fim da Guerra Fria.....	62
Figura 9 – Resultado do primeiro turno das eleições na Ucrânia (2004)	73
Figura 10 – Resultado do segundo turno das eleições ucranianas em comparação com os resultados do primeiro turno em porcentagem (2004)	75
Figura 11 - Protestos da Revolução Laranja na Ucrânia (2004)	76
Figura 12 – Resultado do re-segundo turno realizado na ucrânia após pressões internas e externas sobre os possíveis resultados fraudulentos.....	77
Figura 13 – mapa com os gasodutos instalados em território ucraniano.....	78
Figura 14 – Protestos do Euromaidan (2014)	81
Figura 15 – Disposição militar russa e áreas separatistas na Ucrânia durante o Euromaidan (2014)	82

Figura 16 – mapa dos ataques russos realizados a ucrânia em 2022.....	89
Figura 17 – zonas de controle russo (2014-2022)	94
Figura 18 – Despesas militares mundiais com proporção do PIB, 2018.....	106
Figura 19 – Países que não destinavam nem 2% do PIB em defesa militar em 2024.....	107
Figura 20 – Deslocamentos forçados devido a guerra da Ucrânia.....	110
Figura 21 – Evolução trimestral do apoio a Ucrânia em comparação com os EUA (2022-2025)	111
Figura 22 – Comparativo de alocações e compromissos de ajuda à Ucrânia: Europa e Estados Unidos (jan. 2022- jun 2025)	112
Figura 23 – Visão noturna por satélite da Península Ibérica.....	119
Figura 24 – Nuvem de palavras ilustrando as categorias mais recorrentes com base na entrevista com o Prof. Dr. Pedro.....	156
Figura 25 – Nuvem de palavras ilustrando as mais recorrentes encontradas na revisão sistemática de literatura.....	162
Figura 26 – Nuvem de palavras ilustrando as categorias mais recorrentes com base na entrevista com o Prof. Dr. Pedro Costa Junior.....	163
Figura 27 – Nuvem de palavras ilustrando as categorias mais recorrentes com base na entrevista com o Prof. Dr. Pedro Costa Junior.....	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas do percurso metodológico.....	38
Quadro 2 – Levantamento bibliográfico.....	39
Quadro 3 – Resultados da pesquisa exploratória I em banco de dados nacionais pertinentes à revisão sistemática de literatura.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A PESQUISA	27
1.1 OBJETO	28
1.2 PROBLEMA.....	32
1.3 OBJETIVOS.....	36
1.4 HIPÓTESES	37
1.5 METODOLOGIA	37
1.5.1 Levantamento Bibliográfico	39
1.5.2 Revisão sistemática de literatura.....	39
1.5.3 Estudo de Caso.....	43
2. DINÂMICA DE PODER, SEGURANÇA E PAZ NAS REALÇÕES INTERNACIONAIS	46
2.1 O SISTEMA INTERNACIONAL DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA.....	46
2.1.1 A dinâmica do poder internacional pós Guerra Fria.....	56
2.1.2 Multipolaridade e as disputas por hegemonias	58
2.2 AS TEORIAS DA PAZ DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	64
2.2.1 A Teoria da Paz Democrática – Immanuel Kant	65
2.2.2 Limites da teoria da paz perpétua em cenários assimétricos	68
3. GUERRA NA UCRÂNIA E A RECONFIGURAÇÃO DA DEFESA EUROPÉIA ...	70
3.1 RAIZES POLÍTICAS DO CONFLITO: DA REVOLUÇÃO LARANJA AO EUROMAIDAN	71
3.1.1 Revolução Laranja	72
3.1.2 Euromaidan.....	79
3.2 A ECLOSÃO DA GUERRA E O COLAPSO DAS GARANTIAS DE SEGURANÇA PRÉ-EXISTENTES	84
3.3 A POLÍTICA EXTERNA DAS POTÊNCIAS CENTRAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SEGURANÇA EUROPEIA	92
3.3.1 estratégias russas, americanas e ucranianas no contexto do conflito	93
3.4 O PAPEL AMBÍGUO DA UNIÃO EUROPEIA.....	108
3.4.1 Diplomacia, mediação e defesa dos valores democráticos.....	115
3.4.2 Contradições internas: dependência energética, interesses estratégicos e pressões externas	117
4. READINESS 2030	121

4.1 O PROGRAMA <i>READINESS 2030</i>: ORIGENS, OBJETIVOS E IMPLICAÇÕES	121
5. PERSPECTIVAS FUTURAS DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL NO CONTINENTE EUROPEU	130
5.1 O POSSÍVEL ENFRAQUECIMENTO DA OTAN	131
5.1.1 Desconfianças internas e divergências de prioridades entre os membros	132
5.1.2 O <i>Readiness 2030</i> como resposta ou como ruptura?	135
5.2 CENÁRIOS GEOPOLÍTICOS FUTUROS E A REORGANIZAÇÃO DE ALIANÇAS INTERNACIONAIS	137
5.2.1 Possibilidades de reconfiguração da OTAN	138
5.2.2 Riscos de novos conflitos armados no continente europeu	141
5.2.3 Impactos do rearmamento sobre regiões periféricas e zonas de influência	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
APÊNDICE	180
ANEXO	192

1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Giulia Borella Paschoalin, tenho quinze anos e estou no segundo ano do ensino médio. Nasci em São Paulo, mas morei em Fortaleza, onde meus pais viviam. Depois fui para Brasília e por fim, ainda bem pequena, voltei para São Paulo. Meus pais nasceram em São Paulo, minha mãe na Capital e meu pai em Guarulhos. Meu interesse pela geopolítica começou a surgir no 5º ano do ensino fundamental onde debati pela primeira vez sobre as queimadas na Amazônia. Desde então, meu interesse na área vem aumentando especialmente sobre os conflitos geopolíticos globais.

A partir disso comecei a pesquisar sobre os possíveis temas relacionados a essa área que poderiam ser aprofundados no meu trabalho de conclusão de curso. Inicialmente queria fazer algo que relacionasse geopolítica com saúde, pois desejo seguir a carreira de medicina. No entanto, após algumas tentativas, percebi que esse era um tema muito amplo, e os refinamentos possíveis não estavam indo para o caminho que eu desejava. Surgiu então a ideia de analisar o motivo pelo qual a guerra entre Rússia e Ucrânia estava fazendo a Europa se rearmar, e as consequências disso para a segurança global e para a estabilidade da paz.

Para o embasamento teórico do presente estudo, o artigo citará autores como Guilherme A. Silva e Willians Gonçalves que publicaram a 2ª edição do dicionário de Relações Internacionais pela editora Manole.

O dicionário de relações internacionais é fundamental no trabalho pois irá ajudar na compreensão de conceitos da geografia política citados no decorrer do estudo. Além dele, terão grande importância para o desenvolvimento da pesquisa autores como Maria Socorro Algia Vaz Leandro que publicou em 2017 um artigo em uma revista científica explicando a organização da União Europeia; Roberta Dohani Pereira e Dimas Melo Alencar que produziram um estudo focado na criação da OTAN e a sua permanência no período pós-guerra fria e o estudo de Ana Laura da Silva Heck, Domingos de Almeida *et al* que foca na atuação da OTAN nas guerras do século XXI, especificamente a crise entre Rússia e Ucrânia em 2014.

O presente estudo, está demarcado na área de Ciências Humanas, na disciplina de Geografia e em subáreas como Geopolítica e Geoeconomia, e visa tratar

o tema “O programa *Readiness 2030* da Europa e suas implicações para o atual cenário geopolítico global.”

A geopolítica é um subcampo de pesquisa da Geografia Política que visa compreender como a geografia se conecta com a política em um determinado território, tanto em escala global como nacional. Além disso, essa área aborda questões como disputas territoriais, divergências relacionadas ao uso da terra com impacto internacional e a administração de bens compartilhados, como mares, geleiras e, possivelmente, o espaço cósmico (Silva; Gonçalves, 2010).

“Geopolítica é o estudo da influência exercida por fatores geográficos sobre o comportamento e a capacidade dos Estados no âmbito internacional, sobre sua política externa e sobre as relações mútuas de poder. Fatores como localização geográfica, tamanho, clima, recursos naturais, população e características topográficas são tidos como determinantes ou altamente influentes para a análise e a previsão das potencialidades de desenvolvimento político-militar, econômico e tecnológico de um Estado, de sua posição internacional relativa e da própria natureza de sua política externa no que tange à obtenção e à proteção dos interesses nacionais.” (Silva; Gonçalves, 2010 p.82).

No entanto, para compreender a real motivação do programa de rearmamento europeu, se torna necessário, a análise do principal conflito que assola o território europeu, a Guerra entre Rússia e Ucrânia.

Portanto, considerando que o presente trabalho irá abordar conflitos multifacetados e questões de política externa e interna dos países envolvidos tanto de forma direta quanto de forma indireta, é essencial a compreensão de conceitos utilizados no estudo de Relações Internacionais. O início do estudo das Relações Internacionais como disciplina se deu por conta das guerras, sobretudo as mundiais, que motivaram os interesses de investigar sistematicamente a origem dos conflitos internacionais e nacionais. O conceito de guerra é amplo e sua definição abrange dois aspectos: “capturar a natureza mais genérica do conceito de guerra e permitir adição de qualitativos próprios, definidores de seus vários tipos empiricamente observáveis” (Silva; Gonçalves, 2010).

Guerra por si só pode ser entendida pela prática sistemática de violência, seja física ou psicológica, realizada de maneira variável em termos de organização por grupos em oposição. Ela é impulsionada pela busca ou defesa de interesses considerados essenciais, os quais não foram alcançados por vias pacíficas. Dentre

esses interesses, destacam-se os de ordem política, territorial, econômica, jurídica, ideológica, psicológica e social (Silva; Gonçalves, 2010).

Em relação ao conflito ucraniano, é importante ressaltar que esse território passa por instabilidades políticas e territoriais desde 1918 quando os bolcheviques decretaram a República Socialista e Popular da Ucrânia. No entanto, a atual guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciou-se em 2014 sobretudo por motivações territoriais e ideológicas. A disputa política no território ucraniano é multifacetada e complexa. As intervenções e aproximações econômicas da União Europeia durante a década de 90, foram o estopim para a guerra de 2014.

Em consequência desse conflito, os Estados Unidos adotaram sanções direcionadas à Federação Russa como forma de resposta à anexação da Crimeia e ao apoio dado por Moscou aos grupos separatistas do leste ucraniano. Tais medidas incluíram sanções econômicas, financeiras e diplomáticas, com o objetivo de enfraquecer setores estratégicos da economia russa, como o energético e o bancário (Nogueira, 2022).

Torna-se importante entender o caráter dessas decisões dos Estados Unidos. Ações unilaterais ou o unilateralismo é a prática de tomada de decisões por um único agente, sem a necessidade de consulta ou cooperação com os outros. No contexto das Relações Internacionais, ocorre quando um estado age isoladamente para atingir os seus objetivos, sem buscar um consenso ou apoio externo. Essa abordagem garante autonomia e rapidez na implementação de políticas, mas comumente gera tensões diplomáticas e isolamentos. O unilateralismo se manifesta em diversas áreas, como economia, política, segurança, podendo refletir desde a manipulação da moeda até intervenções militares ou decisões estratégicas sem acordos multilaterais (Mendonça; 2013).

Observa-se no caráter das decisões americanas, uma clara insuficiência de iniciativas multilaterais eficazes para mediar o conflito desencadeado em 2014 entre Rússia e Ucrânia. Multilateralismo refere-se às interações contínuas e duradouras de três ou mais atores no cenário internacional com o propósito de fomentar a cooperação em áreas específicas. Essas relações são baseadas no compartilhamento de princípios comuns de conduta como reciprocidade ampla, visibilidade e não discriminação. Na prática, uma relação é considerada multilateral quando há mais de

dois agentes com poder similar ou equalitário em posição de tomar decisões importantes (Silva; Gonçalves, 2010).

A importância do multilateralismo em conflitos como o da Ucrânia reside na possibilidade de promover o diálogo e a cooperação entre diversos países e organizações internacionais, evitando que as decisões tomadas unilateralmente agravem ainda mais a crise. A atuação conjunta permite buscar soluções mais justas e equilibradas, baseadas em consenso, o que contribui para a estabilidade regional e mundial. Além disso, o multilateralismo fortalece mecanismos de mediação e fiscalização, garantindo que os interesses de todas as partes envolvidas sejam considerados, reduzindo assim os riscos de escalada do conflito e promovendo uma paz mais duradoura.

Sob essa perspectiva, em um contexto posterior a Segunda Guerra Mundial, surge em 1945 a Organização das Nações Unidas com o objetivo principal de assegurar a paz no globo e a segurança internacional, além de fomentar a cooperação internacional para resolver problemas globais de qualquer natureza. Dessa forma, a ONU surge como um fórum central para o multilateralismo, facilitando o diálogo e a cooperação entre seus Estados-Membros. Por meio de suas agências especializadas e programas, a organização aborda os desafios globais dos mais complexos, ao tentar promover soluções coletivas e sustentáveis (Carta das Nações Unidas, 1945).

No entanto, ao analisarmos o atual cenário geopolítico, é possível se observar uma intensificação de estratégias unilaterais e bilaterais adotadas por diversos estados na defesa de seus interesses, muitas vezes, à margem das normas coletivas. Ainda que o multilateralismo permaneça como um ideal que promova a cooperação baseada em sensos e regras comuns, ela tem sido desafiada pela predominância de ações soberanas e pela priorização de agendas nacionais. Essa tensão revela uma dinâmica em que a prática internacional se distância do modelo cooperativo, comprometendo a eficácia de respostas conjuntas. Nesse cenário, a limitada atuação da ONU evidencia uma fragilidade das instituições multilaterais, que enfrentam uma crise de legitimidade e eficácia frente a crescente centralidade dos interesses nacionais (Júnior, 2023).

Dessa forma, principalmente no que se refere ao conflito que assola o território ucraniano, os fóruns multilaterais e da ONU não tem apresentado soluções concretas,

o que comprova tal fragilização do sistema diante da falta de intervenção em conflitos internacionais. Apesar do papel de mediação exercido pela organização, a falta de uma ação concreta mostra a insuficiência desse órgão na resolução de conflitos reais (Junior, 2023). Como apontado em seu estudo, Almeida Júnior (2023) defende que a ONU possui uma incapacidade de impor soluções duradouras, refletindo, assim, a essência do Realismo Político, que ocorre quando os estados passam a colocar os seus interesses soberanos no centro das relações internacionais, tornando ações multilaterais, muitas vezes, ineficazes diante da soberania de poder do estado.

O fraco desempenho da ONU e a limitação do sistema multilateral diante do conflito Rússia e Ucrânia contribuíram para fortalecer a percepção de que a segurança coletiva baseada em organizações internacionais não é o suficiente para garantir a estabilidade global. Com a incapacidade das instituições multilaterais de evitar ou de solucionar o conflito de forma eficaz, países europeus passaram a buscar alternativas mais defensivas, como o rearmamento. Essa mudança reflete uma compreensão de que a segurança nacional passa a depender mais de capacidades militares próprias, reduzindo a confiança na proteção oferecida pelo sistema de segurança do coletivo internacional. Assim, o contexto de fragilidade do multilateralismo impulsiona uma reavaliação das estratégias de defesa, promovendo uma lógica de autodefesa e reforçando a militarização na região (Júnior, 2023).

Esse cenário também favorece uma mudança no equilíbrio de poder global, à medida que a Europa intensifica sua postura de autodefesa e busca diversificar suas alianças e fontes de segurança, muitas vezes alinhando-se as potências tradicionais, como os Estados Unidos, ou fortalecendo sua própria capacidade de dissuasão. A desconfiança na eficácia dos organismos internacionais e a propriedade dada à soberania criam um ambiente propício à transformação do sistema global, onde o poder militar e econômico passa a pesar ainda mais na configuração das relações internacionais. Portanto, a combinação do enfraquecimento das instituições multilaterais e a busca por maior autonomia na defesa impulsionam uma nova ordem global, marcada por um rearranjo no equilíbrio de forças e por uma maior fragmentação das alianças tradicionais (Júnior, 2023).

Essa conjuntura evidencia a necessidade de compreender as transformações recentes por meio do conceito do sistema internacional, que nas relações

internacionais funciona como uma ferramenta analítica fundamental nas Relações Internacionais, pois permite definir um objeto de grande complexidade por meio de modelos simplificados e abstratos. Por esta razão, a maioria dos conceitos dentro das relações internacionais incorporam a ideia de “sistema internacional” em suas bases teóricas. Em virtude disso, estudiosos como Stanley Hoffmann (1991) definem sistema internacional como um modelo de interação entre os principais agentes da política global, definido pela forma como esses agentes alcançam os seus objetivos, executam suas funções e utilizam recursos para isso. Esse modelo é amplamente influenciado pela organização mundial, pelas forças que atuam dentro ou entre essas entidades e por fatores como capacidades, padrões de poder e culturas políticas (Silva; Gonçalves *apud* Hoffmann, 2011).

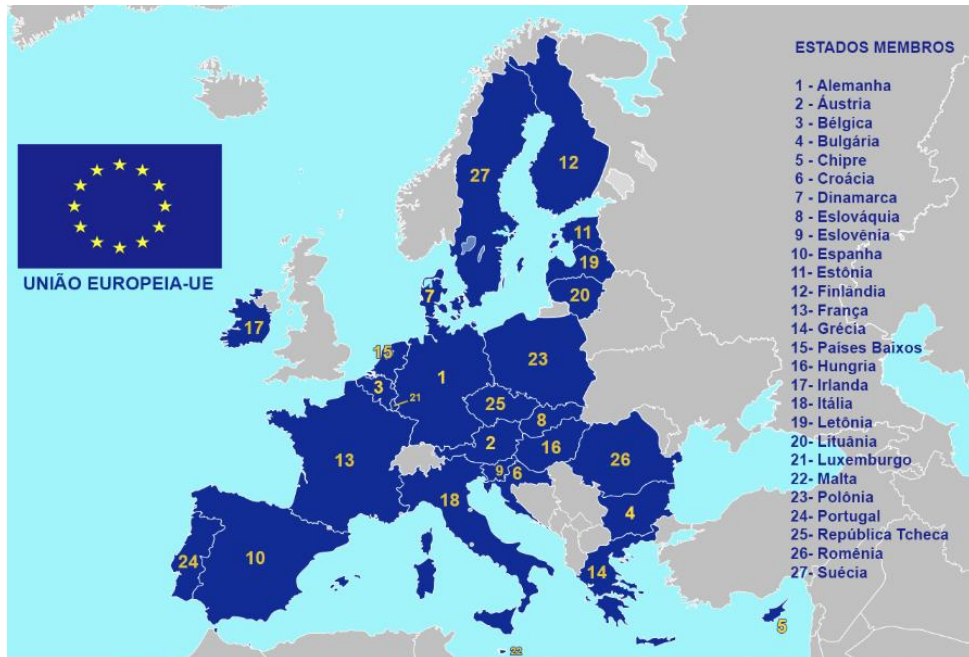
Nesse contexto, a União Europeia configura-se como um exemplo concreto do sistema internacional regionalizado, cuja estrutura institucional, integração política e atuação multilateral refletem os elementos descritos nos modelos analíticos das Relações Internacionais. A seguir, destaca-se sua formação histórica, princípios fundacionais e mecanismos de governança, os quais evidenciam sua influência nas dinâmicas globais contemporâneas.

A União Europeia é um bloco regional instituído pelo Tratado de Maastrich em 1992 que entrou em vigor em 1993. Inicialmente formada por seis países: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, foi se expandindo aos longos das décadas, chegando a 27 países-membros. Entre suas principais ampliações estão a adesão do Reino Unido (posteriormente se retirou do bloco em 31 de janeiro de 2020), Irlanda e Dinamarca (1973), Grécia (1981), Espanha e Portugal (1986), Áustria, Finlândia e Suécia (1995) e dez países do Leste Europeu em 2004. Bulgária e Romênia ingressaram em 2007, Croácia ingressou em 2016, enquanto Macedônia e Turquia aguardam aprovação para entrada. A estrutura do bloco, fundamenta-se no respeito à identidade nacional de seus Estados-membros e na garantia dos direitos fundamentais, conforme estabelecido pela Convenção Europeia de Direitos Humanos. Entre seus principais objetivos destacam-se a integração econômica e social, a criação de um mercado único sem fronteiras internas, a implementação de uma moeda comum, o euro, e a formulação de políticas externas e de segurança conjuntas. Esses pilares

buscam fortalecer a coesão entre países-membros e promover o desenvolvimento sustentável na região (Silva; Gonçalves, 2011 & União Europeia 2024).

A governança da União Europeia é estruturada em cinco instâncias de poder, cada uma com funções essenciais para a administração do bloco. O Conselho Europeu, formado pelos chefes de estado e de governo dos países-membros, estabelece as direções estratégicas da União. A Comissão Europeia é responsável por propor e executar políticas, assegurando o cumprimento das normas comunitárias. O Parlamento Europeu representa os cidadãos e participa do projeto legislativo, enquanto o Conselho da União Europeia, formado por representantes dos governos nacionais, toma as decisões sobre políticas públicas e regulamentações. Já o Tribunal de Justiça da União Europeia garante a aplicação e interpretação uniforme do direito comunitário. Além de sua relevância política e econômica a UE consolidou símbolos que reforçam a sua identidade e integração, como uma bandeira e hino. Além disso civis da União Europeia possuem um passaporte comunitário, que facilita a circulação de pessoas entre os países-membros do bloco. Essa estrutura reforça que a União Europeia é uma potência global e tem influência nas relações diplomáticas, econômicas, institucionais e governamentais em escala global (União Europeia, 2024).

Figura 1 - Países membros da União Europeia em 2025.



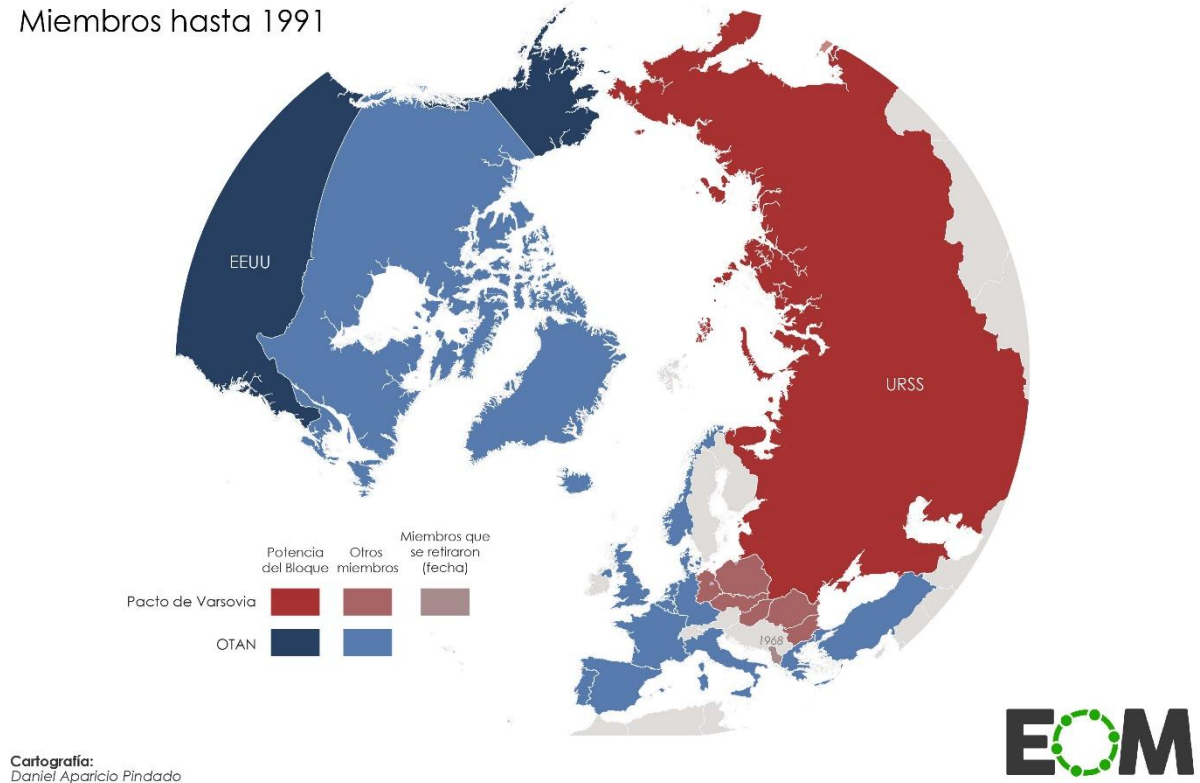
(Fonte: União Europeia, 2025.)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a consequente desestabilização das potências europeias, o cenário geopolítico global passou a ser dividido em apenas duas grandes potenciais, a União Soviética e os Estados Unidos da América. Diante das crescentes tensões e o temor da expansão soviética sobre a Europa, o presidente estadunidense Henry Truman guiado por esse medo, fundou em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), por meio do tratado de Washington. Inicialmente, com a participação de 12 países, entre eles os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e França, a OTAN estabeleceu-se como uma aliança militar baseada no princípio de defesa coletiva, ou seja, um ataque contra um de seus membros seria considerado um ataque a todos. A estratégia tinha como objetivo central conter os avanços do regime socialista soviético e assegurar a prevenção das democracias liberais ocidentais (Pereira; Alencar, 2004).

Figura 2 - Mapa com os países membros da OTAN (azul) e com os países do Pacto de Varsóvia (vermelho) durante a Guerra Fria

OTAN vs Pacto de Varsovia

Miembros hasta 1991



(Fonte: EOM, 2025.)

Mesmo após a Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991, a OTAN manteve sua estrutura ativa e reformulou seus objetivos para responder novas ameaças globais (Pereira; Alencar, 2004). Atualmente, a aliança permanece como uma peça-chave importante na geopolítica internacional, atuando em diversas frentes como o combate ao terrorismo, na prevenção de conflitos, na segurança cibernética e nas operações humanitárias. A partir dos anos 2000, a OTAN, passou a intervir em regiões fora de seu âmbito de atuação original, como no Afeganistão e nos Balcãs, demonstrando sua capacidade de se reinventar diante dos novos desafios contemporâneos (Pereira; Alencar, 2004).

Nos últimos anos, sua relevância foi ainda intensificada com o agravamento das tensões entre a Rússia e a Ucrânia, especialmente após a anexação da Crimeia em 2014 e a guerra da Ucrânia iniciada em 2022. Esses eventos desencadearam o debate sobre segurança coletiva entre os países-membros e reafirmaram o papel da OTAN como uma aliança essencial para a proteção dos valores democráticos, da

soberania dos estados e da estabilidade internacional (Heck; Almeida; *et al* 2016 & Pereira; Alencar, 2004).

Diante dos presentes conceitos, é possível compreender que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a corrida armamentista da Europa não podem ser analisadas de maneira isolada ou descontextualizada. Esses conceitos não apenas esclarecem os mecanismos que reagem a dinâmica do cenário internacional, mas também evidenciam como fatores históricos, estratégicos, políticos e econômicos estão interligados nas decisões tomadas pelos estados. Entender o que impulsiona o estado a tomar decisões unilaterais ou optar por políticas para tentar preservar o multilateralismo no mundo, ou, ainda como aliança e blocos econômicos ou militares operam em tempos de crise, é indispensável para interpretar o reposicionamento da Europa perante as ameaças a sua segurança e estabilidade.

Nesse cenário, observa-se uma crescente reconfiguração das estratégias de segurança e defesa no continente europeu. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia não apenas reacendeu debates sobre a vulnerabilidade das fronteiras do bloco europeu, como também revelou as limitações do sistema de segurança coletiva estabelecido após a Guerra Fria. Diante disso, a União Europeia passou a considerar o fortalecimento autônomo de suas capacidades militares como uma medida necessária, especialmente frente a imprevisibilidade do apoio internacional e à emergência de conflitos prolongados em seu entorno. Tais circunstâncias exigem ações coordenadas e estruturais por parte dos Estados-membros, que, sob diferentes interesses nacionais, reconhecem a urgência de um reposicionamento estratégico comum que garanta estabilidade regional e mantenha a influência europeia no sistema internacional (Loureiro, 2022).

Isto posto, a estrutura do presente estudo será organizada em 5 capítulos principais. O primeiro capítulo será dedicado à apresentação da pesquisa, contemplando o objeto de estudo, a pergunta-problema, os objetivos gerais e específicos, as hipóteses e a metodologia adotada. A metodologia será detalhada por meio da revisão sistemática de literatura, com o objetivo de identificar os principais enfoques teóricos já explorados sobre o atual processo de rearmamento europeu, a guerra da Rússia e Ucrânia e o papel das instituições multilaterais, como a União

Europeia e a OTAN. Espera-se com isso, compreender quais dimensões do tema têm recebido maior atenção e quais ainda carecem de aprofundamento.

O segundo capítulo será dedicado à fundamentação teórica. Nele serão discutidos os principais conceitos das Relações Internacionais que estruturam o tema de pesquisa. Serão examinadas as transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria, a dinâmica de poder entre as potências, a multipolaridade, bem como conceitos de guerra, segurança coletiva, alianças militares e sanções como instrumentos de coerção. Também serão exploradas as principais teorias da paz, com foco na teoria da paz democrática, e seus limites em contextos assimétricos e bipolares.

Dando continuidade ao trabalho, o capítulo 3 será voltado para a guerra na Ucrânia e de seus impactos sobre segurança europeia. Serão analisados os desdobramentos do conflito para organização de defesa do continente, as estratégias adotadas pela Rússia, Estados Unidos e Ucrânia, bem como o papel desempenhado pela OTAN e pela União Europeia. Também será analisado o programa *Readiness 2030*, contextualizado a partir das rupturas e contradições evidenciadas pelas teorias da paz. Por fim, será discutido o papel ambíguo da União Europeia entre a diplomacia, a defesa de valores democráticos e os interesses estratégicos internos e externos.

O quarto capítulo será inteiramente dedicado à análise do programa *Readiness 2030*: suas origens, objetivos, ações e possíveis implicações para o equilíbrio de poder internacional. Serão exploradas as conexões entre esses planos e os dilemas contemporâneos enfrentados pela União Europeia no campo da segurança, à medida que busca afirmar-se como um ator autônomo diante das incertezas de coesão da OTAN e da pressão geopolítica exercida por outras potências.

Como encerramento do trabalho, propõe-se a elaboração de um capítulo final voltado para uma análise prospectiva à reflexão de cenários futuros da paz e segurança internacional diante do rearmamento europeu. Nesse capítulo serão discutidas hipóteses sobre a evolução das alianças militares, os riscos de novos conflitos armados no continente europeu ou em outras regiões influenciadas pela polarização geopolítica, além da possibilidade de reformas em organismos internacionais diante da crise de legitimidade e eficácia. Também se torna relevante analisar alternativas diplomáticas que possam promover o papel de atores não estatais, da sociedade civil e de novas potências emergentes na construção de um novo equilíbrio internacional.

1. A PESQUISA

O presente estudo está demarcado dentro do campo das ciências humanas, dessa forma é fundamental reconhecer que as Ciências Humanas desempenham um papel fundamental na compreensão crítica das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que moldam o mundo contemporâneo. Como destaca Oliveira (2018), esse campo do conhecimento se constitui como espaço de reflexão profunda sobre a ação humana, os sistemas de poder e as formas de resistência frente as desigualdades e à violência estrutural. Em um cenário global marcado por crises geopolíticas, avanço do neoliberalismo, precarização das vidas e o aprofundamento da necropolítica, as ciências humanas oferecem ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitam questionar as narrativas dominantes e propor alternativas mais éticas e inclusivas. Ao promover o pensamento crítico, a leitura profunda e a cidadania ativa, esse campo do saber contribui diretamente para a construção de sociedades mais justas e para a prevenção de crises sociais e políticas de larga escala (Oliveira, 2018).

Nesse panorama de instabilidade e reconfiguração das relações internacionais, observa-se um processo crescente de rearmamento por parte dos países europeus, impulsionados por interesses estratégicos, disputas econômicas e tensões diplomáticas. Tal movimento frequentemente justificado por razões de segurança nacional, apresenta implicações que extrapolam o âmbito regional e colocam em risco a estabilidade da paz em escala global. A partir da perspectiva das ciências humanas, torna-se possível analisar criticamente como discursos nacionalistas, projetos de expansão armamentistas e estruturas de poder influenciam a formulação de políticas militares. A intensificação do rearmamento insere-se assim, em uma lógica de dominação e controle geopolítico, cuja consequências podem agravar ainda mais disputas interestatais e comprometer os esforços multilaterais em prol da cooperação internacional (Oliveira 2018).

Além da análise estrutural e geopolítica, as ciências humanas possibilitam a compreensão dos mecanismos de resistência social frente à crescente militarização do espaço europeu. Movimentos sociais, organizações civis e iniciativas diplomáticas emergem como agentes essenciais na construção de alternativas à lógica bélica predominante. Conforme argumenta Oliveira (2018) compreender o político e os modos de resistência social é indispensável para enfrentar as formas institucionais de

precarização de vida e dos dispositivos necropolíticos em operação. Dessa maneira, o fortalecimento da reflexão crítica e do engajamento social, promovido pelas ciências humanas, constitui uma estratégia essencial para a superação dos riscos inerentes ao rearmamento europeu, contribuindo para a preservação da paz, da justiça e dos direitos humanos em âmbito global (Oliveira, 2018).

1.1 OBJETO

O objeto do presente estudo é o programa “Readiness 2030” analisando a suas implicações para a perpetuação de um cenário global estável e pacífico. O programa, originalmente apresentado com ReArm Europe, foi oficialmente apresentado pela Comissão Europeia em 19 de março de 2025, liderada pela presidente da comissão Ursula von der Leyen, com o objetivo de fortalecer a capacidade de defesa da União Europeia diante das ameaças geopolíticas, como a guerra na Ucrânia e a crescente incerteza do apoio militar estadunidense (Liboreiro, 2025).¹

Após críticas de ministros europeus como o da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni e do primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez sobre o nome do projeto, a Comissão Europeia passou a reconsiderar o nome. Os ministros, alegaram que o nome original tinha conotações excessivamente militaristas o que poderia causar preocupação nos cidadãos europeus. Em resposta, a Comissão Europeia optou por um nome que refletisse uma abordagem mais ampla e focada na preparação e resiliência da União Europeia diante de possíveis desafios futuros, renomeando o projeto para “Readiness 2030”, uma referência a data na qual todos os países devem estar preparados para um possível ataque russo a qualquer país membro da OTAN ou da União Europeia (Liboreiro, 2025).²

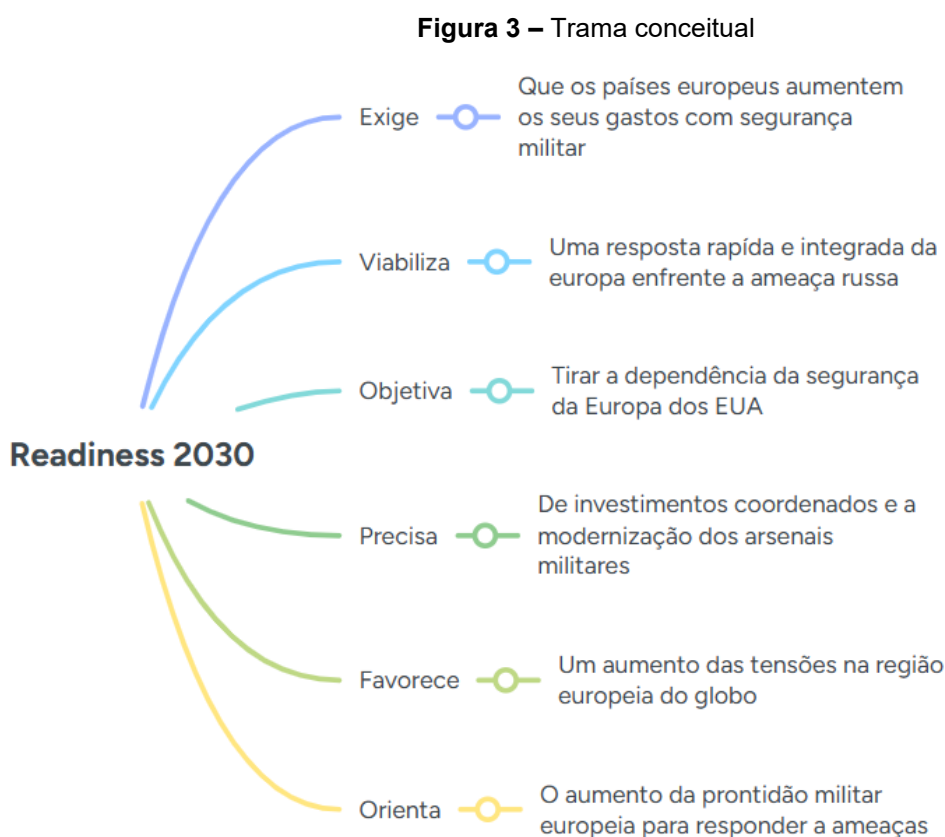
O projeto tem como objetivo principal mobilizar até €800 bilhões em investimentos públicos e privados para fortalecer a infraestrutura de defesa europeia. Entre as medidas propostas estão a suspensão temporária das regras fiscais da União Europeia com o objetivo de que os estados-membros aumentem os seus gastos com

¹ O uso de fonte secundária justifica-se pela falta de artigos científicos que aborde sobre o assunto no período de desenvolvimento do trabalho

² O uso de fonte secundária justifica-se pela falta de artigos científicos que aborde sobre o assunto no período de desenvolvimento do trabalho

defesa, a criação de um fundo de €150 bilhões para promover a defesa coletiva, o redirecionamento de recurso já existentes da UE, o apoio do Banco Europeu de Investimentos a empresas do setor militar e a atração de capital privado para reforçar a base industrial europeia. O plano tem como foco reduzir a dependência da UE de aliados externos, aumentar sua autonomia estratégica e apoiar militarmente a Ucrânia, integrando a sua indústria de defesa no mercado europeu (European Union External Action, 2025).

A trama conceitual apresentada na figura 3 tem como objetivo principal explicitar a maioria das facetas por trás do programa de rearmamento europeu. Tramas como essa, tem uma finalidade essencial no presente estudo, auxiliando para uma melhor compreensão do problema de pesquisa, possibilitando conclusões finais mais assertivas.



(Fonte: Autoria própria, 2025.)

O conflito ucraniano revelou a vulnerabilidade da Europa perante a ameaças externas e expôs a dependência militar do apoio de potências globais, os Estados

Unidos. Neste contexto, como explicitado na trama acima, o lançamento do “*Readiness 2030*” surge como uma resposta estratégica da UE, visando não apenas proteger seus interesses e fronteiras, mas também, promover uma maior autonomia no enfrentamento de desafios globais. A guerra no território ucraniano, funcionou então, como um marco impulsionador para o fortalecimento da política de defesa europeia, estimulando iniciativas de rearmamento, modernização da infraestrutura militar e cooperação entre os estados-membros.

Nesse contexto de reconfiguração das dinâmicas internacionais de segurança, torna-se fundamental compreender como determinados processos históricos contribuíram para a atual postura estratégica adotada pela União Europeia e pelos países membros da OTAN. A relação entre a instabilidade regional e fragilidade diplomática evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados por países que se encontram em zonas de tensão geopolítica. A construção de políticas de defesa mais autônomas não ocorre de maneira isolada, mas sim como resposta a uma trajetória marcada por vulnerabilidade prolongadas, disputas de influência e limites das garantias oferecidas pelo sistema internacional. Ao considerar essas questões, observa-se que o fortalecimento de iniciativas como o *Readiness 2030* não apenas reflete uma adaptação aos atuais desafios globais, mas também a tentativa de superar heranças geopolíticas que colocam em risco a soberania e a estabilidade de diversos Estados europeus. Assim a análise das transformações históricas que antecedem esse reposicionamento permite compreender de forma mais ampla os fatores que motivam a consolidação de uma política de defesa comum no continente (Prado, 2008).

Isto posto, é de extrema relevância compreendermos como que se iniciou uma das maiores disputas geopolíticas atual que assola o continente europeu. Com o fim da União Soviética, em 1991, a Ucrânia herdou uma significativa parcela do poder nuclear da Rússia, o que a caracterizou como a terceira maior potência com arsenal nuclear da época. Entretanto, em 1994, pelo memorando de Budapeste, a Federação Russa, os Estados Unidos da América e o Reino Unido garantiam à ucrânia a Bielorrússia e ao Cazaquistão, proteção a soberania estabilidade econômica e a total integridade territorial. Em troca, essas nações teriam que transferir todo seu arsenal nuclear para a Rússia e adotar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (Lazzarotto, 2022).

Essa decisão é classificada por analistas como um erro estratégico das novas nações independentes revelando sua fragilidade e sua falta de visão geopolítica. A Ucrânia perdeu, além de tudo, a capacidade de se afirmar como um ator relevante para o cenário internacional, renunciando à única ferramenta capaz de impor respeito geopolítico por meio da dissuasão nuclear (Lazzarotto, 2022).

Em de novembro 2013, diante da possibilidade de adesão à União Europeia, a Ucrânia negociava um tratado de livre comércio com o bloco econômico, o que representaria uma aliança definitiva com o ocidente, e o afastamento definitivo de antigos parceiros da ex-URSS, especialmente da Rússia. No entanto, o presidente ucraniano da época, Vítor Yanukovick, que adotava postura pró-Rússia, poucos dias antes, optou por firmar um tratado com a União Eurasiana, bloco econômico com países da ex-URSS, liderado pela Rússia, alinhando-se aos interesses de Vladimir Putin, atual presidente russo. Ou seja, ao invés de fechar acordo com o Ocidente, como o presidente deixou a população crer que seria feito, Yanukovick se alinhou com Putin, fechando o tratado com a União Eurasiana (Lazzarotto, 2022).

Dessa forma, a população extremamente descontente com as ações de seu presidente, decidiu ir às ruas se manifestar. Os protestos, além de longa duração, reuniram pessoas de diferentes grupos ideológicos e classes sociais, o que fez com que as manifestações ganhassem destaque da mídia internacional. Em resposta à crescente mobilização, a polícia de elite recorreu ao uso de armamento letal contra os civis, resultando um massacre nas ruas do centro de Kiev. Temendo uma possível responsabilização, Vítor Yanukovick fugiu para a Rússia e abandonou o cargo de presidente, o que agravou ainda mais a instabilidade política no país. Um governo provisório foi então estabelecido para governar o país até as eleições, que posteriormente foram adiadas com o agravamento das tensões (Lazzarotto, 2022).

Com o caos instaurado, homens vestidos com uniforme sem identificação chegaram em território ucraniano no dia 12 de abril de 2014, fortemente armados, com coletes à prova de balas tomaram a prefeitura e posto de polícia, onde capturaram todas as armas e a sede de Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU). Logo após, foi iniciada uma operação em que foram sabotados os sistemas de transmissão e TV, deixando a Ucrânia sem comunicação externa com o resto do mundo e passando a transmitir apenas canais russos onde as narrativas eram manipuladas, e em alguns casos, invertidas (Lazzarotto, 2022).

A União Europeia, em resposta a violação do direito internacional e ao desrespeito com a soberania ucraniana, adotou uma postura marcada pela combinação da condenação diplomática com a implementação de sanções econômicas direcionadas à Rússia. A UE se aliou aos Estados Unidos e outros aliados para impor sanções em várias áreas estratégicas da economia russa, como energia, finanças e defesa, para tentar pressionar o governo russo a cessar suas atividades no território ucraniano e buscar uma solução por vias pacíficas. Entretanto, a alta interdependência econômica entre a União Europeia e a Rússia, especialmente no setor energético, trouxe desafios significativos na eficácia dessas sanções, embora, em um primeiro momento tenham causado efeitos consideráveis. Essa situação evidencia a complexidade da dinâmica entre medidas punitivas e a dependência de manter relações comerciais essenciais colocando a União Europeia em uma posição delicada entre defender os seus interesses geopolíticos e o seu compromisso com a defesa dos direitos internacionais e suas necessidades econômicas (Vaccarezza; Serpa; Monteiro, 2014).

A OTAN, por outro lado, em relação a Ucrânia, por não se tratar de um de seus países-membros, não organizou nenhum ataque militar para defender o território. No entanto, no dia 1 de abril de 2014 postou em seu site oficial uma condenação pública à atitude russa, na qual demonstrou, sobretudo, apoio a Ucrânia e a suspensão da cooperação com a Rússia (OTAN, 2014).

Dessa forma, a relevância desse estudo está em analisar como a Guerra da Rússia e da Ucrânia reacendeu uma corrida armamentista na Europa, despertando preocupações com a segurança coletiva e a estabilidade geopolítica global. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como os países europeus estão reagindo frente ao avanço militar russo, reforçando os seus investimentos em defesa reconfigurando suas alianças estratégicas, especialmente com a atuação da OTAN. Além disso, o estudo contribui para o debate sobre soberania nacional, equilíbrio de poder e os riscos de uma nova escalada de conflitos em território europeu.

1.2 PROBLEMA

O problema que o presente projeto visa responder é: até que ponto, o programa de rearmamento europeu, “Readiness 2030”, impulsionado pelo contexto da guerra

entre a Rússia e a Ucrânia, pode funcionar como um mecanismo para conter a possibilidade de um escalonamento de uma guerra generalizada e contribuir para a preservação da estabilidade política e da segurança coletiva no cenário internacional?

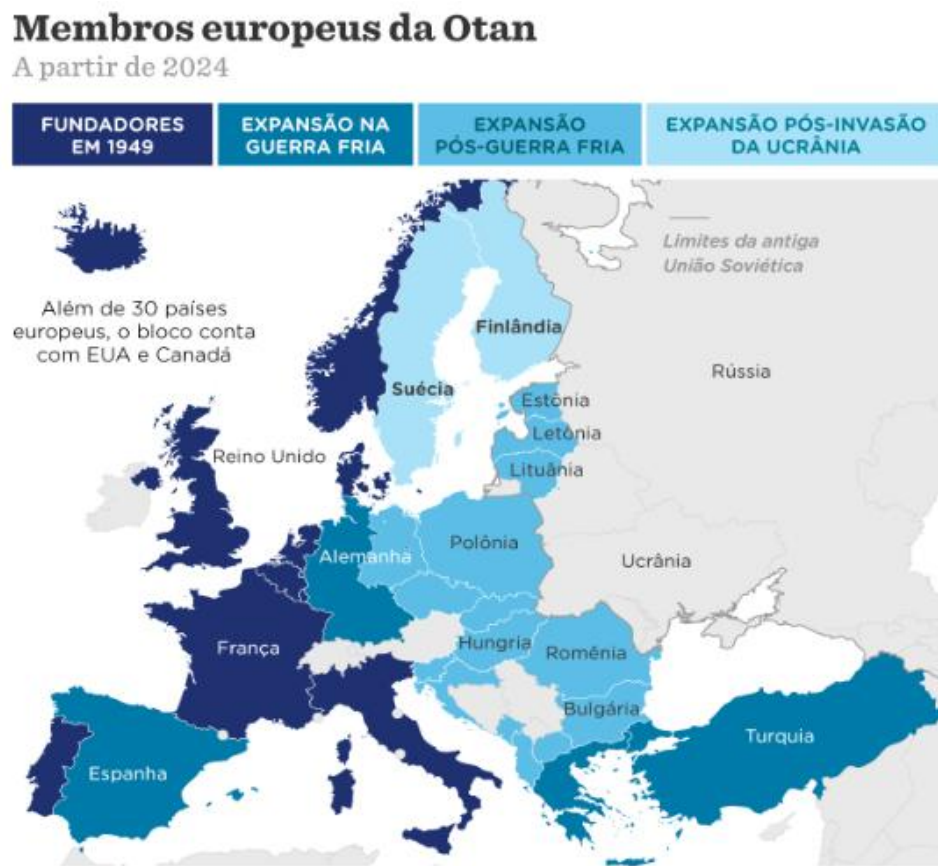
Levando em consideração o contexto atual, a análise dessa questão-problema é complexa e controversa.

Com o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) enfrentou o desafio de se reinventar diante a configuração da nova ordem internacional instaurada. A dissolução da União Soviética eliminou a ameaça que justificava originalmente a existência da Aliança, exigindo uma reavaliação de seus objetivos estratégicos. Inserido nesse contexto, a OTAN passou a buscar novas formas de atuação, focando na estabilização e democratização de regiões, anteriormente sob influência soviética, o que refletiu em sucessivas expansões para o leste europeu em 1999. Contudo, esse processo foi marcado por tensões e divergências entre os países-membros, especialmente diante da hegemonia norte-americana consolidada nesta ordem unipolar e emergente (Soler, 2008).

Ademais, a relação diplomática com os países participantes do bloco e a Rússia, tornou-se o elemento principal nos debates sobre segurança regional e a expansão da Aliança. Fato que pode ser evidenciado, por exemplo, nas controvérsias quanto a possível adesão da Geórgia e da Ucrânia em 2008. Enquanto os Estados Unidos demonstram apoio total à concessão de um Plano de Adesão (MAP) na década de 90, potências como Alemanha e França se posicionam de forma mais resistente, temendo um possível agravamento nas tensões entre os países, entre eles Moscou, por exemplo (Soler, 2008).

Simultaneamente, a OTAN atua em operações de paz e tem um papel estratégico dos países europeus na reconstrução institucional de regiões instáveis. Ações como essa evidenciam que, mesmo com a ameaça que originou a aliança tenha sido extinta, os países membros do bloco ainda conseguem se reorganizar e enfrentarem os desafios geopolíticos do século XXI. Assim a OTAN encontra-se em um dilema de como alinhar interesses divergentes entre seus membros, como lidar com a Rússia fortalecida e propor novos mecanismos de integração, a fim de preservar sua relevância e legitimidade do atual cenário geopolítico (Soler, 2008).

Figura 4 - Mapa com os países membros da OTAN desde 1949 até 2025.



(Fonte: Nexo Jornal, 2025.)

Sob esse viés, o Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é a maior aliança militar mundial dos dias atuais. O poder Bélico de seus países membros, como Estados Unidos, está no topo da lista de países que mais gastam com defesa militar desde 1960. O orçamento médio estadunidense, apenas para o ano de 2025 chega a ser de US\$:850.000.000.000. Todos esses investimentos garantem ao país, uma vasta gama de equipamentos de alta tecnologia, ser a nação com maior poder da marinha e vias aéreas, além de sua capacidade nuclear que está estimada em 5.177 ogivas totais. Ademais, o exército estadunidense também conta com uma reserva de 800.000 soldados (U.S Public Affairs, 2024)

O Reino Unido, outro país membro da OTAN, também tem uma força armada considerável, estando entre os 10 países que mais gastam com defesa militar do mundo. O orçamento para defesa está programado para aumentar gradualmente, alcançando 2,5% do PIB até 2027, com uma perspectiva de chegar a 3% no início da próxima década, conforme anunciado pelo governo em fevereiro de 2025. Esse

incremento financeiro permitirá investimentos em novas tecnologias, inovação, modernização das forças armadas e manutenção do programa de dissuasão nuclear, incluindo o desenvolvimento das ogivas nucleares. (Holland, 2025)

Esses são dados de apenas dois dos países membros da OTAN, o que prova que o poder bélico dessa aliança supera significativamente o poder bélico da Rússia. Além disso, a OTAN não possui influência apenas na conduta militar, ela consegue articular, em conjunto com a União Europeia, sanções, o que cria um ambiente de pressão internacional constante.

Portanto, é considerável alegar que a Rússia possa agir com mais cautela perante a presença mais ativa da OTAN no cenário geopolítico. A aliança, ao reunir capacidades militares superiores e a sua política de defesa coletiva, representa um fator de contenção para ações arriscadas. A possibilidade de uma resposta militar somada as sanções econômicas que pode vir em conjunto impõe limites às decisões estratégicas russas. Assim, a simples existência dessa aliança contribui de forma significativa e direta na manutenção relativa na estabilidade da ordem internacional, funcionando como um freio à escalada de conflitos de grande escala na Europa.

Por outro lado, essas ações podem gerar um efeito rebote sobre a Rússia. A expansão para o leste Europeu, é interpretado por Moscou como uma ameaça direta a sua zona de influência, e pelo histórico russo, o país não costuma agir de forma pacífica quando se sente ameaçado. Isso pode levar em ações mais severas para se defender, mesmo que viole os tratados internacionais. Além disso, o aumento de gastos militares por parte da OTAN, pode incentivar com que a Rússia siga os mesmos passos, aumentando assim, as tensões geopolíticas por toda Europa. Ademais, se a Rússia se sentir ameaçada a receber ataques surpresas, a nação pode tomar medidas preventivas para evitar um ataque despreparado, isso pode incluir invasões territoriais, reforço militares em áreas estratégicas e operações cibernética ofensivas. Atitudes como essa, tem o poder de aumentar o risco de escaladas rápidas do conflito e, ou rompimento de canais diplomáticos (Vaccarezza, Serpa, Monteiro, 2014).

Diante disso, torna-se necessário investigar as possíveis consequências com cautela e ponderando para todos os possíveis cenários que o processo de rearmamento da OTAN pode desencadear.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo é compreender o programa “Readiness 2030” e suas implicações geopolíticas. Para atingir o objetivo geral foram realizados os seguintes objetivos específicos:

- Investigar as causas e desdobramentos na Crise de 2014 da Ucrânia, incluindo a reação popular, a fuga de Yanukovych e o papel da Rússia, com base na dinâmica do sistema internacional pós-Guerra Fria
- Analisar as respostas geopolíticas da Rússia, Ucrânia, OTAN, e União Europeia frente a crise de 2014 até o início da guerra em 2022, explorando suas estratégias de segurança diplomacia e cooperação
- Aprofundar na organização da União Europeia, sua relevância econômica e política e sua atuação diante a escalada do conflito;
- Investigar o agravamento do conflito em 2022, destacando os fatores que levaram a guerra aberta entre Rússia e Ucrânia;
- Analisar as políticas adotadas pela União Europeia durante a guerra, incluindo sanções e apoio à Ucrânia;
- Avaliar o impacto da medida coercitiva unilateral russa ao restringir o fornecimento de gás à Europa e suas consequências geopolíticas e econômicas;
- Estudar as Políticas internacionais adotadas durante o segundo mandato de Donald Trump, com foco nas tensões com a OTAN e União Europeia;
- Aprofundar nas cláusulas e princípios organizacionais da OTAN, analisando como Donald Trump utilizou o descumprimento dessas normas como justificativa para ameaçar a retirada dos Estados Unidos da aliança;
- Avaliar a repercussão da guerra e das ameaças globais nos países europeus, incluindo investimentos militares recente e modernização das Forças Armadas;
- Investigar dados que comprovam o rearmamento europeu, incluindo investimentos militares recentes e modernização das forças armadas;

- Comparar a capacidade militar e os investimentos da OTAN com os da Rússia, considerando forças terrestres, aéreas, navais e nucleares;
- Analisar as consequências do rearmamento europeu para a estabilidade política internacional, discutindo riscos e possíveis cenários futuros;
- Realizar uma revisão sistemática de literatura através de documentários, livros e artigos, objetivando compreender o estado da arte do tema estudado;
- Investigar a teoria da paz de Immanuel Kant no campo das relações internacionais, analisando os seus limites e contribuições para a compreensão do atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e avaliando em que medida esses referenciais teóricos oferecem caminhos possíveis, ou contraditórios, para a construção de estabilidade e segurança do continente europeu;
- Realizar pesquisas de campo e entrevistas com especialistas que participam ativamente de discussões sobre o objeto de estudo da presente pesquisa;
- Documentar e organizar no One drive, os registros acadêmicos e as coletas de dados realizadas, para posterior análise das informações;
- Analisar as informações organizadas no One drive de forma a compreender o objeto de estudo da presente pesquisa;

1.4 HIPÓTESES

A minha hipótese para o presente estudo é: O rearmamento Europeu não será capaz de conter a postura ofensiva da Rússia, o que tende a intensificar tensões políticas pelo continente e conduzir a Europa a um cenário de instabilidade crescente, com risco de gerar um conflito generalizado.

1.5 METODOLOGIA

O presente trabalho é de caráter metodológico qualitativo e ativo. Assim, a tipologia de pesquisa qualitativa, adotada no presente estudo, é definida por Chizzotti (2003, p. 28) da seguinte forma: “Pesquisas qualitativas, termo genérico para designar

pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem”. Abaixo, conforme o quadro I, segue a descrição provisória do percurso metodológico:

Quadro I – Etapas do percurso metodológico

Etapas	Parte/Estratégia	Metodologia	Observações
1ª Etapa	1ª Parte: Levantamento bibliográfico	Pesquisa exploratória	Levantamento de referenciais teóricos e estudos prévios sobre multilateralismo, corrida armamentista, segurança europeia e relações internacionais. Busca embasamento teórico para validar os procedimentos metodológicos da pesquisa e delimitar os conceitos totais
1ª Etapa	2ª Parte: Identificação e mapeamento de pesquisas para fundamentar o presente projeto	Revisão sistemática de literatura e Pesquisa exploratória	Busca em repositórios nacionais e internacionais Objetivando compreender os efeitos geopolíticas do rearmamento europeu e a postura da Rússia. Analisar propostas de segurança e defesa da UE
2ª Etapa	Apresentação do projeto de pesquisa aos professores parceiros Coleta de dados	Exposições dialogada, gravadas e transcritas no diário do pesquisador Pesquisa exploratória	Seminários e reuniões com os professores para dialogar sobre os objetivos da pesquisa
3ª Etapa	Análise e discussão das referências	Coleta dos dados referentes às referências	Uma leitura dos dados coletados e analisar a fundamentação teórica a fim de reforçar a tese
4ª Etapa	Análise dos dados	Utilização de referenciais para analisar discursos e materiais	Análise quantitativa e qualitativa com através de nuvens de palavras e registros das práticas
5ª Etapa	Produção do TCC	Pesquisa-ação Pesquisa exploratória	Produção do TCC em todas suas etapas, além da revisão e impressão do material

(Fonte: autoria própria, 2025.)

1.5.1 Levantamento Bibliográfico

Na primeira etapa desta pesquisa, foram realizados procedimentos exploratórios objetivando consolidar um levantamento bibliográfico referencial. A partir de trabalhos acadêmicos, resumos e palavras-chave, foram selecionados para a realização de uma revisão sistemática de literatura. No Quadro 2, pode-se observar o levantamento bibliográfico prévio realizado para possibilitar a investigação inicial do objeto de pesquisa.

Quadro 2 – Levantamento bibliográfico

Referências utilizadas na primeira etapa	Palavras-chave
Milniczuk, 2014; Loureiro, 2022; Brigola, 2022; Abulquerque, 2022; Azevedo e Carneiro Filho, 2022	Guerra; Militarização; Ucrânia; Segurança Nacional; OTAN

(Fonte: Autoria própria, 2025.)

1.5.2 Revisão sistemática de literatura

O levantamento bibliográfico da presente pesquisa, foi dividido em 2 etapas principais. A primeira parte refere-se à identificação e mapeamento de pesquisas para fundamentar o presente estudo. Após a coleta de 5 textos bibliográficos, no qual dois deles foram sugeridos pelo professor orientador do trabalho Prof. Dr. Thiago Souza Vale e os outros três foram buscados de forma autônoma, realizou-se uma revisão sistemática da literatura com a finalidade de assegurar o rigor científico da pesquisa, conferindo a transparência ao percurso metodológico e justificando de maneira clara e fundamentada, a pertinência das escolhas relativas ao referencial teórico adotado (Ramos, Faria, Faria, 2014).

Os objetivos da revisão sistemática de literatura, realizada em maio de 2025 como parte da primeira etapa do percurso, caracterizaram-se pela análise crítica da reconfiguração da segurança europeia diante da guerra da Ucrânia e do programa *Readiness 2030*. Nessa perspectiva, o âmbito dessa sondagem contemplou estudos que abordassem de forma direta ou indireta, os impactos geopolíticos da guerra do

Leste Europeu, a questão de segurança nacional, os interesses russos e americanos na guerra da Ucrânia, a manipulação midiática e o afloramento das tensões nas alianças multilaterais. Devido à escassez de produções acadêmicas específicas sobre o *Readiness 2030*, a pesquisa exploratória priorizou o levantamento de artigos, teses e publicações em português, publicados entre 2014 e 2024, que fundamentassem conceitos-chave sobre a segurança nacional, multipolaridade, OTAN e União Europeia. A busca conduzida majoritariamente no repositório do Google Acadêmico, utilizando termos como: “formação da União Europeia” “Rússia e Ucrânia 2014” “OTAN na guerra da Rússia e Ucrânia” “Segurança Nacional e Ucrânia” “OTAN pós-guerra fria” e “EUA na guerra da Rússia e Ucrânia” como marcador.

O recorte temporal da primeira revisão sistemática de literatura, associado às investigações temáticas analisadas, foi realizado no primeiro semestre de 2025. A escolha do período analisado deve-se a atualidade e instabilidade do conflito analisado.

A pesquisa baseou-se no critério de revisão de pares em documentos associados a artigos, teses e dissertações. O quadro 3, apresenta a síntese da pesquisa exploratória, realizada em repositórios acadêmicos sobre temas associados ao programa *Readiness 2030* e aos desdobramentos do conflito que assola o território europeu desde 2014.

Quadro 3 – Resultados da pesquisa exploratória I em banco de dados nacionais pertinentes à revisão sistemática de literatura

Repositório	Pesquisas encontradas	Pesquisas relevantes
Google Acadêmico	63.338	9

(Fonte: Autoria Própria, 2025)

Na revisão sistemática de literatura, foram realizadas buscas, e as mesmas palavras-chaves, objetivando estabelecer um rigor metodológico e protocolar da pesquisa (Ramos; Faria; Faria, 2014). Foram assim, localizados, 63.338 trabalhos. É importante ressaltar que a elevada quantidade de trabalhos achados, não estão necessariamente associados com a temática da presente pesquisa. A autora desse artigo considerou relevantes apenas artigos, teses e dissertações que abordassem de

Os textos pesquisados na revisão sistemática de literatura, representados visualmente pela Figura 5, evidenciam um vocabulário recorrente que expressa as principais preocupações geopolíticas associadas à guerra da Ucrânia e às transformações na segurança europeia. Dentre os termos de maior destaque estão “militar”, “Rússia”, “Ucrânia” e “Europa”, o que indica a centralidade da guerra e dos rearranjos militares no continente europeu. O termo “militar”, em especial, assume posição de maior destaque, refletindo a ênfase das produções acadêmicas na corrida armamentista e nos desdobramentos bélicos da crise.

Observa-se, ainda a presença significativa de palavras como “geopolítica”, “conflito”, “estratégia”, “OTAN”, “Influência” e “poder”, o que revela a atenção dada aos impactos sistêmicos da guerra no equilíbrio de forças global e no reposicionamento de alianças multilaterais. O vocabulário recorrente também expõe uma preocupação crescente com o papel da Rússia como ator estratégico, a militarização da política externa e as reações do Ocidente, notadamente da União Europeia, frente à ofensiva russa.

Termo como “gás”, “mercado”, “energia” e “empresas” demonstram a inter-relação entre os fatores econômicos e energéticos, com a segurança regional, além de apontarem para uma leitura integrada ao contexto de guerra, que extrapola os aspectos puramente militares. Em menor escala, surgem expressões como “narrativas”, “valores”, “mídias”, “cultura” e “dilema”, sugerindo que parte das análises também se volta para os aspectos simbólicos, ideológicos e discursivos do conflito.

Chama a atenção, contudo, a ausência da palavra “paz” entre os termos mais recorrentes. Essa omissão evidencia uma falha significativa nas abordagens acadêmicas predominantes, que tendem a privilegiar as dinâmicas bélicas e aos interesses estratégicos imediatos em detrimento da reflexão sobre caminhos duradouros de estabilidade. Apesar de sua relevância central nos debates sobre segurança internacional, especialmente nas perspectivas da paz democrática e da segurança humana, o conceito de paz tem sido negligenciado em meio ao foco crescente no rearmamento e na militarização das relações internacionais. Essa lacuna revela não apenas assimetria analítica, mas também um reflexo do comportamento dos próprios Estados, que parecem responder aos desafios contemporâneos com medidas de contenção de dissuasão, sem considerar adequadamente os impactos de

longo prazo dessas estratégias. Ao ignorar as consequências sociais, econômicas e humanitárias da escalada militar, corre-se o risco de aprofundar ciclos de instabilidade, ao invés de superá-los. Assim, incorporar a paz como eixo analítico neste trabalho é essencial para ampliar o horizonte das discussões, oferecendo alternativas mais sustentáveis e humanas diante das transformações provocadas pelo programa *Readiness 2030*.

Além disso, é perceptível a escassez de termos diretamente associados a consequências humanitárias e sociais da guerra, como “refugiados”, “crise humanitária” ou “direitos humanos”, o que evidencia uma ênfase desproporcional nas abordagens estratégicas e institucionais. Tal ausência sugere uma tendência analítica que majoritariamente como um jogo de poder entre Estados e alianças militares. Esse recorte tecnocrático dos discursos produz um apagamento das experiências humanas e dos impactos prolongados da guerra sobre as populações deslocadas, sobre as estruturas sociais básicas e sobre os direitos fundamentais. Ao negligenciar essas dimensões, o Estados e a própria produção acadêmica correm o risco de operar políticas e análises desconectadas com as consequências de longo prazo do conflito, especialmente diante da escalada armamentista e da consolidação de programas com *Readiness 2030*.

Dessa forma, a nuvem de palavras evidencia a centralidade da temática militar e geopolítica nos estudos revisados, corroborando a relevância de investigar o rearmamento europeu e as implicações do programa *Readiness 2030* como um desdobramento direto do novo cenário de instabilidade e rivalidade estratégica pós-2014. A presente pesquisa, portanto, insere-se nesse contexto ao buscar compreender como a crise da OTAN, a intensificação da multipolaridade e novos paradigmas de segurança, moldam as políticas de defesa no continente europeu assim, propõe recolocar a paz e os impactos humanitários como eixos centrais da discussão, a fim de contribuir para uma abordagem mais equilibrada, ética e comprometida com alternativas sustentáveis à atual lógica de militarização.

1.5.3 Estudo de Caso

A metodologia Estudo de Caso é uma estratégia utilizada nas ciências políticas, que consiste no aprofundamento da compreensão de fenômenos complexos e

específicos. Historicamente, o estudo de caso surgiu como uma resposta as limitações da metodologia qualitativa, ganhando destaque por oferecer uma análise profunda e contextualizada. Desde suas primeiras formalizações na segunda metade do século XX, pesquisadores passaram a valorizar essa abordagem por sua capacidade de produzir teorias e explicações detalhadas contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas, especialmente na compreensão de eventos políticos, institucionais e sociais (Ev & Gomes, 2014).

Apesar de sua longa trajetória e de existirem diferentes abordagens e interpretações sobre sua aplicação, essa metodologia tem sido amplamente utilizada para explorar fenômenos e os processos: históricos, políticos e institucionais. Isso porque ele permite a construção e o teste de hipóteses de forma detalhada e contextualizada. Sua versatilidade e potencial para gerar teorias e explicações aprofundadas, fazem do estudo de caso uma ferramenta indispensável na produção de artigos científicos, especialmente quando o objetivo é compreender as nuances e as múltiplas dimensões de um fenômeno (Ev & Gomes, 2014).

O estudo de caso, em sua essência, é uma análise detalhada e intensiva de uma única unidade de investigação, que pode ser um fenômeno, evento, organização ou contexto específico. Essa abordagem busca compreender a complexidade do objeto de estudo ao explorar suas variáveis, processos e relações em seu ambiente natural, sem recorrer a amostras ou generalizações estatísticas. Para isso, o estudo de caso utiliza uma variedade de técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observações, análise documental e registros históricos, permitindo o autor captar as múltiplas dimensões do fenômeno em questão. Além disso, essa metodologia privilegia a compreensão do mecanismo causal, contextualizando as ações e decisões dentro de um conjunto de fatores que modelaram ou moldam o fenômeno estudado (Ev & Gomes, 2014).

Dessa forma, o estudo de caso proporciona uma perspectiva ampla e aprofundada, fundamentada em evidências concretas promovendo contribuições importantes tanto para o avanço das teorias quanto para uma compreensão mais concreta e aplicada da realidade analisada (Ev & Gomes, 2014).

No presente estudo, a adoção dessa metodologia é fundamental para assegurar a compreensão aprofundada e contextualizada do objeto de estudo: o

programa *Readiness 2030*, pois permite investigar suas dinâmicas com maior detalhamento e precisão. Ao relacionar o programa aos acontecimentos geopolíticos, essa abordagem possibilita identificar as influências, interdependências e possíveis fatores externos para a sua implementação e resultados. Portanto, a análise se torna mais robusta e confiável, o que contribui para uma interpretação mais abrangente e fundamentada do fenômeno em estudo. Além disso essa metodologia favorece a construção de hipóteses mais consistentes e embasadas, facilitando a identificação de tendências, desafios e oportunidades relevantes no cenário geopolítico, o que é essencial para oferecer conclusões mais embasadas e qualificadas (Ev & Gomes, 2014).

2. DINÂMICA DE PODER, SEGURANÇA E PAZ NAS REALÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo serão apresentadas as bases conceituais da presente pesquisa, objetivando explicitar as relações entre as categorias teóricas e emergentes investigadas na revisão sistemática de literatura. Ademais, serão explorados nesse capítulo a organização geopolítica atual os conceitos de guerra, segurança e paz dentro das Relações internacionais.

2.1 O SISTEMA INTERNACIONAL DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA

Com o fim da Primeira Guerra mundial, o mundo assumiu uma ordem multipolar, onde o poder era dividido principalmente entre a União Soviética, os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha. Isso significava que “as grandes questões mundiais passavam pela órbita de várias potências” (Biagi, 2007 p.71). No entanto, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a ordem global passou por grandes mudanças.

A influência global da Grã-Bretanha aos poucos foi desaparecendo, dando lugar para uma nova ordem Bipolar. A hegemonia americana foi reconhecida, em primeiro momento, pelo discurso do ex-Chanceler¹ britânico Winston Churchill, no qual acusou a União Soviética de utilizar estratégias majoritariamente expansionistas e pedia para que os Estados Unidos entrassem como um ator responsável por assegurar a democracia em nível global. Além disso, ele se referiu ao leste europeu como uma “cortina de ferro”. Ao realizar esse discurso, a nação opta por demonstrar um papel de submissão perante os EUA (Biagi, 2007).

Com a continuidade de discursos que reforçassem a hegemonia americana, o Reino Unido foi perdendo sua influência global, fato que abriu espaço para que a guerra fria se consolidasse de vez, e com uma linguagem própria.

“Uma das consequências mais importantes do discurso de Churchill em Fulton foi que ele fez com que a Guerra Fria começasse a ganhar uma linguagem própria - e a linguagem é a maneira básica de se configurar um imaginário. Nesse sentido, o discurso de Fulton estabeleceu, através da linguagem, a política de confronto entre o Ocidente e a União Soviética e, principalmente, estabeleceu que a União Soviética era uma nação ditatorial e que impunha o comunismo aos seus vizinhos ou, em outras palavras, o termo “cortina de ferro” transformou-se numa das maiores referências ao “império”

soviético e às suas pretensas políticas expansionistas e opressivas impostas aos seus vizinhos” (Biagi, 2007, p.72)

No entanto, diferentemente das outras guerras mundiais, a guerra fria não obteve um conflito direto entre os dois agentes principais. A guerra foi marcada por uma série de conflitos indiretos, e, por esse motivo, o ano de início da guerra fria é algo ainda discutido entre os estudiosos (Biagi, 2007). Como argumenta Marchetti (2022) e outros estudiosos, a guerra fria se iniciou em 1947 e se estendeu até 1991, quando a União Soviética teve um fim decretado com sua dissolução.

O conflito se estendeu por décadas e ficou conhecido por estas potências não entrarem, de fato, em uma guerra bélica, mas sim, em disputas pela dominação de países em todo o globo, financiamento e envolvimento em conflitos, guerras e massacres em países do chamado “Terceiro Mundo”. No contexto da Guerra Fria, alianças entre países foram firmadas e programas foram criados, visando os avanços das áreas tecnológicas, espaciais e militares (Marchetti, 2022, p.13).

Apesar de terem sido aliadas durante a Segunda Guerra, na luta contra os nazistas, os Estados Unidos e a União Soviética possuíam grandes divergências políticas e econômicas que ganharam predominância sobre a aliança realizada na Segunda Guerra. Por um lado, os EUA emergiram como a potência vitoriosa da segunda guerra, com o mantimento total de sua integridade territorial e industrial. Já nessa época, os americanos eram os responsáveis pela produção de dois terços dos produtos industrializados do mundo se tornando um dos maiores exportadores. Em adição, também devemos considerar os avanços nas tecnologias nucleares por parte da nação. Com todo esse poder em suas mãos se torna previsível seu almejo por uma nova ordem global que o priorizasse, e utilizar do fato da Europa estar enfraquecida com o fim da guerra, foi uma estratégia inteligente eficaz que garantiu sua consolidação como potência global (Munhoz, 2018).

Já a União Soviética, por mais que ainda estava se reconstruindo com o fim da guerra, ainda possuíam grandes áreas de influência e se estabeleciam como uma segunda grande potência global. Naquele momento, ela buscava principalmente, expandir suas zonas de influência, segurança e poder. Com esses objetivos estabelecidos e declarados os Estados Unidos passaram a temer o avanço do comunismo a nível global (Biagi, 2007).

“A União Soviética não passava de uma nação expansionista e que, apesar dos discursos pacíficos e conciliadores proferidos por seus políticos, pretendia, a médio e a longo prazo, impor uma agressiva política de

dominação mundial, política esta que deveria ser combatida.” (Biagi, 2007 p. 77)

Por esse motivo, George Frost Kennam, diplomata, historiador e estrategista americano foi reconhecido pela sua expertise na análise das estratégias Soviéticas e pela elaboração de estratégias eficazes para a contenção dela. Ele argumentava que a ameaça soviética não se limitava ao campo militar, mas era especialmente influente através da propagação ideológica do comunismo dentro das democracias ocidentais. Ele propunha que o papel dos Estados Unidos deveria ser resistir à pressão Soviética de forma estratégica, evitando conflitos diretos, mas usando uma combinação de ações diplomáticas, econômicas, e, quando necessário, militares para impedir que o comunismo se instaurasse em novas regiões. Essa estratégia de contenção envolvia fortalecer alianças, como a OTAN, e oferecer assistência econômica aos países ameaçados, buscando reduzir a influência da URSS sem desencadear uma guerra aberta (Munhoz, 2018).

Com base nisso, em 1947, o presidente americano da época Harry Truman, preocupado em tomar medidas que contivessem um eventual avanço Soviético na Europa e na Ásia, adotou uma série de medidas que pudessem ser eficazes nessa contenção, na chamada “Doutrina Truman”. Para isso, incorporou as ideias de Kennam na política externa americana além de passar a adotar estratégias militares como aumento do investimento em defesa e de seu arsenal nuclear, uso de força maciça militar, intervenções diretas e políticas de contenção por meio de colisões políticas e militares (Biagi, 2007 & Munhoz, 2018).

A Doutrina Truman consistia em uma formulação geopolítica de grande amplitude, que sedimentou o confronto bipolar. Utilizava-se um discurso de defesa norte-americana aos povos “livres”, o qual repousava sobre a necessidade de se combater o comunismo e de haver esforço, por parte dos EUA, para garantir a liberdade e a democracia nas nações ocidentais. Tais preceitos reafirmavam os interesses norte-americanos de vigiar a política interna dos demais Estados europeus e assegurar que a participação deles no novo Sistema Internacional não prejudicasse os objetivos políticos estadunidenses (Simon, 2011, p.34)

No entanto, as divergências entre as estratégias de George Frost Kennam, que defendia uma política de contenção baseada, principalmente, na resistência diplomática, ideológica e na contenção gradual da influência soviética, evitando o uso de força militar direta, e o entendimento mais militarista da Doutrina Truman, que por outro lado implementou estratégias que incluíam um maior uso da força militar direta,

resultou em impactos profundos na formulação da política externa dos Estados Unidos. A adesão a políticas mais militaristas e intervencionistas, demonstrou uma postura mais agressiva contra o bloco soviético, levando ao envolvimento direto em conflitos como a Guerra da Coreia (1950-1953) e à intensificação da corrida armamentista, incluindo a ameaça nuclear. Esses movimentos aumentaram as tensões globais e contribuíram para a escalada da Guerra Fria, gerando desentendimentos e uma polarização dentro do próprio governo americano, especialmente entre diplomatas e militares que apoiavam estratégias mais confrontadoras e os que, com Kennam defendiam uma resistência mais diplomática e ideológica (Munhoz, 2018).

“Naquele contexto, cada uma dessas potências buscou a criação e a consolidação das suas respectivas áreas de influência, o que deu origem à estruturação de blocos antagônicos que, em maior ou menor medida, marcaram todo o período da Guerra Fria. Aquele foi um período conturbado da história do imediato pós-guerra. Havia muita incerteza e suspeições sobre as atitudes do adversário. Em cada um dos blocos em processo de edificação, buscava-se interpretar os movimentos e as prováveis ações do oponente, que cada vez mais era traduzido para as populações locais como um inimigo diabólico capaz de tudo para alcançar os seus objetivos inconfessáveis, o que, dessa perspectiva maniqueísta, levaria à destruição da paz e a um novo período de guerras.” (Munhoz, 2018, p. 30)

A política externa consiste nas ações e reações de um Estado no relacionamento com outros países, operando na interface do ambiente interno e externo. “A política externa pode ser definida como a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem.” (Silva; Gonçalves, 2010, p. 144). A política externa privilegia, em geral, os interesses regionais, uma vez que os Estados mantêm relações políticas, econômicas e militares, na maioria das vezes, com seus vizinhos próximos. Além disso, sua definição envolve tanto interesses vitais, relacionados a paz, segurança e bem-estar, quanto questões diplomáticas cotidianas. A concretização da política externa envolve o uso de diferentes recursos como econômico, militar e tecnológico, além da diplomacia, que desempenha um papel essencial na negociação entre estados. Dessa forma, a política externa reflete o equilíbrio entre os interesses internos do país e as dinâmicas do ambiente internacional, sendo fundamental para a manutenção da segurança, soberania e influência do estado a nível global (Silva; Gonçalves, 2010)

Dessa forma, além da doutrina Truman, outro fator importante que moldou a política externa dos Estados Unidos foi a implementação do “Plano Marshall” em 1947 pelo secretariado de George Marshall. O plano, em sua essência, consistia em uma

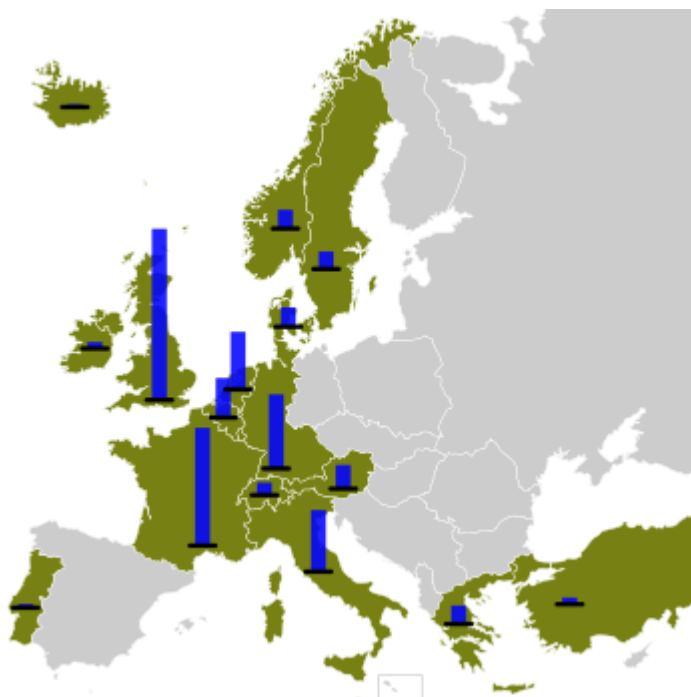
política de estabilização dos países da parte Ocidental da Europa. Dentre os objetivos principais do plano estava o aumento do comércio externo, a garantia da estabilidade financeira interna e o desenvolvimento da cooperação econômica europeia. De forma prática, o plano previa a concessão de empréstimos a juros baixos para os governos europeus para que eles adquirissem produtos estadunidenses (Simon, 2011).

Ao adotar essa postura, os Estados Unidos garantia, assim, a ampliação da sua zona de influência e o acesso facilitado aos mercados europeus. Desse modo, além de garantir a continuidade do nível de desenvolvimento da produção industrial alcançada durante a guerra, a medida também funcionaria como um incentivo a iniciativa privada e ao crescimento econômico (Simon, 2011).

Ademais, é necessário ressaltar que o principal objetivo americano era consolidar o capitalismo na Europa Ocidental, visto o possível avanço comunista na região. Eles tinham o principal objetivo de comprovar que o livre-comércio e a democracia tinham uma maior capacidade de promover o desenvolvimento e a prosperidade, e, por isso ela se tornava uma opção mais assertiva do que o modelo comunista. A estratégia americana de não apresentar o plano como um ataque indireto a União Soviética, mas sim uma ajuda financeira aos países europeus, incluindo os países da URSS, foi de suma importância, pois garantiu que, em primeiro momento, a União Soviética não olhasse para o plano como uma ameaça e direcionasse ataques de resposta aos países europeus, ou, até mesmo, ao Estados Unidos (Simon, 2011).

“Nossa política não é dirigida contra algum país ou doutrina, mas contra fome, pobreza, desespero e caos. Seu propósito deve ser o renascimento de uma economia de trabalho no mundo, de forma a permitir a emergência de condições político-sociais em que 37 instituições livres possam existir. Tal assistência, estou convencido, não deve estar em uma base errada enquanto várias crises se desenvolvem. Toda assistência que este Governo puder render no futuro deveria prover uma cura, ao invés de mero paliativo. Todo o governo que estiver disposto a ajudar na tarefa de recuperação encontrará total cooperação, tenho certeza, por parte do governo dos Estados Unidos” (Marshall, 1947, traduzido por Simon 2011).

Figura 6 - Mapa da Europa dos países que receberam ajuda do Plano Marshall e sua relação econômica



(Fonte: wikipédia, 2009)

Como apresentado na Figura 6, países europeus como: Reino Unido, França, Itália, Trieste, Alemanha Ocidental, Holanda, Grécia, Áustria, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Turquia, Irlanda, Suécia, Suíça, Portugal, Iugoslávia e Islândia receberam a ajuda americana. No entanto fica evidente que o plano Marshall foi uma estratégia muito mais unilateral do que multilateral, pois isso poderia trazer mais benefícios concretos para a nação americana. Isso fica evidenciado quando o Plano de Keynes, muito similar com o plano Marshall, foi proposto e negado pelos EUA na conferência de Bretton Woods (Siomon, 2011). Portanto, podemos concluir que, por mais que apresentado como um plano para ajuda a Europa Ocidental, as verdadeiras intenções estavam camufladas por um discurso de ajuda humanitária.

Devido a isso, foram investidos aproximadamente 17 bilhões de dólares na reconstrução da Europa Ocidental, além de incentivar a sua cooperação, o que o aproximou-a do modelo americano e o afastou do modelo soviético. O sucesso econômico do plano gerou confiança estratégica e política entre os países parceiros. Por esse motivo, os EUA conseguiram avançar para o próximo objetivo do plano: desenvolver uma aliança político militar que visasse consolidar uma estrutura de defesa coletiva que garantisse a preservação da estabilidade e segurança na Europa,

diante da ameaça da URSS e de outras potências de agressão. Nesse contexto em 1949, foi assinado o Tratado de Washington que originou o Tratado do Atlântico do Norte, em sua essência, o tratado seguia o consistia no comprometimento com a defesa mútua, em que, um ataque a qualquer um dos países signatários seria considerado um ataque a todas as outras nações (Prado, 2008).

“The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area. Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security.” (Tratado de Washington, 1949, art.5^{o3})

Além disso, o tratado definiu as áreas geográficas de atuação da aliança, abrangendo a região do Atlântico Norte, e instituiu mecanismo de consulta e defesa coletiva. Assim, a criação da aliança representou uma resposta direta a crescente ameaça soviética e um marco na consolidação do bloco ocidental, promovendo a integração de esforços militares e políticos com objetivo de priorizar os interesses de segurança de seus integrantes frente às incertezas do contexto internacional da Guerra fria (Prado, 2008).

“Consensus decision-making is a fundamental principle. It has been accepted as the sole basis for decision-making in NATO since the creation of the Alliance in 1949. Consensus decision-making means that there is no voting at NATO. Consultations take place until a decision that is acceptable to all is

³ Tradução da autora: As Partes concordam que um ataque armado contra uma ou mais delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todas elas e, conseqüentemente, concordam que, se tal ataque armado ocorrer, cada uma delas, no exercício do direito de autodefesa individual ou coletiva reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes atacadas, tomando imediatamente, individualmente e em conjunto com as demais Partes, as medidas que julgar necessárias, incluindo o uso da força armada, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desse tipo e todas as medidas tomadas em consequência dele deverão ser imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Tais medidas deverão ser encerradas quando o Conselho de Segurança tiver tomado as providências necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

reached. Sometimes member countries agree to disagree on an issue.”
(OTAN, 2023, Consensus decision making at NATO)⁴

Com isso, o tratado foi estabelecido e realizaram várias atividades coordenadas com o objetivo de conter o avanço comunista. A Figura 7, representa a cronologia dos acontecimentos da Guerra Fria. Compreender os fatos na ordem em que eles ocorreram auxiliam na compreensão do caminho traçado até chegarmos ordem global que se estabelecemos hoje.

Figura 7 - Cronologia com os principais eventos da Guerra Fria



(Fonte: autoria própria, 2025)

⁴ Tradução da autora: "A tomada de decisão por consenso é um princípio fundamental. Ela foi aceita como a única base para a tomada de decisões na OTAN desde a criação da Aliança, em 1949. Tomada de decisão por consenso significa que não há votações na OTAN. As consultas ocorrem até que se chegue a uma decisão aceitável para todos. Às vezes, os países-membros concordam em discordar sobre uma questão."

É importante ressaltar que nem todos os acontecimentos da Guerra Fria estão retratados na Cronologia apresentada na Figura 7. A Guerra Fria foi um conflito com muitas facetas e atuação em várias partes no globo, nem todas afetando de forma direta ou indireta o continente europeu, local que ocorre os fenômenos no qual a autora está estudando. Por este motivo, a autora desse estudo separou os acontecimentos que mais afetaram a organização europeia, ou que tiveram impactos a nível global, como o fim da União Soviética em 1991.

Em termos gerais, o pacto de Varsóvia, assim como a OTAN, foi uma aliança militar entre os países da União Soviética e alguns países do leste europeu. O pacto, acima de tudo, visava consolidar a defesa dos países do bloco comunista na Europa Oriental em resposta à criação da OTAN. Sua formação refletiu a divisão ideológica e política do mundo durante a Guerra Fria, fortalecendo a influência soviética na região. O impacto desse pacto no continente europeu foi profundo, pois ele contribuiu para a manutenção de uma forte divisão entre o Leste e o Oeste, promovendo a militarização e a repressão em países sob influência soviética, além de reforçar a polarização política que marcou o período (Fernandes, 2023).

Outro acontecimento de grande relevância para o continente europeu foi a construção do muro de Berlim. A divisão física se resultou, principalmente das diferenças ideológicas entre a Europa Ocidental, que possuía ideias mais democráticas e a Europa Oriental que seguia o modelo político adotado pela União Soviética. Isso refletiu de forma direta no aumento das tensões geopolíticas da Guerra Fria e influenciou profundamente a restauração política e social do continente. Sua construção em 1961 representou uma tentativa do regime soviético de impedir a fuga de cidadãos para o Ocidente, consolidando então a separação física e ideológica das duas Alemanhas, e por extensão, entre os blocos ocidental e oriental. Essa barreira não apenas dividiu famílias, cidades e comunidades, mas também reforçou o confronto no cenário europeu, dificultando a reunificação de partes da Europa sob uma única visão política. A construção do Muro de Berlim, tornou-se, assim, um símbolo do autoritarismo, da repressão e da luta por liberdade (Taylor, 2009).⁵

Embora não tenha ocorrido diretamente na Europa, a Crise dos Mísseis, em 1962, representou o ápice da tensão na Guerra Fria, ao evidenciar a ameaça nuclear e um equilíbrio de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. Apesar de seu

⁵ Tradução de Felipe Manso

foco estar localizado no continente americano, seus desdobramentos repercutiram globalmente, afetando principalmente a Europa, considerada uma zona estratégica de influência para ambas as superpotências. O episódio expôs a necessidade de estratégias de defesa mais robustas, influenciando os debates europeus sobre o fortalecimento de políticas militares e antecipar possíveis cenários de conflito. Assim, a crise contribuiu para consolidar a importância do reforço das capacidades militares no continente europeu como resposta às ameaças nucleares em escala global (Bravo, 2015).

A Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, é considerado um acontecimento notável pois ele sinalizou o início do declínio do bloco socialista. Frederick Tylor (2009) argumenta em seu livro “*O Muro de Berlim 13 de agosto de 1961 — 9 de novembro de 1989.*” que a queda desse muro foi também o marco do início do fim da Guerra Fria. Com a derrubada da barreira física que dividia a Alemanha, e por consequência, a Europa, os países do Leste começaram a experimentar processos de liberalização política, social e econômica. Essa transformação contribuiu para a desestruturação do sistema soviético e acelerou a abertura de mercados, levando a reunificação da Alemanha e ao enfraquecimento das ditaduras na região. No âmbito internacional, a queda do muro fomentou uma nova ordem mundial, caracterizada por meio da cooperação e integração entre as nações europeias. Além disso, o evento desencadeou uma série de mudanças políticas em vários países do Leste Europeu, reformas que preservaram ou derrubaram regimes autoritários, e estimulou a expansão de democracias, impactando profundamente o equilíbrio de poder global e o sistema internacional como um todo.

A dissolução da União Soviética marca um momento decisivo na história do século XX, e seus impactos se perpetuam até hoje na ordem mundial, pois ela simbolizou o fim de um império multinacional que, ao longo das décadas, enfrentou desafios internos relacionados à sua estrutura hierárquica e não democrática, os quais progressivamente comprometeram a sua legitimidade e capacidade de sustentação (Schneider, 2024).

A constituição desse império foi marcada por práticas de discriminação e diferenciação interna que, apesar de sua modernização, criaram condições para sua eventual desintegração. A dissolução da União Soviética não apenas representa o colapso de um modelo imperial que se sustentava sob uma estrutura autoritária, mas

também marca a finalização de um período de bipolaridade global, simbolizado pelo fim da Guerra Fria. Assim, a desintegração do império soviético foi determinante para o realinhamento das Relações Internacionais, contribuindo para o fim da polarização ideológica e militar entre os blocos de poder, dando início a uma nova fase de disseminação do capitalismo e da democracia liberal em escala global (Schneider, 2024).

2.1.1 A dinâmica do poder internacional pós Guerra Fria

No mundo após a Guerra Fria, houve uma mudança significativa na forma como os países e outros atores globais passaram a agir no cenário internacional. Antes o sistema era marcado por uma forte divisão entre as duas potências, Estados Unidos e União Soviética, que estavam a todo momento disputando influências e dominavam as decisões globais. Com o fim desse conflito, o sistema mundial se tornou mais complexo, com múltiplos atores exercendo poder, tornando a coordenação e a responsabilidade mais difíceis de serem atribuídas a qualquer grupo ou país específico (Sato, 2000).

Essa nova configuração recebeu o nome de multipolaridade, isso porque, havia mais de 4 atores (países) com grande influência sobre as decisões globais. No entanto, ela trouxe desafios na distribuição de responsabilidades. Como o poder não está mais concentrado na mão de poucos países, fica mais complexo de estabelecer quem deve assumir a liderança para resolver os conflitos globais. Após a Guerra do Golfo, por exemplo, embora os Estados Unidos tenham contribuído com recursos militares, países como o Japão e Alemanha também tiveram que pagar parte desses custos, mesmo sem serem as maiores potências militares, mostrando com as responsabilidades se espalharam de forma heterogênea entre diferentes países (Sato, 2000).

“Nesse quadro, as mudanças no cenário internacional para um padrão mais multipolarizado também trazem, inevitavelmente, mais dificuldade para o estabelecimento de responsabilidades no manejo da ordem internacional. A bipolaridade da Guerra Fria, como já mencionado, sugeria estratégias de segurança e desenvolvimento internacional facilmente inteligíveis às bases eleitorais e partidárias das lideranças políticas e, geralmente, seus argumentos se sobrepunham sem muita dificuldade às demais demandas sociais. A multipolarização tende a diluir essas noções e traz mais dificuldade na distribuição de responsabilidades entre as sociedades mais poderosas.” (Sato, 2000, p. 160)

Além disso, uma mudança importante foi na agenda dos temas considerados prioritários entre os países. Antes, questões de segurança eram dominantes, e muitas vezes, decididas entre as maiores potências, enquanto outros temas eram considerados secundários e ficavam à margem da ação internacional. Depois, temas como Meio Ambiente, Direitos Humanos, o combate a drogas, crime organizado e tráfico, além das questões econômicas, passaram a tomar uma posição central nos debates internacionais, refletindo uma grande transformação na forma de pensar as prioridades mundiais. Isso indica que o sistema internacional deixou de ser compatível com uma visão unipolar ou bipolar e passou a incorporar uma diversidade maior de interesses (Sato, 2000).

Outro Aspecto relevante, é a dificuldade de se construir um consenso em temas mais sensíveis ou complexos, especialmente aqueles que envolvem segurança ou os interesses de nações com grandes áreas de influência. Quando há crises severas, como crise de guerra com ameaça nuclear, torna-se difícil chegar em um acordo por meio dos órgãos internacionais, como a ONU, fazendo com que esses assuntos, sejam, na maioria das vezes resolvidos fora dessas organizações, muitas vezes influenciados pelas forças de países como EUA e Rússia. Assim a influência do sistema multipolar, que favorecia uma organização mais estável, diminuí, dificultando funcionamento de mecanismos internacionais de resolução de conflitos (Herz, 1997).

Após a Guerra Fria, surgiu a ideia de que o sistema internacional estaria completamente dominado pelos Estados Unidos e pelos blocos de poder tradicionais. Contudo, estudos mais recentes mostraram uma realidade mais diversificada e fragmentada. Apesar dos EUA terem mantido uma posição de liderança significativa, atualmente há uma variedade maior de países, grupos e organizações participando ativamente do cenário internacional, muitas vezes em formas novas e diferentes de cooperação, mesmo quando há interesses em conflito ou disputas (Herz, 1997).

Dessa forma, embora os Estados Unidos ainda tenham uma grande influência nas decisões globais e continuem dominando o sistema, esse controle tem sido cada vez mais desafiado na busca por um mundo mais multipolar e multifacetado. Assim, o cenário internacional atual é caracterizado por várias disputas de poderes e interesses, e uma busca constante por equilíbrio e paz. Além disso, esse contexto se torna cada vez mais complexo devido à forte contensão global e às rápidas mudanças que acontecem no cenário mundial (Sato, 2000).

2.1.2 Multipolaridade e as disputas por hegemonias

A multipolaridade no século XXI, ainda apresenta um significativo nível de hierarquia na distribuição do poder global. Após um século marcado pela bipolaridade da Guerra Fria e pela hegemonia dos Estados Unidos após a dissolução da URSS, o cenário internacional passou a ser caracterizado por uma maior dispersão de centros de poder, refletindo uma crescente complexidade nas relações interestatais e na governança global. Diversos atores, estatais e não estatais, vêm disputando espaço e redefinido a arquitetura internacional, com ênfase nas dinâmicas econômicas, tecnológicas, políticas e estratégicas (Schneider, 2025).

Nesse novo cenário, países emergentes passaram a protagonizar ações e a criarem blocos econômicos, como é o caso dos BRICS+. O bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã, tem desempenhado papéis crescentemente relevantes. A China, por exemplo, consolidou-se como uma potência econômica e tecnológica que se posiciona como um contraponto estratégico à influência norte-americana global em áreas-chave como inovação, infraestrutura digital, investimento externo e influência sobre organismos multilaterais. A Rússia, por sua vez, após um período de retaliação com o fim da Guerra Fria, ressurgiu como ator geopolítico influente, especialmente na região eurásiana e no Oriente Médio, utilizando estratégias de Hard Power, como intervenção militares, e de Soft Power, por meio de alianças estratégicas e diplomáticas. A Índia com a sua força demográfica, crescimento econômico contínuo e ambições estratégicas, também se projeta cada vez mais como potência regional com influência a nível global (Schneider, 2025).

De acordo com Visentini (2015), esse fenômeno se articula a uma transformação mais profunda, e que o Sul global, antes marginalizado, passa a influenciar de forma significativa, o rumo dos acontecimentos globais. A ascensão desses novos polos de poder ocorre paralelamente a estagnação econômica das democracias tradicionais do Atlântico Norte e à crise de identidade da própria Europa, que vivencia um dilema entre sua herança histórica e aos desafios de um contexto internacional em constante transformação.

“Há uma transformação profunda em marcha, e seus efeitos agregadores e desagregadores se manifestam simultaneamente. Sob a superfície da pós-modernidade do Norte (e suas ramificações meridionais), o Sul emerge e influencia o rumo dos acontecimentos. Mesmo a aparente loucura da realidade cotidiana do Oriente Médio faz parte de um processo de modernização em marcha, como bem o demonstrou o historiador e demógrafo francês Emmanuel Todd. A Europa, com suas guerras religiosas, também viveu uma experiência semelhante nos séculos XVI e XVII. Em meio à violência aparentemente caótica, havia um mundo novo nascendo. Como hoje, com o ressurgimento de antigos impérios terrestres e novos fluxos mundiais, dentro de uma nova geografia econômica.” (Visentini, 2015, p. XIV)

No campo político estratégico, a multipolaridade também tem impulsionado uma recomposição de alianças e uma maior pluralidade de agendas de fóruns multilaterais. Potências estabelecidas e emergentes competem por influência em organismos como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, ao mesmo tempo que promovem alternativas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (DNB), liderado pelos BRICS. Essa disputa não é apenas de poder, mas também de valores e modelos de desenvolvimento, enquanto o Ocidente tradicional enfatiza a democracia liberal e o livre mercado, as potências emergentes propõe abordagens mais pragmáticas e baseadas na soberania e respeito à diversidade de modelos políticos e econômicos (Trapp, 2024).

Já na perspectiva europeia, ela mediu esforços para construir uma identidade de segurança que seja mais autônoma e distinta das influências tradicionais dos Estados Unidos e de outros atores globais. Após o fracasso de iniciativas sucessivas de criar uma defesa Europeia comum, a união adotou uma abordagem mais incremental e híbrida, por meio da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Essa trajetória evidencia os esforços do continente para estabelecer uma presença mais sólida e independente no cenário internacional, buscando não apenas participar de missões e operações a paz, mas também firmar uma postura de maior autonomia estratégica. Nesse contexto, a Europa tenta equilibrar suas alianças tradicionais, como a OTAN, enquanto promove uma disposição própria que possa contribuir internacionalmente para instauração de um mundo multipolar (União Europeia, 2003).

Além disso, as disputas por hegemonias na Europa refletem também tensões internas e externas sobre quem deve liderar os temas de segurança e defesa. Países

europeus diferem em suas perspectivas e interesses, dificultando a formação de uma política comum realmente robusta e coesa. A busca por maior autonomia estratégica, portanto, é também uma disputa interna entre os Estados tradicionais com conceitos de defesa soberana e uma União que deseja consolidar uma identidade própria na arena global. Nesse processo, a Europa busca estabelecer uma relação de poder que não seja submissão às grandes potências globais, mas de cooperação equilibrada, integrando forças e interesses diversos para atuar de forma mais assertiva na disputa por influência global (União Europeia, 2003).

“A União Europeia, que reúne 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes, com uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto (PNB) mundial, e com uma vasta gama de instrumentos ao seu dispor, é forçosamente um actor global. Na última década, foram destacadas forças europeias para zonas tão longínquas como o Afeganistão, Timor-Leste ou a República Democrática do Congo. A crescente convergência dos interesses europeus e o reforço da solidariedade mútua da União Europeia fazem de nós um actor mais credível e eficaz. A Europa deve estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor.” (União Europeia, 2003. p.28)

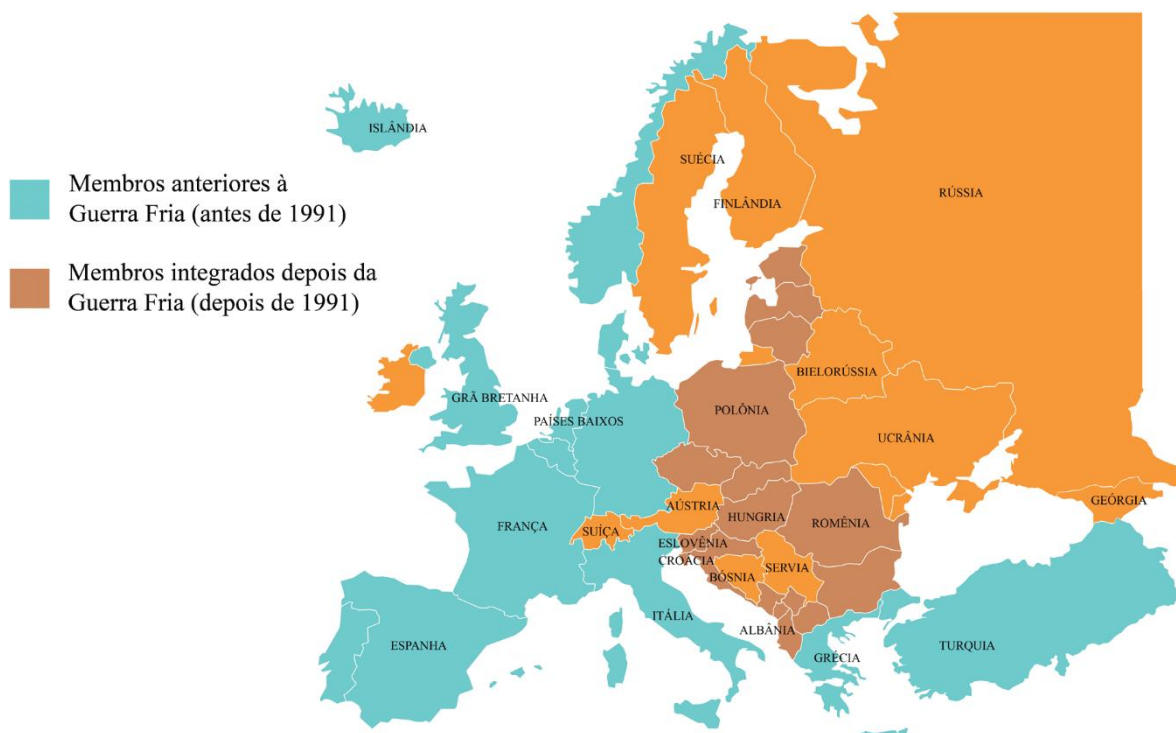
Vale ressaltar que, a atitude europeia de se posicionar em um espaço multipolar não significa uma rejeição à cooperação com atores globais, mas uma tentativa de manter uma relevância em meio às múltiplas disputas internacionais. A busca por autonomia e a disputa por hegemonia são, portanto, expressões dos esforços europeus de consolidar um papel mais forte, capaz de equilibrar interesses diversos e promover a estabilidade que seja compatível com as suas aspirações por influência global, sem necessariamente aspirar a hegemonia absoluta no cenário mundial. Assim a Europa configura-se como uma potência em formação dentro de um sistema internacional cada vez mais multipolar e complexo (União Europeia, 2003).

As Nações Unidas ocupam a posição cimeira do sistema internacional. Tudo o que a União Europeia tem feito no domínio da segurança tem estado associado aos objectivos da ONU. A União Europeia [...] tem vindo a reforçar os laços institucionais, em conformidade com a declaração conjunta UE-ONU de 2007. [...] A União Europeia e a NATO desenvolveram entre si uma boa colaboração [...], embora não tenha havido avanço nas relações formais. Devemos fortalecer esta parceria estratégica para satisfazer os nossos interesses comuns em matéria de segurança, mediante uma melhor cooperação operacional, no pleno respeito pela autonomia decisória de cada organização, e um trabalho contínuo no domínio das capacidades militares.” (União Europeia, 2003. p. 24)

Outro exemplo claro da busca por hegemonias na Europa foi a extensão do Tratado Atlântico Norte para o Leste europeu, especialmente pelo papel dominante exercido pelos Estados Unidos na liderança da aliança. Desde a sua fundação em 1949, a OTAN foi estruturada sob a liderança estadunidense, que orienta suas ações, define suas estratégias e promove sua expansão. A inclusão de países do antigo bloco soviético, sobretudo após a assinatura de tratados e acordos militares, reforça a influência do EUA na organização, consolidando sua posição de liderança e controle na região europeia. Dessa forma, a atuação dos Estados Unidos na ampliação e condução da aliança demonstra uma relação de hegemonia, na qual uma potência central age como principal ator e direciona o desenvolvimento da segurança coletiva (Canêdo, 2006).

Além disso, o movimento de expansão ocorre em um contexto de afirmação global dos Estados Unidos, que busca manter a sua influência após o fim da Guerra Fria e a dissolução do bloco soviético. Ao incorporar países anteriormente sob influência soviética, a estratégia americana fortalece sua presença militar e política da Europa, moldando o sistema de segurança de acordo com seus próprios interesses estratégicos. Essa atuação demonstra uma tentativa de estabelecer uma ordem regional sob a liderança dos EUA, limitando a autonomia de atores como a Rússia e ampliando a sua influência na configuração do sistema internacional. Assim, ao exercer sua liderança na expansão da OTAN, os Estados Unidos reafirmam sua posição hegemônica, impondo uma estrutura de poder que favorece seus interesses e consolida sua influência na Europa (Canêdo, 2006).

Essa expansão da OTAN também evidencia aspectos da hegemonia cultural e ideológica, uma vez que a organização promove valores e princípios associados à democracia liberal, ao livre mercado e aos direitos humanos, alinhando aos interesses e à perspectiva de liderança dos Estados Unidos. Ao incorporar novos membros e expandir sua influência, a OTAN reforça uma interpretação específica de segurança e estabilidade que favorece os modelos ocidentais, contribuindo para a difusão de uma cultura política alinhada à sua visão de mundo. Dessa forma, a atuação da aliança não se restringe apenas às questões militares, mas também a influência do campo político, social e cultural, consolidando ainda mais a posição de liderança dos EUA como potência hegemônica no cenário internacional (Canêdo, 2006).

Figura 8 – Expansão da OTAN após o fim da Guerra Fria

(Fonte: CEBRI, 2022)

Por fim, essa dinâmica de hegemonia se manifesta também na resistência de outros atores, como a Rússia, que percebem a expansão como uma ameaça à sua segurança e sua influência na região. A tentativa estadunidense de consolidar sua liderança por meio da expansão da OTAN reflete em uma estratégia de manutenção da hegemonia global, na qual um país exerce um papel de liderança que influencia decisivamente os rumos nas decisões políticas e militares na Europa e além. Assim, a ampliação da OTAN exemplifica como uma potência hegemônica pode moldar alianças e estruturas de segurança internacionais, usando sua liderança para impor sua visão de ordem e consolidar sua posição de força global (Canêdo, 2006).

Com essa perspectiva, é evidente que a multipolaridade não representa, por si só, uma ordem internacional mais pacífica ou estável. Ao contrário, a fragmentação do poder e a sobreposição de interesses estratégicos, tendem a agravar rivalidades regionais ou globais, como observado no conflito da Ucrânia, no Mar do Sul da China e em partes da África. Entretanto, é importante ressaltar que esse aumento das tensões não decorre necessariamente de múltiplos polos de poder, mas sim da ausência de mecanismos eficazes de regulação e cooperação entre eles. A

sobreposição de interesses estratégicos, como o controle de rotas comerciais, o acesso a recursos naturais ou a influência política sobre algumas regiões específicas, gera tensões quando não há instrumentos multilaterais eficazes e consistentes para mediar esses conflitos. A multipolaridade, nesse sentido, amplia a diversidade de atores com capacidade de projeção global, mas a falta de coordenação instrucional adequada, pode intensificar a competição por zonas de influência. O desafio não reside na multipolaridade em si, mas na dificuldade em se estabelecer normas comuns e estruturas de governança que mitiguem os conflitos de forma pacífica (Bertazzo, 2009).

Além disso, novos desafios globais, como a mudança climática, o terrorismo transacional, pandemias e as migrações em massa, exigem respostas coordenadas e coletivas, algo que a ordem multipolar contemporânea ainda tem dificuldade em oferecer, devido, principalmente à limitada confiança mútua entre os principais atores internacionais. Paradoxalmente, enquanto se fortalece o discurso de cooperação multilateral, na prática, percebe-se uma intensificação das ações unilaterais dos Estados que recorrem ao poder nacional direto para consolidar a sua presença em áreas táticas, incluindo rearmamentos estratégicos e as disputas por zonas de influência. Esse contexto é marcado pelo ressurgimento de antigos impérios e pela formação de uma nova geografia econômica e geopolítica global, o que evidencia que o mundo atual se encontra em uma fase de transformação profunda, no qual coexistem simultaneamente tendências de integração e fragmentação, cooperação e controle, estabilidade e caos (Gonçalves, 2020).

Portanto, a transição para uma ordem multipolar implica não apenas na distribuição do poder material, mas também na redefinição dos princípios que reagem com a política internacional. O futuro dessa multipolaridade dependerá da capacidade das nações de articular mecanismos de cooperação funcionais e legítimos, respeitando a soberania e promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo, mas para isso os Estados devem deixar de sempre priorizar seus interesses internos, em prol de um mundo mais estável. Em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente a presença da paz e a estabilidade global se tornam um aspecto chave para a prosperidade global (Andrade, 2013).

2.2 AS TEORIAS DA PAZ DENTRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em meio ao contexto da Guerra Fria e a necessidade de compreender, de forma sistemática e acadêmica, as causas dos conflitos e as condições para a paz, surgiu, na década de 1950, os estudos da paz como uma área disciplinar, especialmente na Europa e Estados Unidos. Essa nova disciplina buscava se distinguir das abordagens realistas e estratégicas das Relações internacionais, que predominavam até então e que encarava a guerra como algo inevitável e a paz como uma mera ausência temporária de conflito. Ao contrário os estudos da paz propunham, analisá-la como um fenômeno positivo e dinâmico capaz de ser promovido conscientemente por meio de ações e políticas completas (Oliveira, 2017).

“Desde o seu surgimento como área disciplinar organizada, institucionalizada em universidades e centros de pesquisa nos Estados Unidos e na Europa há cerca de sessenta anos atrás, os estudos da paz têm procurado demonstrar que a paz não é apenas um ideal utópico, ou um estado contingente eventualmente alcançado entre guerras inevitáveis, mas é um objeto de pesquisa acadêmica a ser estudado em seus próprios méritos e a ser colocado em prática através de políticas concretas. Nesse sentido, os estudos da paz têm acumulado um vasto manancial de conhecimentos — conceitos, teorias, métodos e análises empíricas — que, em seu conjunto, fornecem indicações relevantes para a compreensão das causas dos conflitos violentos e das condições para a paz.” (Oliveira, 2017, p. 149)

Desde seus primórdios, os estudos da paz tiveram uma identidade intelectual que se posicionava em oposição à tradicional visão realista, desafiando a ideia de que o equilíbrio entre potências e a preparação para a guerra seriam as únicas formas de garantir a sobrevivência dos estados. O novo campo enfatizava a prevenção de conflitos por meio de entendimentos das causas profundas da violência, a importância das estratégias de resolução pacífica de disputas e a construção de estruturas sociais que fortalecessem a justiça e a cooperação internacional (Oliveira, 2017).

A emergência dessa área de conhecimento envolveu esforços para institucionalizar cursos acadêmicos, desenvolver teorias, e metodologias específicas, criar redes de pesquisa e estabelecer publicações especializadas. Nomes, como Johan Galtung, foram essenciais para essa consolidação, ao aprofundar conceitos, como violência estrutural e violência cultural, ampliando a compreensão sobre os diferentes tipos de violência e os múltiplos níveis no qual a paz pode ser promovida (Oliveira, 2017).

“Ao assumirem que a paz não era um mero estado contingente alcançado por vitórias militares entre guerras inevitáveis, mas se definia por seus próprios méritos como um processo que podia ser construído através de políticas e intervenções orientadas primordialmente para afirmar a vida das pessoas e produzir um mundo melhor, mais igualitário e justo, livre das manifestações diretas e indiretas de violência, os estudos da paz propuseram uma ruptura com o pensamento tradicional, rejeitando a máxima ‘se queres a paz, prepara-te para a guerra’ e colocando em seu lugar uma outra noção igualmente radical: se queres a paz, prepara-te para a paz. Portanto, a ambição de converter a paz em objeto de pesquisa acadêmica, sem que isto implicasse em negar o compromisso ético com a não-violência e com o propósito político da sua produção de conhecimento, sempre esteve presente no projeto intelectual dos estudos da paz e continua a ser um dos seus elementos definidores centrais.” (Oliveira, 2017, p. 153)

Assim, os estudos da paz configuraram-se não apenas como uma resposta acadêmica aos desafios da Guerra Fria, mas como um projeto intelectual e político que visa transformar a maneira como a sociedade entende e busca a paz, indo além da simples ausência de guerras para incluir a promoção de condições estruturais que sustentem a convivência harmônica e a justiça em escala global (Oliveira, 2017).

2.2.1 A Teoria da Paz Democrática – Immanuel Kant

Immanuel Kant (1724 – 1804), um dos mais influentes filósofos do Iluminismo, publicou em sua obra “A paz Perpétua” uma grande reflexão sobre a relação entre moralidade⁶, direito e política, com destaque a proposta de uma paz duradoura entre as nações. Sua obra, publicada em 1795, representa uma das contribuições mais significativas da filosofia moderna ao pensar sobre a possibilidade de estabelecer uma ordem internacional pautada na justiça, na razão e na ética. A partir de seus conceitos, é possível compreender que, para Kant, a paz verdadeira não deve ser fruto de tratados temporários ou interesses egoístas, mas de uma estrutura moral universal que legitime e sustente a cooperação entre os Estados (Kant, 1795).

⁶ A moralidade, segundo Kant, não é uma questão sentimental ou de ideias subjetivos, mas de uma obrigação universal fundamentada na razão pura. Para o filósofo, ela se manifesta através do imperativo categórico, que orienta que as nossas ações se tornem leis universais. Isto é, que possamos querer que todos os agentes internacionais ajam da mesma forma. Então, embora a experiência individual possa envolver inclinações pessoais, a validade das normas morais é objetiva, pois se baseia na capacidade racional de todos os seres humanos se reconhecerem e agirem de acordo com princípios universais.

De acordo com o Kant (1975), uma das principais condições para alcançar a paz perpétua está a necessidade de que os tratados de paz sejam transparentes e públicos, evitando-se negociações secretas que possam esconder interesses particulares com poder de gerar futuras disputas. Ele afirma que a legitimidade de um acordo nasce da sua transparência, pois a condição de que todos possam conhecer e avaliar os termos garantirá um maior compromisso por parte dos Estados com o cumprimento do tratado, reforçando a sua justiça nas relações internacionais (Kant, 1975).

Outro aspecto fundamental de sua teoria é a proposta da criação de uma Federação dos Estados Livres. Kant descreve essa federação como uma associação voluntária de nações soberanas, que se comprometem a solucionar seus conflitos por meios pacíficos e a respeitar um conjunto de leis internacionais baseadas, principalmente, em princípios morais. Essa federação se difere de uma união política compulsória, pois não visa ultrapassar a soberania dos Estados, mas criar uma estrutura que assegure a cooperação e a justiça global, impedindo o recurso da guerra como forma de resolução de disputas. Assim, a paz perpétua dependeria do estabelecimento de uma ordem jurídica fundamentada na razão prática e na moralidade (Kant, 1975).

“Pois, se a sorte dispõe que um povo forte e ilustrado possa formar uma república (que, segundo a sua natureza, deve tender para a paz perpétua), esta pode constituir o centro da associação federativa para que todos os outros Estados se reúnam à sua volta e assim assegurem o estado de liberdade dos Estados conforme à ideia do direito das gentes e estendendo-se sempre mais mediante outras uniões.” (Kant, 1975, p.18)

Kant acredita que essa federação é possível e viável, desde que todos os Estados estejam dispostos a renunciar ao uso da força como meio de resolver conflitos. Ele enfatiza que a cooperação entre as nações deve ser baseada na compreensão mútua, nos respeitos às leis e na busca comum pela paz duradoura. Para isso é necessário que os países adotem princípios éticos universais, reconhecendo que todos são iguais em dignidade e que suas ações devem contribuir para a harmonia internacional.

O autor também discute o papel do direito internacional e seu vínculo fundamental com a moralidade. Para ele, a luta pela paz não pode estar dissociada

de uma ética universal que inspire governos e indivíduos. A guerra, inclusive, seria uma ilógica e contrária a expressão da razão, já que a causa destruição e antagonismo em vez de promover o desenvolvimento moral e racional. Assim o direito internacional deve estabelecer regras que todos os Estados reconheçam como obrigatórias, baseadas em princípios morais que se alinhem ao dever de promover o bem comum. Kant sustenta que os Estados devem agir de acordo com o princípio do direito como uma expressão de moralidade racional, ou seja, suas ações deviam refletir ideias universalmente racionais e éticos (Kant, 1975).

Além disso, segundo Kant, as práticas armamentistas, quando levadas ao extremo ou utilizadas como ferramentas de intimidação ou de dominação, representa uma ameaça direta à paz perpétua. Ele critica o acúmulo excessivo de armas, pois esse comportamento pode gerar uma grande corrida armamentista sem controle, aumentar a insegurança e fomentar conflitos. Kant defende, por outro lado, que a preparação militar voltada à defesa legítima, como exercício periódico de cidadãos para a proteção do Estado, pode ser compatível com o direito e pela busca pela paz. Dessa forma, o autor reforça a necessidade de uma postura moderada, regulada e proporcional nas práticas militares, de modo a evitar que esses mecanismos se tornem obstáculos à construção de uma convivência harmônica, pacífica e duradoura entre as nações.

Em complemento, ele afirma que a guerra, embora considerada uma consequência inevitável do Estado de Natureza, deve ser regulada por leis e princípios que minimizem seus devastadores efeitos e seja promovida a busca pela paz duradoura. Ele argumenta, que a atividade militar, quando empregada de maneira ética, racional e responsável, não deve representar uma ameaça constante, mas sim uma defesa legítima. Além do mais, Kant enfatiza a importância de uma união dos países por meio da Federação dos Estados Livres, então, a união desses países mediante acordos jurídicos e políticos se torna fundamental para consolidar a paz perpétua, buscando harmonizar as ações militares com os princípios morais de justiça e liberdade, evitando que o poder bélico se torne um instrumento de opressão ou dominação (Kant, 1975).

Ainda, Kant destaca a importância do comportamento dos governantes e cidadãos na construção da paz. Para ele, a moralidade individual e coletiva deve ser

orientada por princípio universalizáveis, como o respeito pelos direitos dos outros e a submissão às leis morais. Dessa forma, a paz perpétua só será possível se os sujeitos políticos e civis adotarem uma política ética baseada na razão e na justiça. Assim a paz se configura não apenas como um objetivo pragmático, mas como uma consequência natural de uma ordem moral que valorize os Direitos Humanos, a liberdade e a autonomia tanto dos indivíduos como o das nações.

“Para harmonizar a filosofia prática consigo mesma é necessário, em primeiro lugar, resolver a questão de se, nos problemas da razão prática, se deve tomar como ponto de partida o princípio material dela, o fim (como objecto do arbítrio), ou antes o princípio formal, isto é, o princípio (fundado apenas sobre a liberdade na relação exterior) que diz: age de tal modo que possas querer que a tua máxima se torne uma lei universal (seja qual for o fim que ele queira). Sem dúvida alguma, este último princípio deve ir à frente, pois tem, como princípio de direito, uma necessidade incondicionada; o primeiro princípio, pelo contrário, só é necessitante sob o pressuposto das condições empíricas do fim proposto, a saber, da sua realização, e se este fim (por exemplo a paz perpétua) fosse também um dever deveria ele próprio deduzir-se do princípio formal das máximas para a acção exteriores. Ora, o primeiro princípio, o do moralista político (o problema do direito político, do direito das gentes, do direito cosmopolita), é um simples problema técnico (problema tecnicum), ao passo que o segundo como princípio do político moralista, para o qual é um problema moral (problema morale), é diametralmente diverso do outro no procedimento para suscitar a paz perpétua, que se deseja agora não só como um bem físico, mas também como um estado nascido do. reconhecimento do dever.” (Kant, 1975, p. 42 e 43)

Por fim, Kant afirma que a esperança de uma paz definitiva ainda depende do compromisso moral contínuo de todos os atores sociais e políticos. A construção de um mundo pacificado exige a educação racional do povo e a institucionalização de mecanismos internacionais que promovam justiça e a entendimento entre as nações. Assim, embora reconheça a complexidade do cenário internacional, Kant acredita que, através do esforço racional e moral, a paz duradoura pode tornar-se uma possibilidade real, harmônica com a natureza racional do ser humano e da sociedade.

2.2.2 Limites da teoria da paz perpétua em cenários assimétricos

A teoria de Immanuel Kant (1975) sobre a paz, apresenta importantes contribuições para o Estudo das Relações Internacionais, sobretudo por sua ênfase na moralidade universal e no direito Internacional como base para a coexistência pacífica entre os Estados. Contudo, ao ser aplicada no atual sistema internacional que

é marcado por profundas assimetrias de poder político, econômico e militar, a teoria revela alguns limites que devem ser considerados. Kant (1975) pressupõe que os Estados agirão de boa-fé, respeitando tratados e buscando a justiça e como objetivo em comum: a paz, uma condição ideal que nem sempre é observada na prática das relações internacionais contemporâneas.

No sistema internacional contemporâneo, observa-se a prevalência do princípio da soberania estadual, o qual os Estados se veem e agem como atores autônomos e independentes, entretanto, observa-se uma significativa assimetria de poder entre os Estados, nas quais potências hegemônicas detêm uma influência desproporcional sobre as organizações multilaterais e o processo de formulação das normas globais. Tal desequilíbrio compromete a efetivação dos ideais kantianos de igualdade jurídica entre os Estados e de respeito universal ao direito, na medida que atores mais poderosos frequentemente utilizam de sua posição para proteger seus próprios interesses, às vezes em detrimento de normas internacionais e da justiça global (Schneider, 2025).

Além disso, a globalização e os processos de interdependência econômica e social contribuíram para o surgimento de novas fronteiras, não apenas territoriais, mas também étnicas, religiosas e econômicas, que intensificam conflitos e tensões (Schneider, 2025). Kant (1975), por sua vez, concentra-se principalmente na relação entre Estados e a organização jurídica deles, desconsiderando, de forma geral, as complexas divisões internas e transacionais. Implicando então, em um desafio para a aplicação integral de sua teoria ao mundo atual, onde grupos subnacionais e atores não estatais desempenham papel crucial nas dinâmicas de paz e conflito (Oliveira, 2017).

Outro aspecto relevante do sistema atual é a existência de instituições internacionais e organismos multilaterais que, em certa medida, buscam promover cooperação e a solução pacífica de controvérsias, como idealizava Kant. Entretanto, a eficácia desses mecanismos é variável e sujeita a limitações impostas pelos interesses nacionais conflitantes, bem como pelo desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Oliveira, 2017). Isso reforça a constatação de que, sem uma autoridade central forte, os princípios de Kant de direito e moralidade internacional encontram obstáculos para a sua plena realização (Schneider, 2025)

A presença de Estados com capacidades militares significativamente superior a prevalência de políticas de poder compromete também a estabilidade do sistema e a realização da paz duradoura. A teoria de Kant (1975) ao considerar a Federação dos Estados Livres como uma possível solução para a paz perpétua, não detalha plenamente como lidar com a coerção e o monopólio da força por parte de algumas nações, o que representa um desafio para a governança global e para legitimação dos acordos internacionais frente a interesses conflitantes (Oliveira, 2017).

Ademais, de acordo com Schneider (2025), a persistência de conflitos regionais, o ressurgimento de nacionalismos e as disputas por recursos naturais evidenciam as dificuldades para a construção de um sistema pacífico universal, em que o direito esteja acima do poder. A teoria de Kant (1975) traz uma fundamentação ética e jurídica valiosa, mas sua realização prática demanda mecanismos mais realistas de mediação e controle, que reconheçam as dinâmicas de poder e desigualdade estruturais entre os atores internacionais, especialmente em contextos assimétricos que vivemos no mundo contemporâneo (Oliveira, 2017).

Em conclusão, a análise do sistema internacional à luz das ideias kantianas mostra que os limites não se encontram apenas na teoria, mas sobretudo nas condições concretas e assimétricas da política internacional contemporânea. A busca pela paz perpétua, nesse sentido, exige a conjugação de esforços que integrem princípios morais com estratégias pragmáticas de poder, cooperação multilateral e inclusão dos diversos atores relevantes, para que a justiça internacional possa avançar efetivamente. Dessa forma, os estudos contemporâneos da paz devem superar abordagens que sejam restritas a perspectiva estatal e incorporar uma visão mais ampla da complexidade das relações humanas globais. (Oliveira, 2017).

3. GUERRA NA UCRÂNIA E A RECONFIGURAÇÃO DA DEFESA EUROPÉIA

Este capítulo analisará os desdobramentos da Guerra da Ucrânia para a segurança europeia, com ênfase nas transformações políticas desde 2022. O conflito evidenciou as fragilidades das garantias de segurança pré-existentes e acelerou decisões antes bloqueadas por divergências internas e dependências energéticas. Para contextualizar tais mudanças, serão discutidas as raízes políticas do conflito, o colapso das estruturas de segurança regionais, as estratégias da Rússia, Estados Unidos e Ucrânia, bem como o papel ambíguo da União Europeia diante de pressões externas e contradições internas. A análise baseia-se em documentos oficiais da OTAN, da União Europeia e de governos envolvidos, além de pesquisas acadêmicas disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico.

3.1 RAIZES POLÍTICAS DO CONFLITO: DA REVOLUÇÃO LARANJA AO EUROMAIDAN

A trajetória política da Ucrânia desde sua independência em 1991 revela um cenário marcado por profundas divisões sociais, culturais e geopolíticas. Nos anos pós-soviéticos, o país enfrentou o desafio de consolidar suas instituições democráticas e definir seu alinhamento internacional. A história ucraniana é marcada por episódios de forte mobilização popular e polarização política, que refletiram complexas disputas entre diferentes projetos de futuro para o país. A Revolução Laranja de 2004 representou um momento de tentativa de alinhamento mais próximo à Europa, enquanto o movimento Euromaidan, iniciado em 2013, expôs as tensões decorrentes da continuidade dessas disputas internas. A evolução desses eventos, evidencia as profundas raízes políticas e sociais que alimentaram o conflito contemporâneo, evidenciando a influência de fatores externos e internos nesse percurso (Poty, 2019).

3.1.1 Revolução Laranja

A Revolução Laranja, inicia-se com um período de longas transições após a independência da Ucrânia em 1991. Durante esses anos, o país foi governado por regimes presidenciais que, muitas vezes, controlavam o poder de forma autoritária e favorável às oligarquias econômicas. A eleição presidencial de 2004 foi marcada de denúncias de fraudes massivas, manipulação dos resultados e um sistema político fortemente influenciados, o que gerou insatisfação e desconfiança da população.

As eleições de 2004 ficaram marcadas pela disputa entre dois candidatos principais: Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovich. Yanukovich, que adotava uma postura mais pró-Rússia, contava com uma base eleitoral sólida no leste do país, onde grande parte da população compartilhava sua ideologia. Já Yushchenko era apoiado pelos partidos pró-Occidente, defendendo uma maior integração com a União Europeia e a OTAN, e possuía forte apoio nas regiões centrais e ocidentais da Ucrânia (Freire, 2006).

O resultado das eleições presidenciais, à primeira vista, parecia previsíveis, mas surpreenderam a comunidade internacional e geraram grande repercussão não apenas na Ucrânia, mas também em toda Europa. No primeiro turno, Viktor Yushchenko obteve 11 milhões de votos correspondendo a 41,13% do total enquanto Viktor Yanukovich alcançou percentual próximo, 40,47%, garantindo a classificação de ambos para o segundo turno (Blanco, 2006).

Figura 9 – Resultado do primeiro turno das eleições na Ucrânia (2004)

Região	Primeira Rodada			
	Iushenko (%)	Yanukovich (%)	Moroz (%)	Simonenko (%)
Crimeia	12,79	69,17	0,99	6,68
Vinnitsia	59,66	16,02	12,80	3,85
Volyn	77,19	10,48	3,2	2,08
Dnipropetrovsk	18,72	49,73	5,34	10,6
Donetsk	2,94	86,74	1,31	3,25
Jitomir	43,51	29,25	10,26	6,27
Zacarpátia	46,61	37,75	2	1,45
Zaporizhia	16,59	55,65	5,32	8,82
Ivano-Frankivsk	89,03	4,47	1,38	0,7
Região de Kiev	59,72	16,73	9,28	3,3
Kirovohrad	39,02	30,82	12,49	6,99
Luhansk	4,54	80	1,94	5,84
Lviv	87,25	5,81	1,59	0,83
Mykolaiv	17,94	53,97	5,44	7,75
Odessa	17,34	53,4	8,46	6,73
Poltava	43,64	25,95	15,36	5,6
Rivne	69,25	16,08	5,16	2,28
Sumy	52,71	25,7	7,31	4,05
Ternopil	87,52	5,51	2,01	0,53
Carcóvia	15h35	57,37	5,25	7,94
Kherson	32,13	37,44	7,26	10,04
Khmelnyskyi	57,89	21,1	7,11	4,07
Tcherkássi	57,74	17,92	11,77	4,31
Chernivtsi	66,63	17,91	2,67	2,63
Chernihiv	43,35	24h45	16,29	5,22
Kiev	62,36	14,63	5,4	3,13
Sebastopol	5,97	73,54	1,31	8,84
Total	39,9	39,26	5,82	4,97

(Fonte: Electoral Geography, 2014)

A disputa eleitoral refletia profundas divisões regionais e étnicas, características estruturais da política interna ucraniana. Sob esse viés, era esperado que Yushchenko, candidato preferido pelas regiões ocidentais, com maior peso populacional, fosse eleito presidente. Todavia os resultados divulgados em 21 de novembro de 2004 contrariavam tais expectativas. Viktor Yanukovych, candidato favorito pelo Leste e com ideologias pró-Rússia, foi declarado vencedor com 48,46% dos votos, aproximadamente 0,3% acima de Yushchenko. Esse desfecho, provocou intensa desconfiança tanto na população quanto na comunidade internacional, especialmente na Europa Ocidental, questionando a legitimidade do processo eleitoral conduzido em Kiev (Blanco, 2006).

Figura 10 – Resultado do segundo turno das eleições ucranianas em comparação com os resultados do primeiro turno em porcentagem (2004)

Region	First Round				Second Round (November)
	Yushenko (%)	Yanukovich (%)	Moroz (%)	Simonenko (%)	Yanukovich (%)
Crimea	12.79	69.17	0.99	6.68	81.99
Vinnytsia	59.66	16.02	12.80	3.85	21.14
Volyn	77.19	10.48	3.2	2.08	11.85
Dnipropetrovsk	18.72	49.73	5.34	10.6	63.61
Donetsk	2.94	86.74	1.31	3.25	96.2
Zhytomyr	43.51	29.25	10.26	6.27	35.21
Zakarpattia	46.61	37.75	2	1.45	40.07
Zaporizhia	16.59	55.65	5.32	8.82	70.33
Ivano-Frankivsk	89.03	4.47	1.38	0.7	5.13
Kiev Region	59.72	16.73	9.28	3.3	20
Kirovohrad	39.02	30.82	12.49	6.99	46.48
Luhansk	4.54	80	1.94	5.84	92.73
Lviv	87.25	5.81	1.59	0.83	6.63
Mykolaiv	17.94	53.97	5.44	7.75	69.55
Odessa	17.34	53.4	8.46	6.73	67.76
Poltava	43.64	25.95	15.36	5.6	34.5
Rivne	69.25	16.08	5.16	2.28	20.08
Sumy	52.71	25.7	7.31	4.05	26.36
Ternopil	87.52	5.51	2.01	0.53	5.17
Kharkiv	15.35	57.37	5.25	7.94	70.25
Kherson	32.13	37.44	7.26	10.04	52.23
Khmelnyskyi	57.89	21.1	7.11	4.07	24.87
Cherkasy	57.74	17.92	11.77	4.31	24.07
Chernivtsi	66.63	17.91	2.67	2.63	21.73
Chernihiv	43.35	24.45	16.29	5.22	30.02
Kiev	62.36	14.63	5.4	3.13	19.93
Sevastopol	5.97	73.54	1.31	8.84	88.97
Total	39.9	39.26	5.82	4.97	49.46

(Fonte: Electoral Geography, 2014)

Diante desse cenário, uma ampla mobilização popular começou a se formar, especialmente entre jovens, profissionais e membros da sociedade civil, que exigiam uma eleição justa, aberta e democrática. As manifestações de rua, que ficaram conhecidas como a Revolução Laranja, envolveram centenas de milhares ucranianos que exigiam a realização de uma nova eleição, livre da influência ilícita e do controle oligárquico. A pressão popular foi tão intensa que levou à anulação da eleição fraudulenta e à convocação de novas eleições presidenciais (Blanco, 2006).

Figura 11 - Protestos da Revolução Laranja na Ucrânia (2004)



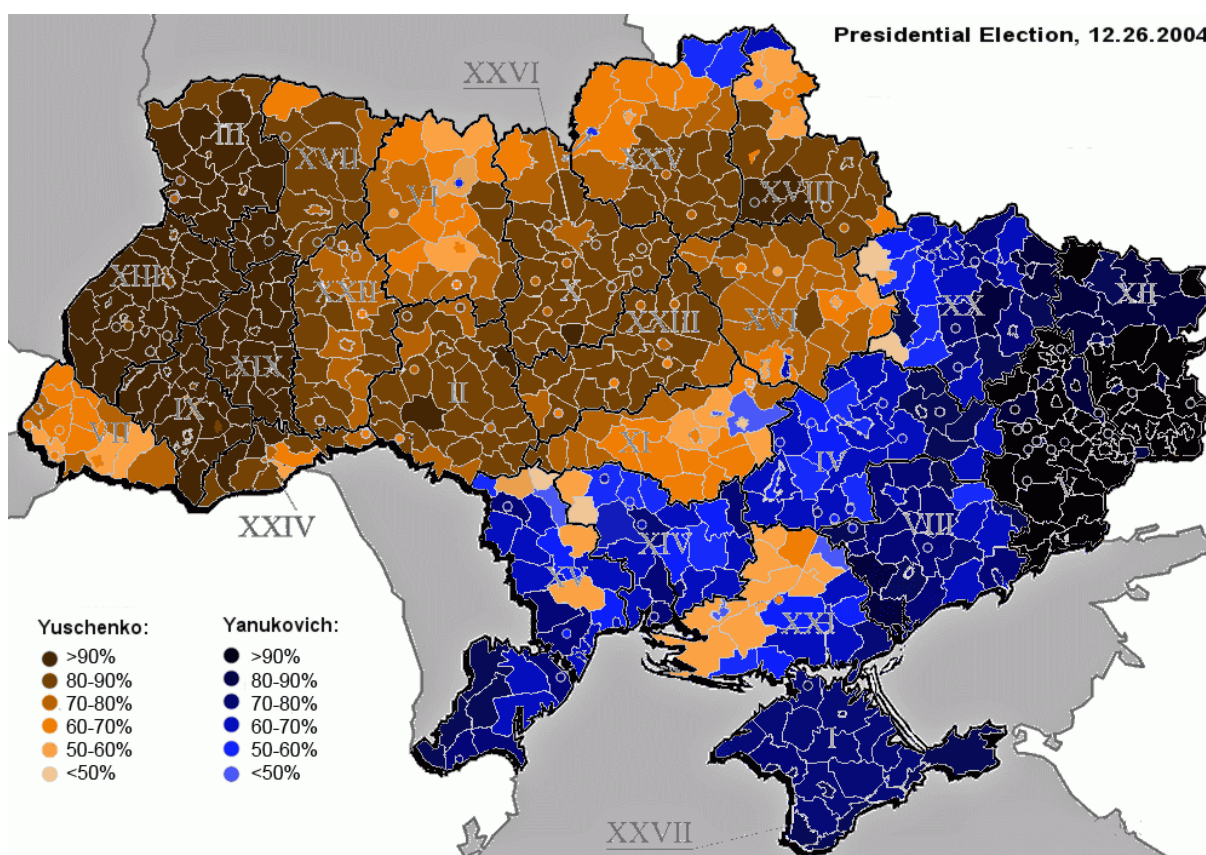
(Fonte: Brasil Escola, 2022)

A partir disso, uma intensa mobilização popular e a contestação e aos resultados eleitorais criou o terreno necessário para que a pressão coletiva se transformasse em ação concreta. As manifestações da Revolução Laranja não apenas expressam o descontentamento da sociedade civil, mas também exerceram influência direta sobre as instituições eleitorais, demonstrando que a articulação interna da população, aliada à atenção da comunidade internacional, poderia reverter decisões políticas controversas e abrir caminho para um processo eleitoral mais legítimo e transparente (Freire, 2006).

Por esse motivo, principalmente devido à pressão popular interna e ao apoio de atores ocidentais, foi realizada uma segunda rodada eleitoral em 26 de dezembro de 2004. Essa votação foi crucial para consolidar a vitória de Viktor Yushchenko após uma crise de legitimidade gerada por alegações de fraudes massivas no primeiro turno. Sob forte pressão internacional, especialmente de países ocidentais favoráveis à democratização, e diante das manifestações populares que contestaram os resultados oficiais, as autoridades eleitorais decidiram convocar uma nova votação. Essa segunda rodada ocorreu em um clima de grande tensão, mas evidenciou o papel decisivo da mobilização interna e da pressão externa na reversão do status quo autoritário. Viktor Yushchenko foi declarado vencedor oficialmente, marcando um passo importante na trajetória democrática da Ucrânia e demonstrando que a

combinação de engajamento popular e apoio internacional pode influenciar diretamente os resultados eleitorais, fortalecendo a legitimidade do governo e o compromisso com a transparência e a mudança estrutural no país (Freire, 2006).

Figura 12 – Resultado do re-segundo turno realizado na ucrânia após pressões internas e externas sobre os possíveis resultados fraudulentos



(Fonte: Electoral Geography, 2014)

Com isso, a Revolução Laranja passou a ter reperfusões diretas na geopolítica europeia, especialmente no que se diz a respeito à segurança energética, à influência russa e à integração da ucrânia com o ocidente. A crise evidenciou a vulnerabilidade da União Europeia diante da dependência do gás russo transportado por gasodutos ucranianos e estimulou esforços para a diversificação energética e o fortalecimento da política de segurança. Além disso, a consolidação de uma postura pró-ocidental na Ucrânia transformou o país em aliado estratégico da UE e da OTAN, provocando tensões em Moscou e antecipando movimentos de rearmamento e consolidação de segurança coletiva europeia (Poty, 2019).

Figura 13 – mapa com os gasodutos instalados em território ucraniano



(Fonte: CNN, 2022)

Essa relação entre mobilização interna, democratização e alinhamento estratégico com o Ocidente demonstra como eventos internos na Ucrânia podem ter efeitos profundos sobre a segurança regional, ou, até mesmo, global. A Revolução Laranja criou precedentes para a atuação conjunta da UE e da OTAN em países do leste europeu, reforçando políticas de contenção à influência russa e estimulando a adoção de medidas de defesa e modernização militar na Europa (Poty, 2019). Dessa forma, o episódio ucraniano serve como um exemplo de como crises políticas internas podem se transformar em elementos centrais de formulações de estratégias geopolíticas e de rearmamento europeu, conectando diretamente a história eleitoral da Ucrânia às questões que atingem o continente europeu atualmente.

3.1.2 Euromaidan

O Euromaidan foi um grande movimento de protesto na Ucrânia que ocorreu entre 2008 e 2014, marcando uma mudança profunda na vida política e social do país. Sua origem está relacionada ao desejo do povo ucraniano de se aproximar da União Europeia, defendendo valores como liberdade, democracia e justiça. Esses ideais vistos por muitos como elementos essenciais para a construção de um Estado moderno, e esse movimento ganhou uma forte carga emocional, quase religiosa, pela dedicação dos manifestantes a esses princípios.

A primeira fase dos protestos começou em novembro de 2013, quando líderes, intelectuais e estudantes apoiaram a assinatura de um Acordo de Associação entre a Ucrânia e a UE, visto como um passo importante rumo à integração da Ucrânia à integração europeia. Inicialmente, os protestos eram pacíficos, concentrados na Praça Maidan, em Kiev, em que universitários ocuparam o espaço para exigir a assinatura do acordo. No entanto, no dia 30 de novembro de 2013, as forças de segurança, utilizando a polícia riot⁷, conhecida como Berkut, atacaram brutalmente esses estudantes, dispersando o acampamento e provocando uma onda de protestos ainda maior. A reação foi geral, e no dia seguinte mais de um milhão de pessoas saíram da rua de Kiev para manifestar seu descontentamento e solidariedade (Kulyk, 2016).

Na segunda fase, a partir do final de novembro de 2013 até janeiro de 2014, os protestos se expandiram por todo país e envolveram diferentes setores da sociedade, incluindo agricultores, trabalhadores acadêmicos e profissionais de diversas áreas. Os manifestantes exigiam não apenas a assinatura do Acordo de Associação, mas também o fim da corrupção, o fortalecimento das liberdades civis e o respeito pelos direitos humanos. Essas manifestações criaram uma movimentação nacional, reunindo pessoas de diferentes regiões e classes sociais, que se uniram na esperança e classes sociais, que se uniram na esperança de uma mudança profunda. Diversas comunidades étnicas religiosas, incluindo judeus, tártaros e russos que vivem na Ucrânia, participaram juntos, destacando os sentimentos de união nacional contra um governo considerado autoritário e corrupto (Kulyk, 2016).

⁷ Riot ou Berkut: unidade de força especial da polícia ucraniana, cuja função era manter a ordem pública em situações de alto risco, como manifestações massivas e protestos políticos.

Os ataques à resistência do Euromaidan tornaram-se progressivamente mais violentos e organizados a partir de janeiro de 2014, quando o parlamento, sobre o governo de Vicktor Yanukovytch, candidato com ideologias mais próximas as russas, originalmente derrotado em 2004, mas eleito como presidente em 2010, aprovou as chamadas “leis ditatoriais”. Legislação essa que, buscava restringir drasticamente a liberdade de expressão, o direito a protestos e diversas liberdades democráticas, demonstrando sua disposição em esmagar o movimento à força (Kvit, 2014).

Após a aprovação dessas leis, a polícia vetou a liberdade de manifestação, utilizando-se de repressão violenta contra os manifestantes que continuavam a ocupar a praça de Maidan. As forças policiais, especialmente Berkut, realizaram ataques corpo a corpo, utilizaram gás lacrimogêneo, balas de borracha, cassetetes e até armas de fogo para dispersar protestos. Houve prisões arbitrárias de ativistas e figuras opositoras. Os violentos confrontos chegaram a envolver veículos blindados da rua de Kiev, e os manifestantes responderam erguendo arquibancadas, jogando coquetéis motolov⁸ e organizando grupos de autodefesa para proteger o acampamento (Kvit, 2014).

⁸ Coquetéis motolov: arma improvisada produzida por uma garrafa de vidro, óleo de carro, gasolina, um pedaço de pano, rolha e fogo.

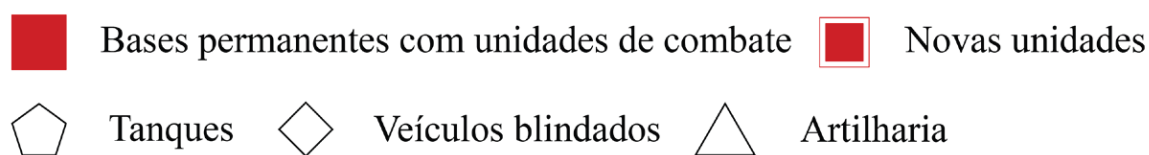
Figura 14 – Protestos do Euromaidan (2014)



(Fonte: France 24, 2024)

Ademais, a Rússia adotou uma postura agressiva contra a Ucrânia durante os eventos do Euromaidan, promovendo uma campanha ideológica e militar de intervenção. Utilizando o símbolo da fita de Geórgia, que representa o totalitarismo e o imperialismo russo, a Rússia buscou combater e desacreditar os movimentos de liberação nacional ucranianos, rotulando-o falsamente de fascistas para justificar sua agressão. Essa intervenção se traduziu na ocupação de territórios, especialmente na Crimeia e nas regiões do leste europeu, onde forças russas e grupos paramilitares atuaram como agentes de um expansionismo imperialista. Tal ação revelou o Euromaidan não apenas como uma manifestação interna ucraniana, mas como um fenômeno ideológico que confronta diretamente o autoritarismo e o imperialismo russo, fortalecendo a unidade do povo ucraniano contra a agressão russa e sua tentativa de restaurar um domínio autoritário na região (Kivt, 2014).

Figura 15 – Disposição militar russa e áreas separatistas na Ucrânia durante o Euromaidan (2014)



(Fonte: CEBRI, 2022)

Em contrapartida, o Ocidente desempenhou um papel importante ao apoiar o Euromaidan e os valores democráticos defendidos pelos manifestantes ucranianos. Lideranças ocidentais, intelectuais e instituições manifestam solidariedade com a luta dos ucranianos pela contestação do Estado justo, democrático e europeu, reconhecendo a diversidade dos participantes do movimento e sua busca por dignidade e liberdade. O apoio ocidental, embora crítico as falhas e corrupção do governo ucraniano, destacou a importância da unidade nacional e dos direitos civis, incentivando o desenvolvimento de uma nova sociedade civil na Ucrânia. Além disso, o Ocidente viu o Euromaidan não apenas como um evento nacional, mas como uma defesa de valores europeus frente à ameaça da autocracia russa, fortalecendo seu compromisso com a soberania e a independência da Ucrânia (Kulyk, 2016).

No entanto, embora o ocidente tenha expressado apoio político e moral aos manifestantes do Euromaidan e aos ideais democráticos que representavam, sua intervenção militar direta foi limitada. A Europa, em grande parte, evitou a intervenção militar ou ações coercitivas significativas, optando por medidas diplomáticas, sanções econômicas e apoio financeiro para pressionar os governos, tanto ucranianos quanto russo. Organizações e líderes europeus promoveram o diálogo e a solidariedade com a sociedade civil ucraniana, mas reconheceram os limites de sua influência direta diante das complexas dinâmicas regionais e dos interesses geopolíticos em jogo. Assim, a presença europeia se manifestou principalmente no terreno diplomático e na mobilização de recursos para fortalecer a Ucrânia e apoiar suas aspirações democráticas, sem participação militar ou intervenções mais agressivas (Kvit, 2014).

Estes acontecimentos, provocaram uma escalada sem precedentes na crise política e social da Ucrânia. Em meio a essa tensão crescente, a Praça Maidan se transformou em uma verdadeira “cidade de resistência”, onde os ativistas mantinham o controle e organizavam serviços essenciais enquanto enfrentavam ataques contínuos. A repressão violenta não foi suficiente para quebrar o espírito dos manifestantes, que permaneceram firmes, inspirados por um forte senso de unidade nacional e pela defesa dos valores democráticos. No entanto, os confrontos violentos culminaram, em fevereiro de 2014, no assassinato de dezenas de manifestantes, o que contribuiu ainda mais para a rejeição do governo de Yanukovich (Kvit, 2014).

Portanto, o Euromaidan representou um momento decisivo na história contemporânea da Ucrânia, simbolizando a luta por uma sociedade mais justa, democrática e europeia, unindo diversos segmentos da população em torno desses ideais. Ao mesmo tempo, essa mobilização expôs tensões profundas entre identidades nacionais, ideologias concorrentes e interesses geopolíticos regionais, especialmente diante da resistência do governo ucraniano e das pressões da Rússia. Embora a Europa tenha atuado como um apoiador importante, sua intervenção foi limitada principalmente ao campo diplomático, sem conseguir evitar a escalada do conflito (Kulyk, 2016).

3.2 A ECLOSÃO DA GUERRA E O COLAPSO DAS GARANTIAS DE SEGURANÇA PRÉ-EXISTENTES

Aprofundando a análise, a escalada para um conflito armado não foi um evento isolado, mas sim o ponto culminante de uma série de ações estratégicas. A guerra se iniciou a partir de uma série de eventos marcados pela anexação da Crimeia pela Rússia e o conflito no leste ucraniano, que resultou em uma grave crise entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria. A partir daquele ano, a Rússia empregou a *Maskirovka*, uma estratégia de operações políticos-militares conduzidas com o objetivo de ocultar suas reais intenções, utilizando aparências ou justificativas que disfarçam seus verdadeiros objetivos, com o intuito de enfraquecer a Ucrânia e mantê-la sob sua zona de influência, impedindo o ingresso do país na OTAN e na União Europeia. Esse processo foi conduzido por uma grande operação encoberta de inteligência militar russa (GRU), que utilizou modernos recursos tecnológicos para mascarar suas ações e desestabilizar a região, dando início a uma moderna guerra híbrida⁹ que misturou ações militares, desinformação, operações irregulares, causando um conflito prolongado e impactado significativamente a segurança internacional (Konrad, Lourenção, 2019).

"Atualizada ao cenário do século XXI sob forma de uma moderna guerra não-convencional, com a presença de atores estatais e não-estatais, foi conduzida em tempo de paz e sob pretexto de uma insurreição civil, os acontecimentos na Crimeia e no leste da Ucrânia, ressurgem plenamente pela primeira vez após o Fim da Guerra Fria, como uma nova idiossincrasia da expansão geopolítica russa no leste europeu, e sua execução teve o intuito de mascarar as operações militares russas em território ucraniano e seus objetivos em seu entorno geoestratégico." (Konrad, Lourenção, 2019, p. 12917)

Essa guerra híbrida praticada pela Rússia reflete uma evolução tradicional da arte da dissimulação, que abrange técnicas como camuflagem, engano, negação, subversão, sabotagem, propaganda e operações psicológicas. No contexto

⁹ A Guerra Híbrida é uma forma contemporânea de conflito que combina, de forma coesa, diferentes modos de guerra, incluindo capacidades militares convencionais, táticas irregulares, terrorismo, guerra cibernética, e operações informacionais, envolvendo tanto atores estatais como autores não estatais. Essa modalidade de guerra utiliza uma ampla variedade de táticas e estratégias objetivando explorar as vulnerabilidades políticas, sociais, econômicas e informacionais do adversário, operando muitas vezes no linear da legalidade e legitimidade. Pois busca desestabilizar governos e instituições por meio de ações militares e não militares simultâneas, o que dificulta respostas convencionais e exige uma abordagem multidimensional coordenada.

contemporâneo, essa estratégia foi ampliada para incluir a coerção econômica, controle energético, ciberataques, manipulação midiática e o uso das forças militares clandestinas, configurando que alguns autores como Roberts (2015), citado por Konrad e Lourenção (2019), no texto “O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional” chamaram de *Maskirovka 2.0*, que objetivava explorar a assimetria entre a Rússia e OTAN, criando ambiguidade e dificultando a resposta direta das potências ocidentais. Essa abordagem permite que um Estado supostamente poderosos transforme-se rapidamente em campo de conflito multifacetado, onde a distinção entre a guerra e a paz torna-se confusa, gerando uma crise humanitária e um cenário de instabilidade prolongada na região, com consequências que deixam de impactar apenas o leste europeu (Konrad, Lourenção, 2019).

Entre os anos seguintes (2014-2018), o conflito consolidou-se como um paradigma da guerra híbrida moderna, caracterizada por uma multiplicidade de estratégias e táticas que transcendeu o combate militar convencional. O marco inicial dessa fase foi a anexação da Criméia pela Rússia em 2014, em uma operação conduzida sob o programa *Maskirova*. Contudo, o conflito se expandiu para a região do Donbas, no leste da Ucrânia, onde atuaram tanto forças irregulares quanto regulares, incluindo tropas especiais infiltradas entre os grupos separatistas locais, desempenhando um papel significativo que contribuiu para uma guerra prolongada que causou milhares de mortes e uma grave crise humanitária (Konrad, Lourenção, 2019).

Durante esse intervalo, a Rússia incorporou mecanismos variados de pressão, como a coerção econômica, principalmente pela manipulação do fornecimento de energia para a Ucrânia e aos países da União Europeia, ataques cibernéticos direcionados a infraestruturas críticas e campanhas midiáticas para desestabilizar o governo ucraniano e influenciar a opinião pública internacional. Paralelamente, esforços diplomáticos como o acordo de Minsk, firmados em 2014 e 2015, tentando estabelecer um cessar-fogo e soluções políticas para as crises, mas sua implementação mostrou-se limitada e constantemente violada, refletindo a dificuldade em conter um conflito que opera na zona cinzenta entre a guerra e a paz. Esse cenário evidenciou a assimetria inerente à disputa entre a federação Russa e a OTAN, na qual

primeiro explorou as fraquezas do bloco ocidental, especialmente sua hesitação em um envolvimento militar direto, e empregou várias táticas que criam confusão e dificultaram respostas coordenadas (Konrad, Lourenção, 2019).

Com isso em vista, é importante ressaltar que, em 2014 os países membros da OTAN chegaram a publicar em 5 de setembro de 2014, uma declaração da Cúpula dos países de Gales, que teve uma modificação em 04 de julho de 2022 às 8:57 da manhã, na qual ela enfatiza o compromisso contínuo de seus membros com a defesa coletiva e a segurança transatlântica diante de um ambiente de segurança em rápida transformação e caracterizada por múltiplos desafios, como a crise na Ucrânia e as ações da Rússia que ameaçam a estabilidade de todo continente europeu. A aliança reafirma os valores fundamentais da democracia, direitos humanos e liberdade, ressaltando a cooperação entre a Europa e América do Norte para manter a paz e a estabilidade na região euro-atlântica. Os chefes de Estado, também destacaram a necessidade da adaptação da OTAN aos novos desafios, incluindo ameaças híbridas, cibersegurança, e a proliferação de armas de destruição em massa, sublinhando a relevância de parcerias estratégicas com organizações internacionais como a União Europeia e as Nações Unidas para fortalecer a segurança global (OTAN, 2014).

Mais especificamente, na declaração a OTAN expressa de forma enfatizada a sua profunda preocupação com os desdobramentos no conflito ucraniano, destacando que as ações da Rússia, incluindo a anexação da Crimeia e o apoio a grupos separatistas no leste ucraniano, representam a violação clara do direito internacional e dos princípios que sustentavam a ordem europeia de segurança. A aliança condena essas intervenções que desestabiliza a Ucrânia e a região como um todo, reafirmando o seu apoio à soberania, independência e integridade territorial ucraniana. Além disso, a OTAN enfatiza a importância da busca por uma solução pacífica, política e diplomática para o conflito, ao mesmo tempo em que está preparada para aumentar a sua vigilância e seu reforço de presença defensiva nos países aliados fronteiriços, a fim de garantir a segurança e a estabilidade da região Euro-Atlântica (OTAN, 2014).

“We condemn in the strongest terms Russia's escalating and illegal military intervention in Ukraine and demand that Russia stop and withdraw its forces from inside Ukraine and along the Ukrainian border. This violation of Ukraine's sovereignty and territorial integrity is a serious breach of international law and a major challenge to Euro-Atlantic security. We do not and will not recognise Russia's illegal and illegitimate 'annexation' of Crimea. We demand that

Russia comply with international law and its international obligations and responsibilities; end its illegitimate occupation of Crimea; refrain from aggressive actions against Ukraine; withdraw its troops; halt the flow of weapons, equipment, people and money across the border to the separatists; and stop fomenting tension along and across the Ukrainian border. Russia must use its influence with the separatists to de-escalate the situation and take concrete steps to allow for a political and a diplomatic solution which respects Ukraine's sovereignty, territorial integrity, and internationally recognised borders.” ¹⁰(OTAN, 2014, p. 4)

Em complemento, a OTAN comprometeu-se a implementar uma série de ações concretas na tentativa de vencer esse desafio. As ações incluem o reforço de suas estruturas financeiras por meio de reformas institucionais, ampliar a presença militar em áreas de risco, especialmente na Europa Oriental, fortalecer a interoperabilidade e a capacidade de resposta rápida das forças aliadas, bem como investir em capacidades de defesas inovadoras. Além disso, a OTAN continuará a promover a cooperação prática com parceiros como Geórgia, para consolidar reformas democráticas e capacidades de defesa, ao mesmo tempo que mantém diálogo e coordenação intensificada com a UE e a ONU, para abordar ameaças comuns, como o terrorismo e a proliferação nuclear (OTAN, 2014).

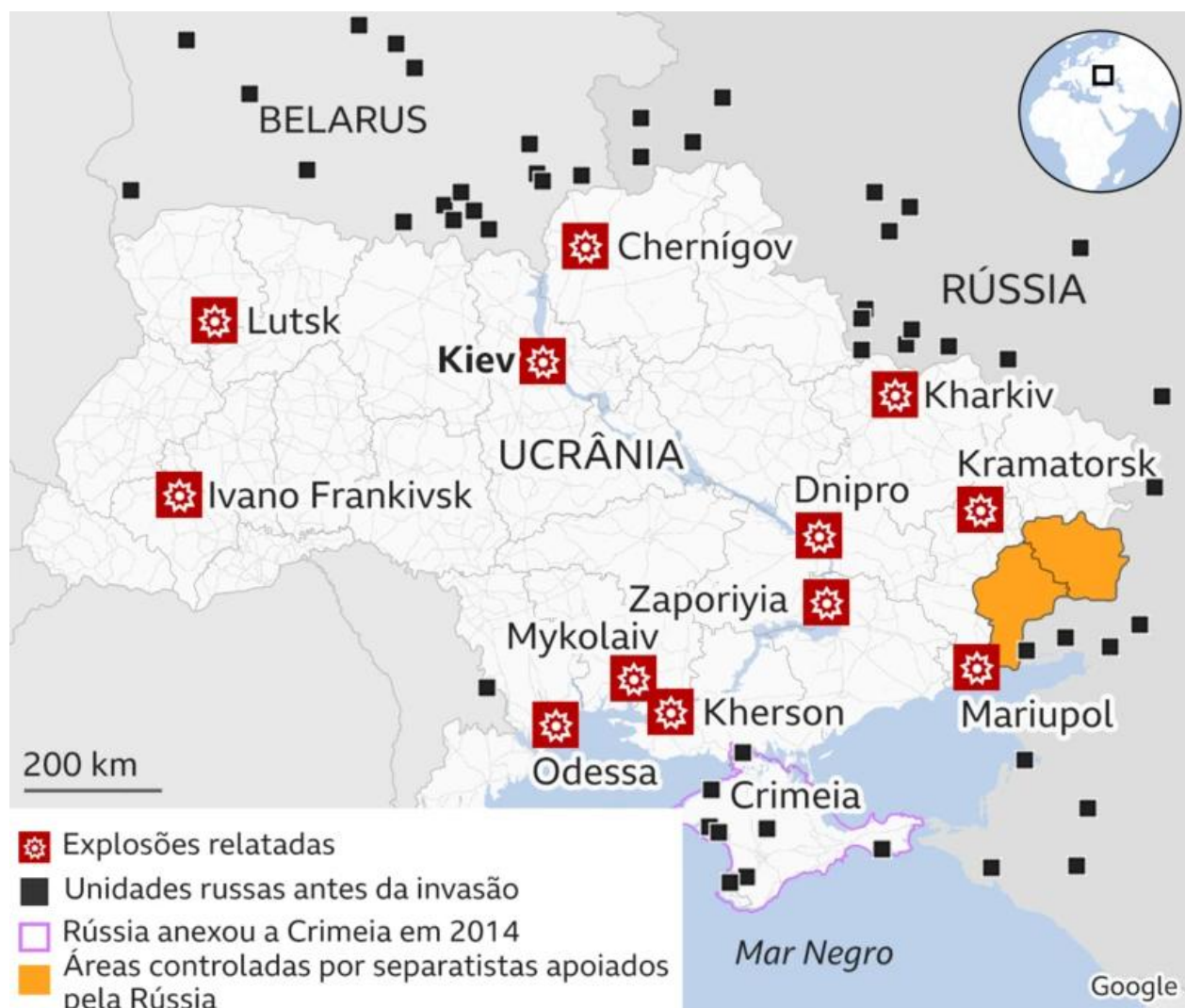
Quanto a ajuda fornecida a ucrânia, houve um forte aumento na ajuda internacional destinada a fortalecer as capacidades militares ucranianas. Países aliados, incluindo membros da OTAN e outras nações, tem fornecido suporte militar significativo, que inclui o envio de sistemas de defesa aérea avançados, armas, drones e capacitações técnicas. Essa assistência visava aprimorar a capacidade de defesa do país frente a ameaças, especialmente contra-ataques aéreos e uso de novas tecnologias para combate. O apoio também envolve treina mentos

¹⁰ Tradução da Autora: Condenamos nos termos mais veementes a intervenção militar ilegal e crescente da Rússia na Ucrânia e exigimos que a Rússia cesse e retire suas forças de dentro da Ucrânia e ao longo da fronteira ucraniana. Essa violação da soberania e da integridade territorial da Ucrânia constitui uma grave infração do direito internacional e um grande desafio à segurança euro-atlântica. Não reconhecemos e jamais reconheceremos a ‘anexação’ ilegal e ilegítima da Crimeia pela Rússia. Exigimos que a Rússia cumpra o direito internacional e suas obrigações e responsabilidades internacionais; encerre sua ocupação ilegítima da Crimeia; abstenha-se de ações agressivas contra a Ucrânia; retire suas tropas; interrompa o fluxo de armas, equipamentos, pessoas e dinheiro através da fronteira para os separatistas; e pare de fomentar tensões ao longo e através da fronteira ucraniana. A Rússia deve usar sua influência sobre os separatistas para diminuir a escalada da situação e tomar medidas concretas para permitir uma solução política e diplomática que respeite a soberania, a integridade territorial e as fronteiras internacionalmente reconhecidas da Ucrânia.

especializados e o intercâmbio de informações estratégicas, com o objetivo de embasar a resistência ucraniana e melhorar suas táticas de defesa. O apoio também envolvia treinamentos especializados e o intercâmbio de informações estratégicas, com o objetivo de embasar a resistência ucraniana e melhorar suas táticas de defesa. Assim, a ajuda internacional tem evoluído ao longo dos anos, reforçando o uso global de solidariedade e suporte à Ucrânia para enfrentar os desafios do conflito (Lopes, 2024).

Todavia, devido a uma série de fatores geopolíticos e estratégicos relacionados a sensibilidade territorial russa, que configura um aspecto central de sua política de segurança, a guerra se intensificou em 2022, envolvendo múltiplas frentes militares na Ucrânia. Motivada por uma combinação de fatores históricos geopolíticos e estratégicos a Rússia realiza um ataque em 24 de fevereiro de 2022, marcando o início dessa segunda fase da guerra. Historicamente, a Rússia possui uma sensibilidade especial em relação ao seu vasto território euroasiático e percebe a Ucrânia como uma parte fundamental de sua zona de influência, cujo controle é considerado vital para a sua segurança nacional e integridade. Desde o fim da Guerra Fria, Moscou tem sofrido pressões na sua zona de influência, sobretudo pela expansão contínua da OTAN em direção às fronteiras russas, o que é visto como uma ameaça direta, especialmente com a possibilidade da Ucrânia se integrar com a aliança ocidental, configurando uma possível grande ameaça para o governo russo (Carmona, 2022).

Figura 16 - mapa dos ataques russos realizados a ucrânia em 2022



(Fonte: pesquisa BCC, Rochan Consultoria, Maxar, 2025)

Além disso, a Ucrânia possui importância geoestratégica significativa aos russos, exemplificada pela Crimeia, região historicamente fundamental por abrigar a encosta do mar negro, cuja anexação em 2014 demonstra a relevância geopolítica do território para Moscou. O envolvimento indireto dos países ocidentais, fornecendo apoio militar e inteligência a ucrânia, intensificou o temor russo sobre o aumento da influência ocidental às suas fronteiras, contribuindo a sua decisão de lançar ofensiva militar com o objetivo de preservar sua posição geopolítica, impedir a expansão da OTAN e garantir sua segurança nacional diante das ameaças percebidas (Carmona, 2022).

O embate resultou em uma crise global de oferta, especialmente em energia, alimentos e fertilizantes, que já sofriam pressão durante a pandemia do Covid-19, agravando a inflação mundial com índices anuais superiores a 9% em países como Reino Unido e Estados Unidos em meados de 2022. As sanções econômicas liderados pelo G7¹¹ tentaram isolar a Rússia do sistema capitalista global, porém, apesar dos impactos econômicos expressivos, essas medidas não impediram o avanço do serviço militar russo, devido à preparação prévia do país, suas reservas internacionais e alianças com países em desenvolvimento, especialmente os BRICS (Carmona, 2022).

Ademais, a estrutura de decisão centralizada do governo russo permite uma rápida adaptação e resposta, evitando os freios e controles típicos de democracias ocidentais, o que dificulta a eficácia das sanções econômicas e políticas. Além disso, a Rússia tem desenvolvido estratégias de guerra assimétricas, incluindo ciberataques e operações no espaço cognitivo, que atravessam as barreiras tradicionais das sanções econômicas, explorando novos domínios do conflito. O uso de métodos híbridos, como o apoio de grupos paramilitares e campanhas de desinformação, também fortalece a sua resistência frente às medidas internacionais restritivas, mantendo sua capacidade de operar e avançar no cenário militar e político (Barón, 2024).

Desse modo, o conflito entre Rússia e Ucrânia desencadeou um aumento significativo das tensões regionais e globais. Como argumenta Maria Alejandra Santos Barón (2024), isso configurou uma guerra de quinta geração em que os combates não ocorrem apenas no campo de batalha físico, mas também no cibernético, midiático e cognitivo. Este ambiente multidimensional tem provocado uma intensificação nas operações de ciberespionagem, ataques a infraestruturas críticas e o uso intensivo das chamadas, *fakes News* com objetivo de controlar narrativas e legitimar interesses políticos. O envolvimento de atores não estatais, como grupos

¹¹ Fórum internacional compostas pelas 7 maiores economias mundiais. Esses países são: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. O G7 se reúne regularmente para discutir questões econômicas, políticas, e de cooperação internacional, promovendo a coordenação de políticas para enfrentar os desafios globais e estimular o crescimento econômico sustentável (Schreyer, 2000)

privatizados de mercenários e hacktivistas¹², juntamente com a competição entre potências globais, tem ampliado o espectro do conflito, impactando a estabilidade internacional e elevando os riscos da escalada militar e geopolítica.

Com isso, o conflito desencadeou uma crise humanitária sem precedentes, com milhões de refugiados e deslocados internos, além de perturbações significativas na segurança alimentar e energética mundial. Internamente e no cenário internacional, acusações de graves violações do direito humanitário surgiram, com o Tribunal Penal Internacional emitindo um mandado de prisão contra o presidente Valdimir Putin. Paralelamente, a Ucrânia também foi alvo de alegações relacionadas a infrações similares. Tal quadro reforça a complexidade do conflito e a severa crise das normas de mecanismos que antes garantiam a estabilidade e segurança coletiva na região (Duarte, 2024).

“A Rússia também tem sido acusada do cometimento de diversos crimes de guerra e de violações às Convenções de Genebra. O Tribunal Penal Internacional chegou a expedir um mandado de prisão contra o presidente Putin, em 17 de março de 2023, que permanece em aberto. Por sua vez, violações ao direito internacional humanitário também têm sido atribuídas ao Exército ucraniano” (Duarte, 2024, p. 108)

Em retrospectiva, o conflito evidenciou a fragilidade das garantias de segurança, pós-Guerra Fria, que se mostraram incapazes de impedir a desestabilização do equilíbrio geopolítico. O rompimento dessas garantias contribuiu para a escala bélica, impactando profundamente a narrativa de segurança ontológica da Rússia, que percebe seu entorno como cada vez mais ameaçador e adverso. Dessa forma, o colapso das estruturas de seguranças vigentes entre os atores em questão, tornou-se um fator central para entender não apenas o conflito em si, mas também a reconstrução de identidades e políticas exteriores russas e europeias na atualidade (Duarte, 2024).

¹² Hacktivistas são indivíduos ou grupos que utilizam técnicas de hacking (invasão e manipulação de sistemas informáticos) com motivação política, social ou ideológica. Diferentemente de hackers criminosos que buscam lucro financeiro, os hacktivistas têm como objetivo promover uma causa, denunciar injustiças, causar impactos em alvos simbólicos ou adversários políticos e, muitas vezes, fomentar mudanças sociais ou políticas. No contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia, hacktivistas têm participado ativamente com ataques cibernéticos para desestabilizar sistemas governamentais, instituições e empresas, atuando tanto para apoiar um dos lados do conflito quanto para pressionar governos e atores envolvidos (Barón, 2024)

3.3 A POLÍTICA EXTERNA DAS POTÊNCIAS CENTRAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SEGURANÇA EUROPEIA

A política externa das grandes potências desempenha um papel central na configuração do panorama de segurança na Europa. Essas nações, devido ao seu peso econômico, político, e militar, influenciam diretamente as dinâmicas de estabilidade, alianças e rivalidades na região. Suas estratégias refletem interesses variados que vão desde a preservação de sua esfera de influência até a busca por recursos, segurança e projeção de poder. Assim, as ações dessas potências moldam o ambiente de segurança europeu, criando um contexto de constante ajustamento e adaptação por parte dos demais atores regionais e internacionais (Freire, 2012).

“Em suma, a política externa é uma área de estudo complexa, que envolve atores variáveis, implica níveis de análise diferenciados e combina dimensões materiais e ideacionais, num contexto onde as dinâmicas associadas à formulação, decisão e implementação estão em constante mutação. Os modelos de análise sistematizados revelam a dificuldade de explicitar a complexidade inerente à política externa, seja nas suas dimensões internas seja no quadro internacional, numa lógica co-constitutiva de ambos. Muitos fatores centrais aos processos de política externa não são facilmente apreendidos, exigindo uma leitura atenta onde o reconhecimento de contradições e convergências, adversidades e oportunidades pode contribuir para melhor entender processos e, eventualmente, gerir as perversidades inerentes aos mesmos” (Freire, 2024. p.46)

No contexto europeu, a relação com as potências centrais, é marcada por uma combinação de cooperação e tensões. Enquanto a União Europeia busca consolidar uma política de segurança comum e fortalecer seus mecanismos de defesa, as ações de países como Estados Unidos, Rússia e China podem gerar alterações no equilíbrio de poder. A presença de interesses conflitantes, diferenças de percepções sobre ameaças e a intervenção em conflitos internacionais como estratégias externas dessas potências impactam a estabilidade e a segurança do continente. Dessa forma, o cenário europeu torna-se um palco onde os desdobramentos da política global influenciam diretamente os níveis de risco e cooperação (Freire, 2012).

Os desdobramentos das políticas externas dessas grandes potências na segurança europeia também revelam a complexidade das relações internacionais contemporâneas. Tais ações envolvem questões da OTAN, interesses energéticos, controle de armas e conflitos regionais, que frequentemente demandam respostas

coordenadas, ou por vezes, enfrentamentos. Além disso, o papel das instituições multilaterais e de alianças regionais se torna fundamental na tentativa de mitigar ameaças e promover um ambiente de estabilidade. Assim, compreender as estratégias dessas potências é essencial para analisar os desafios futuros da segurança na Europa, bem como para desenvolver respostas eficazes diante de um cenário internacional cada vez mais interconectado e dinâmico (Freire, 2012).

3.3.1 estratégias russas, americanas e ucranianas no contexto do conflito

Em tempos de guerra, as estratégias adotadas pelos diferentes atores envolvidos refletem suas prioridades, interesses e percepções das ameaças e oportunidades presentes no conflito. No contexto do confronto entre Rússia e Ucrânia, cada país busca assegurar seus objetivos através de táticas específicas que englobam ações militares, diplomáticas e econômicas. Essas estratégias são moldadas por fatores históricos, políticos e geoestratégicos, influenciando a dinâmica do conflito e as possibilidades de resolução ou escalada (Freire, 2012).

3.3.1.1 Política externa e estratégias russas

A partir de 2014, a política externa da Rússia passou por uma mudança significativa, marcada pela transição para uma diplomacia mais manipuladora, pois passou de utilizar estratégias mais centrada na energia e negociações, para uma intervenção militar direta na Ucrânia. Essa alteração ocorreu após a destituição do presidente ucraniano, Vítor Yanukovich, considerado por Moscou o resultado de uma revolta apoiada pelos Estados Unidos e aliados ocidentais. Como resposta, a Rússia anexou a Crimeia e apoiou movimentos separatistas do Donbass, buscando garantir sua influência e interesses estratégicos da região, especialmente a manutenção da base naval e Sebastopol e o controle sobre a península da Crimeia (Albuquerque, 2025).

Figura 17 – zonas de controle russo (2014-2022)



(Fonte: BCC, instituto para o Estudo da Guerra, 2025)

As estratégias de política externa russas no conflito incluem o uso de ações militares e a implementação de uma guerra híbrida que combina operações convencionais, cibernéticas, informacionais e políticas para enfraquecer o governo ucraniano e consolidar a influência russa. Além disso a postura russa fundamenta-se no princípio da indivisibilidade da segurança, isto é, nenhum outro país deve fortalecer a sua segurança às custas da segurança de outra nação. Nesse contexto, a Rússia exige garantias legais para impedir a expansão da OTAN, para territórios próximos as suas fronteiras, argumentando que a ampliação da aliança militar representa uma ameaça direta à sua segurança nacional. As negociações realizadas em dezembro de 2021, nas quais a Rússia solicitou o retrocesso das capacidades militares da OTAN às condições de 1997. Solicitação esta, que não foi atendida, contribuindo ainda mais para o aumento das tensões. Ademais, Moscou entende que a crescente aproximação da Ucrânia à OTAN por meio de treinamentos militares, exercícios

conjuntos e fornecimento de armas representa uma escalada e ignora as preocupações legítimas da Rússia, perpetuando um conflito cuja razão está enraizada na dinâmica global europeia do pós-Guerra Fria (Albuquerque, 2025).

A narrativa russa destaca ainda o colapso do estado ucraniano como um fator central para a atual instabilidade na região, atribuindo à ucrânia um elevado grau de corrupção sistêmica e ausência de governabilidade eficaz, elementos que teriam minado as instituições e facilitado a intervenção externa. Sob esta perspectiva, a Rússia justifica suas ações como uma resposta necessária para conter o avanço de forças consideradas hostis que ameaçam não apenas a sua segurança, mas também a integridade cultural e histórica das populações russas no território ucraniano. Essa visão reforça a interpretação que o conflito ultrapassa as disputas bilaterais tradicionais e está inserido em um contexto mais amplo de rivalidades geopolíticas no pós-Guerra Fria, em que a expansão da OTAN é vista como um fator desestabilizador e uma afronta ao princípio da indivisibilidade da segurança defendido por Moscou (Freire, 2022).

“Даже сейчас, с расширением НАТО на восток, ситуация в России ухудшается и становится всё более опасной с каждым годом. Более того, в последние дни руководство НАТО резко заявило о необходимости ускорить и активизировать усилия по приближению инфраструктуры альянса к границам России. Иными словами, оно ужесточило свою позицию. Мы не можем стоять в стороне и пассивно наблюдать за этим развитием событий. Это было бы абсолютно безответственно с нашей стороны. Любое дальнейшее расширение инфраструктуры Североатлантического альянса или продолжающиеся попытки закрепить на территории Украины для нас неприемлемы.”¹³ (Putin, 2022)

No âmbito militar, as estratégias militares russas demonstram uma combinação sofisticada de operações convencionais e não convencionais. Inicialmente a invasão convencional em grande escala, foi acompanhada por uma rapidez na mobilização e concentração de forças, visando desestabilizar principalmente as pequenas cidades ucranianas. Essa abordagem tradicional de guerra relâmpago reflete as tentativas de

¹³ Tradução da autora: "Mesmo agora, com a expansão da OTAN para o leste, a situação da Rússia vem se agravando e se tornando mais perigosa a cada ano. Além disso, nos últimos dias, a liderança da OTAN tem sido contundente em suas declarações de que precisa acelerar e intensificar os esforços para aproximar a infraestrutura da aliança das fronteiras russas. Em outras palavras, eles têm endurecido sua posição. Não podemos ficar parados, observando passivamente esses acontecimentos. Isso seria absolutamente irresponsável da nossa parte. Qualquer expansão adicional da infraestrutura da Aliança do Atlântico Norte ou os esforços em curso para conquistar uma posição militar no território ucraniano são inaceitáveis para nós."

alcançar objetivos políticos e territoriais em prazos curtos, minimizando a resistência organizada. Paralelamente às operações convencionais, a Rússia intensificou o uso de estratégias híbridas que combinam ações militares com guerra informacional, cibernética e psicológica. Campanhas de desinformação foram empregadas para deslegitimar o governo ucraniano, fomentando divisões internas e questionando a legitimidade do Estado, enquanto tentavam minar a solidariedade internacional do conflito. A guerra cibernética, com ataques a infraestruturas críticas como comunicação e energia, teve como objetivo de reduzir a capacidade logística e operacional das forças ucranianas, além de ampliar o sentimento de insegurança na população civil (Freire, 2022).

“Уверен, что преданные своему делу солдаты и офицеры Вооружённых Сил России выполнят свой долг профессионально и мужественно. Не сомневаюсь, что государственные институты всех уровней и специалисты, а также руководители компаний и всё бизнес-сообщество будут эффективно работать над обеспечением стабильности нашей экономики, финансовой системы и социального благополучия. Надеюсь, что все парламентские партии и гражданское общество займут консолидированную и патриотическую позицию.”¹⁴ (Putin, 2022)

Outro elemento central das estratégias russas é a instrumentalização da narrativa estratégica para justificar os avanços militares e manter o apoio doméstico. Em discursos oficiais, a ação militar é apresentada como uma medida necessária para proteger a população de ascendentes movimentos extremistas e fascistas na ucrânia, bem como evitar a expansão da OTAN. Essa legitimidade discursiva é fundamental para sustentar a mobilização das forças armadas e a resistência interna em sanções e pressões internacionais. No plano operacional, a Rússia desenvolveu uma integração entre as forças terrestres, aéreas e navais, buscando controlar corredores estratégicos e assegurar rotas logísticas essenciais tais como as linhas de abastecimento para as regras separatistas do Donbass. Ao mesmo tempo, a presença militar russa na Crimeia garante a projeção de poder no Mar negro, consolidando um ponto de apoio crucial para a influência no regime pós-soviético. Essa estratégia se

¹⁴ Tradução da autora: "Estou certo de que os dedicados soldados e oficiais das Forças Armadas da Rússia cumprirão seu dever com profissionalismo e coragem. Não tenho dúvidas de que as instituições governamentais em todos os níveis e especialistas trabalharão eficazmente para garantir a estabilidade de nossa economia, sistema financeiro e bem-estar social, e o mesmo se aplica aos executivos corporativos e a toda a comunidade empresarial. Espero que todos os partidos parlamentares e a sociedade civil adotem uma posição consolidada e patriótica.

insere na visão de policentrismo, que coloca a Rússia como ator central no sistema internacional, capaz de contestar a ordem euro atlântica predominante (Freire, 2025).

Finalmente, a resistência ucraniana, apoiada por países ocidentais, tem forçado adaptações na estratégia russa, incluindo o reforço das unidades especializadas em guerra urbana e contra-insurgência¹⁵, bem como a intensificação dos ataques a centros logísticos e sistemas de comando adversários. A dinâmica da guerra evidencia um conflito em constante evolução, onde as estratégias militares russas buscam não apenas controlar o território, mas também influenciar o quadro político e psicológico regional, reafirmando sua narrativa estratégica de proteção das fronteiras e manutenção da estabilidade no espaço pós-soviético (Freire, 2025).

3.3.1.2 Política externa e estratégias ucranianas

Após o início do conflito com a Rússia, especialmente a partir dos protestos do Euromaidan em 2013-2014, a política externa ucraniana sofreu transformações significativas, refletindo o impulso histórico e multigeracional para autodeterminação nacional frente às tentativas de dominação russa. A invasão de 2014, que resultou na anexação da Crimeia e no conflito militar na região do Donbass, levou à Ucrânia a declarar sua aproximação com alianças ocidentais, como a União Europeia e a OTAN. Essa mudança foi acompanhada por reformas substanciais na legislação e nas políticas internas e externas ucranianas, reforçando seus políticos, econômicos e militares com o Ocidente, e promovendo uma mudança nos valores sociais e governamentais do país. Tal transformação representou uma ruptura clara com a influência russa e uma estratégia deliberada de reafirmação de soberania e integridade territorial da Ucrânia diante das reivindicações russas (Pallaoro, 2022).

Paralelamente à essa mudança, a interferência russa na política doméstica da Ucrânia intensificou o processo de dissociação entre os dois países. Desde os primeiros anos após o colapso da União Soviética, a Rússia buscou retardar a inclinação ucraniana para o ocidente por diversos meios, como, por exemplo o apoio a candidatos pró-russos. No entanto, a tentativa foi falha, e como resposta o presidente Volodymyr Zelensky adotou uma linha mais dura, que incluiu o fechamento

¹⁵ refere-se às ações militares, políticas e sociais que um estado ou autoridade toma para derrotar e suprimir um movimento insurgente, o qual é uma revolta ou rebelião organizada contra o poder estabelecido (Aurélio 2019)

de redes de televisão pró-Rússia, a prisão de oligarcas relacionados ao Kremlin e a reforma dos serviços de segurança para eliminar simpatizantes russos. Isso demonstra que, além do alinhamento ocidental, houve também um endurecimento interno para reduzir a interferência russa na política interna ucraniana (Pallaoro, 2022).

“ao conflito em Donbass, as percepções de intransigência e má fé russa levaram Zelensky a adotar uma linha mais dura. Também começou a destruir os pilares da influência russa, ordenando o fechamento de redes de televisão pró-Rússia e prendendo o oligarca Viktor Medvedchuk, que financiou vários desses canais e era considerado o principal representante do Kremlin na Ucrânia, sob acusações de traição. De igual forma pressionou para reformar os serviços de segurança, com o objetivo de erradicar os simpatizantes russos que se mostraram essenciais para a anexação da Crimeia e posteriormente interferiram nas investigações sobre a influência russa” (Pallaoro, 2022 *apud* Campos, Lobo, Azevedo, 2018)

Por outro lado, apesar da clara tendência para os valores ocidentais, alguns elementos permaneceram complexos e desafiadores. As tensões com a Rússia continuaram elevadas, e os laços históricos, culturais, econômicos profundos entre os dois países não desaparecem, influenciando a dinâmica da política externa ucraniana e sua capacidade de manobra. Além disso, a política externa da Ucrânia continua condicionada pela necessidade de lidar com questões territoriais, como a Crimeia e o Leste separatista, que sustentam o conflito e limitam a normalização das relações com Moscou (Pallaoro, 2022).

Assim, pode-se afirmar que a política externa ucraniana após o conflito sofreu uma transformação decisiva, com o país realizando uma clara aproximação ao Ocidente, alinhando-se com a EU e OTAN, implementando reformas para reduzir a influência russa, mas ainda enfrentando desafios recorrentes das relações históricas e do conflito territorial (Pallaoro, 2022).

3.3.1.3 Política externa e estratégias americanas

A política externa americana frente ao conflito russo-ucraniano foi dividida, principalmente, em duas fases. A primeira foi durante o governo de Joseph Robinette Biden Jr, no qual sua política externa foi caracterizada pela preocupação com a escalada do conflito, visando à manutenção da segurança e estabilidade internacional. Em 13 de fevereiro de 2021 manifestou publicamente sua apreensão e solicitou ao

presidente russo Vladimir Putin a redução das tensões na região da fronteira ucraniana (Dellagnezze, 2022).

“Conforme os EUA, o número de tropas russas na fronteira com a Ucrânia está em seu nível mais alto, desde 2014. No dia 13/02/2021, o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, expressou sua preocupação e pediu para que o russo Vladimir Putin reduzisse as tensões na região. O Sociólogo e Cientista Político da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Prof. Gustavo Lacerda⁵, sustenta que a Rússia quer, de fato, “é retomar a Ucrânia, para o país voltar a ser a 'grande Rússia', ideia imperialista, que vem desde o Século XIX. Eles acreditam que o Ocidente é decadente e que os grandes ideais da humanidade se concentram no Oriente” (Dellagnezze, 2022, p.30)

No âmbito geopolítico, os Estados Unidos têm se alinhado com os membros da União Europeia e da OTAN para conter a expansão da influência russa na região do Leste Europeu, manifestando o amplo suporte estratégico, político e econômico à Ucrânia. Essa postura reflete o compromisso ocidental em preservar a soberania e a integridade territorial ucraniana, reafirmando os princípios do direito internacional e da ordem global multilateral frente às ações militares russas, consideradas como uma violação flagrante desses valores. A preocupação com a estabilidade regional e a manutenção da paz internacional tem pautado os esforços conjuntos das potências ocidentais, que buscam conter o avanço russo por meio de sanções econômicas rigorosas, apoio militar defensivo e a pressão militar contínua. Essa abordagem evidencia a centralidade na Ucrânia no tabuleiro geopolítico global, onde os interesses estratégicos dos EUA e seus aliados se entrelaçam com o objetivo de limitar a influência russa no âmbito europeu (Dellagnezze, 2022).

Em 2022, os Estados Unidos desempenharam um papel central no apoio militar à Ucrânia diante da intensificação do conflito. Apenas no primeiro semestre daquele ano Washington destinou aproximadamente 9,5 bilhões de euros em ajuda militar, contemplando armamentos, munições, veículos blindados e sistemas de defesa. No segundo semestre, a contribuição norte americana foi ainda mais expressiva alcançando cerca de 25,5 bilhões de euros, o que demonstra a urgência em sustentar a resistência ucraniana frente as ofensivas russas. No total os EUA forneceram aproximadamente 35 bilhões de euros em 2022. Embora não tenham sido os maiores doadores, posição ocupada pela União Europeia, que, somando esforços coletivos e multilaterais, destinaram valores ainda mais elevados, os Estados Unidos

consolidaram-se como um dos atores mais influentes no suporte militar de Kiev, reforçando o seu protagonismo e equilíbrio de poder euro-atlântico (Kireev, 2025).

Em 2023 a ajuda militar estadunidense a Ucrânia manteve-se significativa, alcançando 23,9 bilhões de euros no primeiro semestre e 9,1 bilhões de euros no segundo semestre, totalizando aproximadamente 33 bilhões de euros ao ano. Já em 2024, o padrão de auxílio militar sofreu grandes variações. No primeiro semestre, a contribuição foi de 8,7 bilhões de euros, representando um período de menor intensidade no apoio. Contudo no segundo semestre de 2024, registrou-se um expressivo aumento, com 37,5 bilhões de euros destinados à Ucrânia, configurando o maior aporte mundial desde o início do conflito. O ápice ocorreu entre outubro e dezembro de 2024, quando os Estados Unidos disponibilizaram sozinhos 28,6 bilhões de euros, evidenciando tanto a dimensão do compromisso norte-americano quanto a gravidade militar daquele período (Kireev, 2025).

Além da ajuda financeira os Estados Unidos desempenharam muito também com a ajuda de fornecimento de armamento. Como mostra os dados no apêndice B, entre 2022 e 2024 diversos tipos de armamentos foram fornecidos para a defesa ucraniana

No cenário de intensificação do conflito, o discurso do presidente Joseph Robinette Biden Jr na cúpula da OTAN representou não apenas uma reafirmação histórica na aliança, mas também uma tentativa de enquadrar politicamente os aportes militares e financeiros realizados pelos Estados Unidos em favor da Ucrânia. Ao mencionar a definição original de Harry Truman sobre a OTAN, como um escudo contra a agressão, Biden buscou legitimar os aliados perante a necessidade de ampliar os investimentos em defesa, sugerindo que a prosperidade e a estabilidade do mundo ocidental sempre estiveram condicionadas à manutenção da segurança coletiva. Essa estratégia retórica de conexão entre passado e presente visou não apenas reforçar a legitimidade histórica da aliança, mas também criar um consenso interno e externo em torno da continuidade do apoio de Kiev. Além disso, Biden destacou que a ameaça representada pela Rússia não se limita ao espaço europeu, uma vez que ela é amparada pelo suporte de potências como China, Irã e Coreia do Norte. Esse ponto é central, pois desloca a guerra da Ucrânia de uma disputa regional

para um desafio de caráter sistêmico, onde o equilíbrio do poder global se vê diretamente afetado (Biden, 2023).

Outro elemento relevante de seu discurso foi a ênfase na transcrição lógica estritamente militar para uma lógica industrial de defesa. Pela primeira vez, todos os países-membros foram solicitados a apresentar planos de produção bélica em seus territórios, demonstrando que, para a guerra moderna, a capacidade de sustentar a produção de armamentos é tão importante quanto a presença de tropas no campo de batalha. Nesse sentido, o presidente norte americano anunciou que o país já havia gastado cerca de 30 bilhões de dólares em 35 estados da federação para expandir a sua capacidade produtiva, sinalizando que a defesa coletiva exige o compartilhamento de responsabilidades industriais e não pode se limitar à dependência de capacidade norte americana. Ao posicionar a indústria como pilar central da estratégia atlântica, o discurso evidencia uma tentativa de estruturar a OTAN como uma aliança capaz de garantir autossuficiência bélica no médio e longo prazo (Biden, 2023).

Dessa forma, a política externa americana sob a administração de Joseph Robinette Biden Jr, foi pautada plenamente nas defesas de interesses nacionais e na proteção de seus aliados ocidentais, priorizando a contensão da Rússia como potência regional por meio de uma combinação equilibrada de firmeza e diplomacia. Enquanto mantém aberta a via do diálogo e das negociações multilaterais, os Estados Unidos não hesitaram em empregar sanções econômicas severas e fornecer apoio político e militar à Ucrânia, buscando restaurar a estabilidade e evitar uma escalada bélica que poderia comprometer a segurança europeia global. Essa estratégia evidencia um esforço calculado para preservar a ordem internacional baseada em regras, onde o recurso à força deve ser evitado, mas, caso necessário, os Estados Unidos estariam preparados para atuar em defesa da paz e dos direitos soberanos dos países envolvidos. Assim a política externa americana enfatiza a importância do equilíbrio entre pressão diplomática, medidas restritivas e suporte estratégico, reafirmando seu papel como ator decisivo na tentativa de resolução entre o conflito russo-ucraniano e na promoção da paz internacional (Dellangnezz, 2022).

No entanto, esse cenário inverte completamente quando o ex-presidente Donald Trump sobe novamente ao cargo de presidente para o seu segundo mandato em 20 de janeiro de 2025. A postura americana frente ao conflito mudou

completamente, marcada principalmente pela suspensão da ajuda financeira a Kiev (Kireev, 2025). A visita do presidente ucraniano a Casa Branca em janeiro de 2025 revelou divergências e incertezas sobre a continuidade do suporte americano, sinalizando um distanciamento que poderia enfraquecer as capacidades estratégicas da Ucrânia frente à agressão russa. Essa hesitação reflete uma estratégia mais unilateral e voltada para a diminuição do envolvimento direto em conflitos europeus, alinhada a discursos de figuras como J. D. Vance, vice-presidente americano, que advoga pela contenção da escalada militar e pela reavaliação das prioridades globais do EUA. Tal postura não apenas fragiliza a aliança ocidental, acelerando a fragmentação do bloco ocidental, mas também sugere uma aproximação tática ou, ao menos, um conflito de interesses menos confrontacional com a Rússia (Guillén, 2025).

Ademais, a postura adotada por Trump evidenciou uma preferência crescente pela busca de autonomia estratégica norte-americana, priorizando interesses econômicos e renegociações bilaterais em detrimento do multilateralismo tradicional. A ausência de coordenação eficaz entre os Estados Unidos e seus parceiros enfraqueceu a capacidade coletiva de enfrentamento à Rússia e comprometeu a aplicação das normas do Direito Internacional Humanitário (DIH) na região, gerando consequências diretas para a estabilidade e para a justiça internacional. Essa desarticulação não apenas dificultou a implementação dos princípios do DIH e a prevenção de violações em contextos de conflito armado, como também fragilizou os mecanismos internacionais de responsabilização por crimes de guerra. Em consequência, a instabilidade e o prolongamento do conflito na Ucrânia foram exacerbados, ampliando a pressão sobre as instituições internacionais responsáveis pela promoção da paz e da estabilidade global (Guillén, 2025).

Essa reorientação estratégica da política externa norte-americana teve repercussões diretas na dinâmica da diplomacia internacional, sobretudo no modo com Washington passou a conduzir o diálogo com Moscou. Se antes prevalecia a busca de coordenação com aliados europeus em fóruns multilaterais, a partir de 2025 observa-se uma inflexão em direção a encontros de caráter seletivo, nos quais a Casa Branca priorizou negociações bilaterais e interlocuções restritas. Nesse novo cenário, a centralidade das cúpulas ganhou contornos decisivos, funcionando não apenas como arenas de debates políticos e ideológicos, mas também como instrumentos

simbólicos de poder e legitimação. É nesse contexto que se insere a Cúpula do Alasca, cuja configuração e resultados expressaram de forma concreta a mudança de governo introduzida pelo segundo mandato de Trump (Guillén, 2025).

A realização da cúpula no Alasca, em agosto de 2025, não pode ser compreendida isoladamente. Ao longo dos anos anteriores, diversas tentativas de negociação entre os Estados Unidos e Rússia foram conduzidas, ainda que de maneira fragmentada e pouco efetiva. Sob a administração de Biden, prevaleceu uma postura de contenção e distanciamento de Moscou, em que os encontros multilaterais, sobretudo no âmbito da OTAN e do G7, buscavam manter a pressão diplomática sobre Putin e reafirmar o apoio à soberania da Ucrânia. Esse modelo de gestão de crise, embora limitado em termos de resultados concretos, mantinha coesão entre os aliados ocidentais e preserva uma lógica de atuação multilateral (Peralta, 2023).

Com a volta de Donald Trump à presidência, contudo, houve uma inflexão significativa. O republicano optou por adotar negociações bilaterais com Moscou, retomando sua aproximação pessoal com Vladimir Putin, já sinalizada em seu primeiro mandato. Essa estratégia revela não apenas uma preferência pelo diálogo direto, mas também uma crítica implícita às instituições multilaterais, vistas como ineficazes e custosas. A consequência imediata foi a marginalização da Ucrânia e de seus parceiros europeus dos espaços de decisão, o que fragilizou tanto a legitimidade das iniciativas de paz quanto a coesão transatlântica (Guillén, 2025).

A cúpula do Alasca, realizada na Base Conjunta Elmendorf-Richardson, materializou essa mudança de paradigma. Apesar da declaração de Trump sobre uma alta produtividade das negociações, não houve qualquer avanço substantivo em relação a um cessar-fogo ou acordos de paz. Do ponto de vista norte-americano o encontro serviu mais como um gesto político do que como instrumento de resolução de conflitos. Já para Putin, o ganho foi sobretudo simbólico: a recepção com honras de chefe de Estado, o acesso à Casa Branca sobre rodas, por meio do carro presidencial norte-americano, e o privilégio de abrir os discursos reforçaram a imagem de que a Rússia permanecia como potência incontornável no cenário global. Esse prestígio internacional teve ainda efeito estratégico imediato. Ao ser recebido como parceiro legítimo em negociações de alto nível, Putin conseguiu garantir tempo político essencial para consolidar ganhos militares na frente oriental da Ucrânia. Segundo

análises veiculadas na imprensa internacional, a simples existência da cúpula ampliou o fôlego da Rússia até meados de outubro de 2025, retardando pressões mais contundentes por parte do Ocidente. Em outras palavras, mesmo sem um acordo formal, o encontro conferiu à Rússia uma margem temporal e diplomática de que necessitava para manter seu ímpeto militar (Walsh, 2025).¹⁴

A exclusão explícita da Ucrânia desse processo de negociações representou, um ponto de ruptura grave com o princípio de autodeterminação dos povos. O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky não apenas foi deixado de fora da reunião, como também não teve voz nas tentativas que poderiam definir o destino territorial e político do seu próprio país. Essa ausência deslegitimou o processo sob a ótica do Direito Internacional (DIH), uma vez que as decisões sobre um conflito armado estavam sendo tomadas sem a participação do principal ator diretamente afetado. Além disso, o formato adotado pelos presidentes russo e estadunidense revelou um claro afastamento da lógica multilateral que vinham orientando, ainda que de forma imperfeita, os esforços internacionais de paz. Ao privilegiar o bilateralismo, os Estados Unidos não apenas fragilizam a coesão da OTAN e da UE como também comprometeram os mecanismos de responsabilização internacional por crimes de guerra. Nesse sentido, a exclusão da Ucrânia não se restringiu a uma questão protocolar, mas configurou o enfraquecimento estrutural dos instrumentos de justiça e governança global (Walsh, 2025).¹⁶

Consequentemente, a cúpula do Alasca evidenciou uma contradição central da política externa norte-americana sob Trump: ao mesmo tempo em que buscava apresentar-se como mediador, enfraquecia as bases normativas e institucionais que poderiam sustentar uma paz duradoura. Esse modelo de negociação, centrado em ganhos imediatos de imagem e em concessões simbólicas, tende a prolongar o conflito, exacerbar a instabilidade regional e abrir espaço para uma reconfiguração mais ampla da ordem internacional, com maior protagonismo de potências revisionistas como Rússia e China (Walsh, 2025).¹⁴

Diante desse cenário, torna-se evidente que a política-externa norte-americana sob Trump não se restringiu ao campo simbólico das cúpulas, mas também impactou

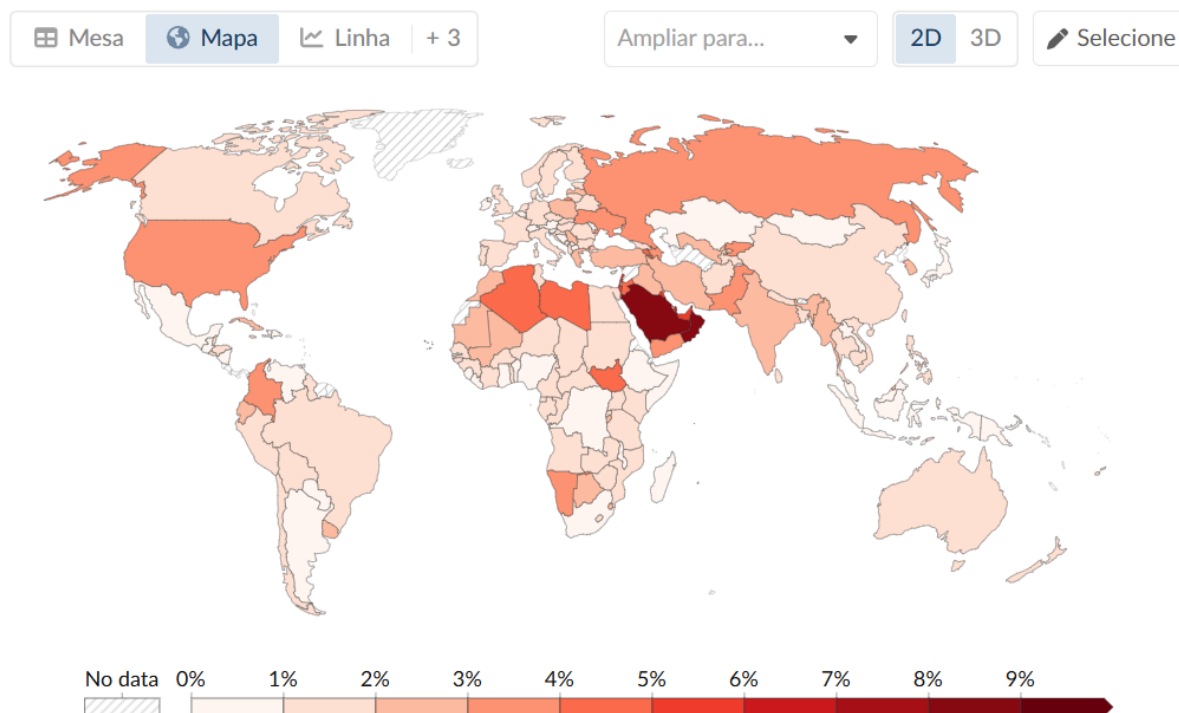
¹⁶ O uso de fonte de informação secundária justifica-se pela falta de artigos acadêmicos concretos na data em que o estudo foi realizado.

diretamente a estrutura das alianças de segurança internacionais. O afastamento progressivo dos Estados Unidos de compromissos multilaterais foi acompanhado por uma postura mais crítica em relação à OTAN, questionando a viabilidade do bloco diante da falta de proporcionalidade nos encargos de defesa. Essa mudança de enfoque demonstra como a estratégia bilateral e centrada em ganhos imediatos de legitimidade política, exemplificada na cúpula do Alasca, se articulava a um movimento mais amplo de reconfiguração do equilíbrio transatlântico, no qual Washington buscava reduzir custos estratégicos enquanto transferia maior responsabilidade militar aos aliados europeus (Santos,2025).

Com a consolidação dessa nova orientação, a administração Trump passou a adotar uma postura cada vez mais unilateral, voltada prioritariamente à defesa dos interesses nacionais, o que implicou no progressivo enfraquecimento do compromisso norte-americano com alianças tradicionais. O desengajamento progressivo dos Estados Unidos em relação à OTAN chamou a atenção de todo o sistema internacional, sobretudo da Europa, uma vez que expôs a fragilidade decorrente da dependência europeia da proteção norte-americana. A justificativa apresentada por Washington estava centrada no fato de que muitos países-membros não cumpriam suas obrigações financeiras, em especial a meta de investir 2% do PIB em defesa (Santos, 2025). Como demonstrado na Figura 18, a maioria dos países europeus se mantém entre 1% e 2%, alcançando, em média, 1,7% do PIB destinado à área militar em 2018, enquanto os Estados Unidos mantinham seus gastos em 3,3% do PIB destinado a gastos militares no mesmo ano. Com base nesse argumento, os Estados Unidos passaram a questionar o equilíbrio da aliança, acusando os aliados europeus de apresentarem dependência excessiva e de promoverem um desequilíbrio na partilha dos encargos de segurança.

Figura 18 – Despesas militares mundiais com proporção do PIB, 2018**Despesas militares como proporção do PIB, 2018**Our World
in Data

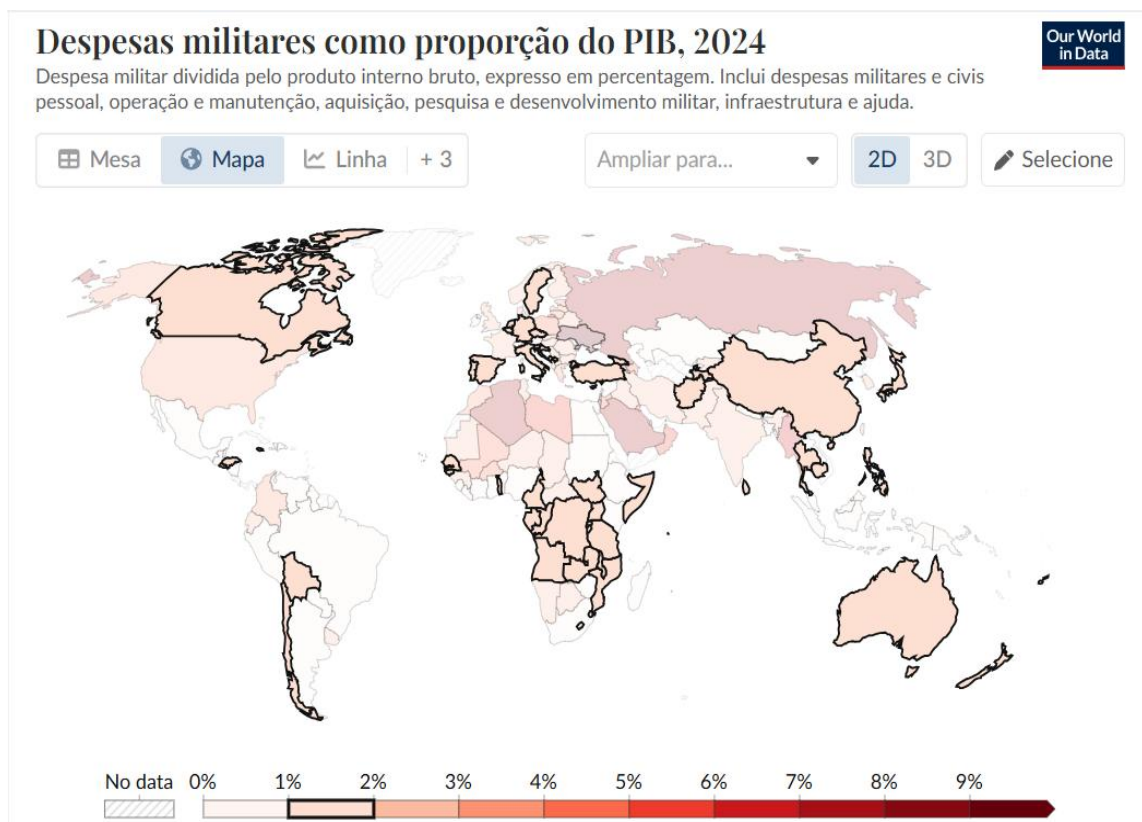
Despesa militar dividida pelo produto interno bruto, expresso em porcentagem. Inclui despesas militares e civis pessoal, operação e manutenção, aquisição, pesquisa e desenvolvimento militar, infraestrutura e ajuda.



(Fonte: Our world in data, 2024)

Mesmo em 2024, quando a guerra da Ucrânia já havia alcançado grandes proporções e exigia respostas concretas da comunidade internacional, diversos países europeus ainda não cumpriam a meta de destinar 2% do PIB para defesa. Essa postura reforça o argumento do Presidente estadunidense Donald Trump que reiterava em seus discursos a insustentabilidade da aliança caso os aliados europeus não assumissem responsabilidades financeiras e militares.

Figura 19 – Países que não destinavam nem 2% do PIB em defesa militar em 2024



(Fonte: Our World in Data, 2024)

Essa política resultou em críticas severas às instituições tradicionais, como a OTAN e União Europeia, além de fomentar tensões diplomáticas devido à ausência de coordenação e consulta prévia. A diminuição do comprometimento obriga a União Europeia a reconsiderar sua própria autonomia estratégica e reforçar sua política de defesa para compensar o vácuo deixado pelos EUA. Tal reconfiguração enfraquece a coesão do bloco ocidental, reduz a eficiência da OTAN como instrumento de segurança coletiva e abre espaço para a consolidação de uma ordem internacional multipolar, marcada por maior protagonismo de atores como China, Rússia e Índia (Santos, 2025).

Portanto, a política externa e as estratégias americanas continuam a exercer uma influência decisiva na segurança europeia, configurando-se como um pilar indispensável para estabilidade do continente. No entanto, o atual panorama, marcado por incertezas políticas no EUA, como o retorno de Donald Trump à presidência em 2025 e a intensificação de rivalidades globais, especialmente com Estados Unidos e China, evidenciam os limites dessa dependência transatlântica. Sua retórica e

promessas de buscar uma resolução rápida para a guerra na Ucrânia trazem o risco de um congelamento no conflito que poderia perpetuar em instabilidades na região. Além disso, o cenário geopolítico contemporâneo, marcado pela rivalidade crescente do EUA com a China, coloca em evidência a necessidade da Europa, embora ainda dependente dos Estados Unidos, de ampliar a suas capacidades autônomas de defesa. A cooperação transatlântica permanece essencial, mas o futuro da segurança europeia exige que EUA e a UE fortaleçam sua parceria, ajustando-se às novas dinâmicas internacionais e compartilhamento de responsabilidade para garantir uma resposta eficaz aos desafios globais. Dessa forma, enquanto os EUA continuam sendo uma âncora de segurança europeia, a evolução da política interna americana e as transformações do sistema internacional exigem que a Europa adote uma postura mais autônoma e ativo em sua própria defesa, sem abandonar a cooperação de Washington.

3.4 O PAPEL AMBÍGUO DA UNIÃO EUROPEIA

O posicionamento da União Europeia diante do atual cenário internacional tem se mostrado marcado por ambiguidades que refletem tanto a sua aspiração a atuar como promotora da paz em âmbito global, quanto suas limitações estruturais. Entre a defesa de valores democráticos e os interesses estratégicos de seus estados-membros, o bloco enfrenta dilemas que se manifestam na esfera diplomática, econômica, militar e política. Essa dualidade evidencia uma tensão permanente entre o discurso normativo da UE e a realidade prática de suas ações exigindo esforços constantes de coordenação e equilíbrio (Reis, 2023).

Sob o efeito do choque inicial, que deixou claro para os países europeus que o alvo não era apenas o território ucraniano, mas a própria segurança europeia e um desafio ao sistema internacional baseado em regras, a União Europeia assumiu um papel ativo e multifacetado, desde os primeiros momentos da intensificação do conflito. A resposta da União Europeia revelou uma coesão institucional significativa, refletida na rápida condenação unanime da agressão, e na adoção de medidas concretas como a atribuição do estatuto de país candidato à adesão para Ucrânia, materializando um compromisso político e econômico que visava integrar o país no seu espaço econômico e de mercado interno, em consonância com o Acordo de

Associação e a Zona de Livre Comércio Abrangente e Aprofundada (ZCLAA) (Reis,2023).

“Cumpre, ademais, sublinhar, que aquando da 24.^a Cimeira UE-Ucrânia, realizada no passado dia 3 de fevereiro, na comunicação conjunta de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão, Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, e Volodymyr Zelenskyy, Presidente da Ucrânia, foi anunciada a intenção de explorar o potencial do Acordo de Associação, incluindo a Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada (ZCLAA), de modo a criar condições para o reforço das relações económicas e comerciais conducentes à integração da Ucrânia no mercado interno da UE” (Reis, 2023. p. 39)

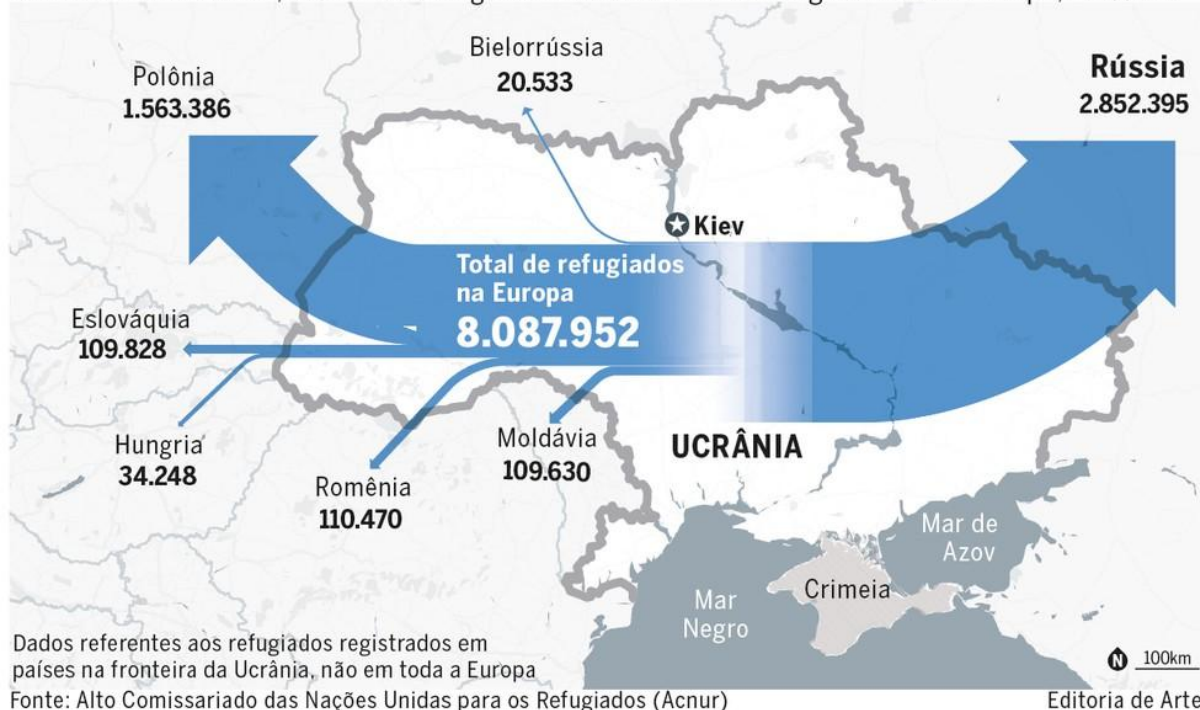
No âmbito humanitário, a guerra desencadeou uma das maiores crises de refugiados desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com quase dos seus 8 milhões de ucranianos deslocados para países europeus. Frente a esta emergência, a UE ativou a Diretiva de Proteção temporária, proporcionando abrigo, direitos e serviços essenciais à enorme massa de refugiados que buscara amparo em seus territórios. Essa resposta evidenciou uma solidariedade notável entre os Estados-membros e uma coesão institucional que se traduz em um esforço conjunto para mitigar os efeitos devastadores da guerra sobre a população civil ucraniana (Reis, 2023).

“Um dos principais desafios que a Guerra da Ucrânia colocou à ue tem sido a emergência humanitária desencadeada pelo número de refugiados, que alguns dados oficiais já apontam como a maior vaga de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Com efeito, os permanentes ataques a alvos civis como habitações, escolas, hospitais, bem como a infraestruturas críticas, sobretudo energéticas, têm causado um crescente número de vítimas entre a população civil e o seu deslocamento dentro e fora das fronteiras da Ucrânia.”(Reis, 2023. p. 37)

Figura 20 – Deslocamentos forçados devido a guerra da Ucrânia

REFUGIADOS DA UCRÂNIA

Desde 24 de fevereiro, 8.087.952 refugiados ucranianos foram registrados na Europa, diz Acnur



(Fonte: ACNUR, 2022)

No plano econômico e financeiro, a UE empenhou-se em garantir a estabilidade macrofinanceira da Ucrânia e a continuidade do apoio econômico, mediante ao alívio das restrições de financiamento interno e externo, além de estabelecer uma agenda de reformas estruturais com o foco no fortalecimento institucional e transparência administrativa. Este apoio não se limitou ao presente conflito, pois inclui também o planejamento para a recuperação no pós-guerra, por meio da criação de um Conselho Nacional de Recuperação ucraniano, articulado com a UE para assegurar a reconstrução e o desenvolvimento sustentável na Ucrânia. Esta dimensão estratégica reflete a visão da União Europeia de não apenas conter a agressão, mas de contribuir para a estabilidade e a integração europeia a longo prazo na Ucrânia (Reis, 2023).

A figura 21, nesse sentido, evidencia que o apoio à Ucrânia, entre janeiro de 2022 e junho de 2025, apresentou um padrão de constância e aprofundamento estratégico, refletindo o engajamento duradouro do continente diante da guerra. Embora tenham ocorrido oscilações nos aportes, a tendência geral foi de estabilidade, com incrementos mais expressivos em momentos mais críticos, como de janeiro a

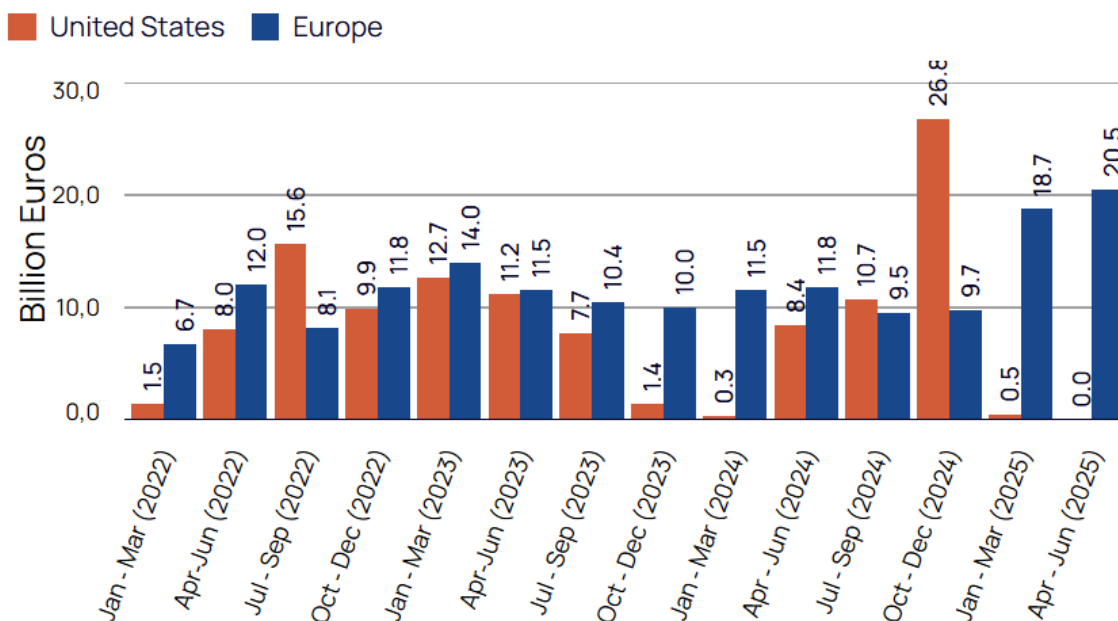
março de 2023, quando o auxílio atingiu 14 bilhões de euros, e, sobretudo de abril a maio, quando alcançou 25 bilhões de euros. Esses resultados indicam que a atuação europeia não se limitou a uma reação imediata ao início da invasão, mas consolidou-se como um fluxo contínuo, ajustando as demandas do conflito e voltado não apenas para a manutenção da capacidade de defesa ucraniana, mas também à preparação para cenários futuros de reconstrução.

Figura 21 – Evolução trimestral do apoio a Ucrânia em comparação com os EUA (2022-2025)

Government support to Ukraine: By month, € billion



Allocations January 24, 2022 to June 30, 2025



Source: Trebesch et al. (2023) "The Ukraine Support Tracker" Kiel WP

ifw-kiel.de/ukrainetracker

(Fonte: Kiel: Institute for world economy, 2024)

A figura 21 complementa a análise ao representar dados consolidados de alocações e compromissos, reforçando a posição da Europa como principal financiadora da resistência ucraniana. Até junho de 2025, os países europeus já haviam desembolsado 167,4 bilhões de euros, montante que supera de maneira significativa os 114,6 bilhões destinados pelos Estados Unidos. Ademais, os europeus ainda dispõem de 90 bilhões de euros em ajuda comprometida, mas não alocada, o

que demonstra a existência de um planejamento de longo prazo e a intenção de sustentar a Ucrânia para além das demandas imediatas do campo de batalha.

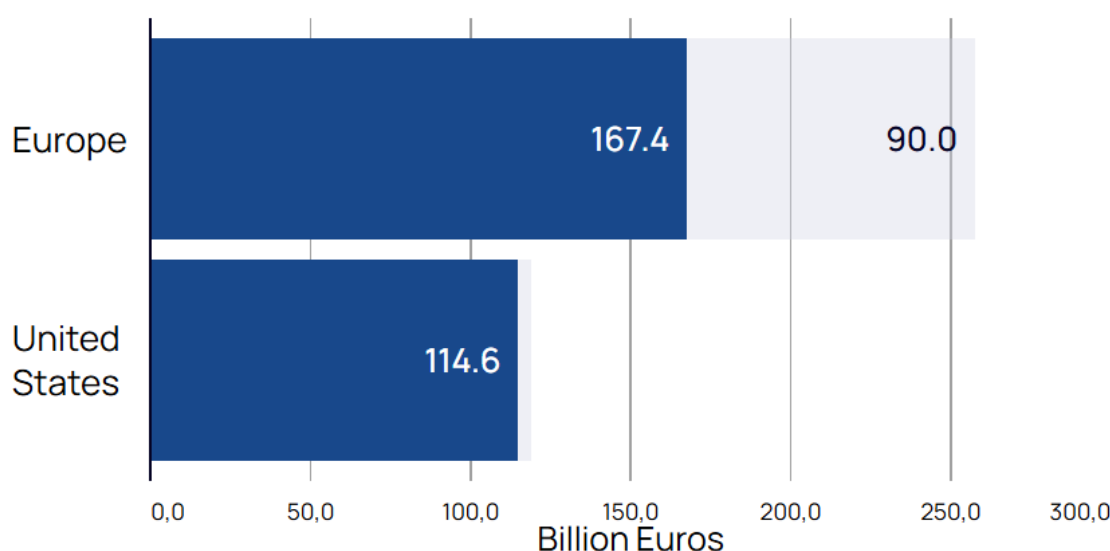
Figura 22 – Comparativo de alocações e compromissos de ajuda à Ucrânia: Europa e Estados Unidos (jan. 2022- jun 2025)

Government support to Ukraine: By country group, € billion



Allocations and commitments January 24, 2022 to June 30, 2025

■ Total allocated aid ■ Aid To be Allocated



(Fonte: Kiel: Institute for world economy, 2024)

Em síntese, os dados demonstram que a Europa não apenas lidera em termos de volume de auxílio financeiro, mas também estrutura esse apoio de forma contínua e projetada ao longo prazo. Tal postura reforça a centralidade do continente na sustentação da Ucrânia e sinaliza um movimento de maior autonomia estratégica europeia diante da guerra, o que permite compreender como o conflito vem acelerando transformações profundas na arquitetura da segurança regional.

No campo militar, o apoio da UE assinalou uma mudança pragmática, com a implementação de mecanismos inéditos, como o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e a criação da Missão de Assistência Militar da UE (EUMAM Ucrânia), divulgada menos de um ano após o início do conflito. A entrega de pacotes financeiros e

assistências, totalizando cerca de 12 bilhões de euros, evidenciou um compromisso sem precedentes dos Estados-Membros e das instituições europeias em fortalecer as capacidades e a resiliência das Forças Armadas da Ucrânia, adequando a cooperação militar europeia a um cenário de guerra que alterou profundamente a arquitetura da segurança regional (Reis, 2023).

Paralelamente, a guerra gerou tensões e mudanças internas na UE, impactando a tomada de decisão na Política Comum de Segurança e Defesa e alterando a dinâmica entre os Estados-Membros. Por exemplo, aliados tradicionais como a Hungria se opuseram a determinadas sanções, enquanto países do Leste Europeu e os Estados Bálticos assumiram um papel mais central e ativo nas decisões europeias, em um contexto marcado pela urgência e pela necessidade de uma resposta robusta e unificada frente à ameaça russa. Essa reconfiguração política demonstra que a crise ucraniana não intensificou exclusivamente a solidariedade europeia, mas também remodelou os equilíbrios internos da região (Pereira, 2024).

Nesse sentido, as transformações desencadeadas pelo conflito não se limitaram ao fortalecimento de mecanismos de apoio à Ucrânia, mas também revelaram brechas institucionais mais profundas. A necessidade de conciliar solidariedade externa com interesses internos evidenciou contradições entre o discurso oficial da União Europeia e a política efetiva de seus Estados-membros, inserindo a questão ucraniana em um debate mais amplo sobre a coesão institucional do ocidente e os limites da cooperação multilateral em tempos de crise (Pereira, 2024).

A situação política global causada pelo conflito na Ucrânia expôs intensas divergências entre o discurso oficial e a prática adotada pelas instituições multilaterais, evidenciando profundas contradições no que tange à coesão institucional especialmente no âmbito da União Europeia e do Ocidente. No plano discursivo, a União Europeia enfatiza a importância da unidade e da solidariedade como pilares para enfrentar os desafios impostos pela guerra, reforçando o compromisso com a cooperação multilateral e a busca por autonomia estratégica. O artigo destaca que as políticas comuns adotadas pelo bloco buscam assegurar elevados níveis de coordenação, promovendo uma ordem internacional baseada na cooperação estreita entre os seus Estados-membros. Adicionalmente, o discurso final ressalta a necessidade de uma transição energética acelerada, diversificação de mercados e um

novo modelo econômico menos dependente dos recursos russos, colocando o bloco em uma trajetória de resiliência diante das pressões externas (Cruz, 2023).

Entretanto, a política defende um quadro mais complexo e fragmentado. A coesão interna do bloco europeu está sendo fortemente testada por divergências entre os países-membros, sobretudo em relação às estratégias de enfrentamento da crise energética e as sanções contra a Rússia. Países do Leste Europeu, como Hungria e Polônia, adotam posições distintas, dificultando a formulação de respostas uniformes, comprometendo a força política do bloco. Essa divisão expõe a dificuldade de manter uma frente única, colocando a estabilidade e a eficácia das instituições europeias perante o cenário global (Ferraz, 2022).

Além disso, a dependência econômica de certos Estados membros de recursos russos, como a importação de petróleo bruto, no caso da Hungria, influencia sua adesão a sanções e determina posicionamentos democráticos que contrastam com o discurso europeu de isolamento de Moscou. Esse fato corrobora a existência de um descompasso entre os discursos hegemônicos, que clamam por coesão e sanções severas, e as realidades políticas e econômicas locais, que demandam pragmatismo e flexibilidade (Ferraz, 2022).

Paralelamente, o ocidente enfrenta o desafio de reconhecer as mudanças que apontam para um mundo multipolar, em que as potências emergentes do Sul global reivindicam maior protagonismo e participação efetiva nas decisões internacionais. Apesar disso, ainda persiste uma resistência institucional onde grupos tradicionais ocidentais como o G7 e a OTAN ainda possuem controle hegemônico, enquanto blocos como os BRICS são frequentemente deslegitimados ou vistos como ineficazes. Tal postura reproduz uma contradição latente entre a retórica de um sistema pluripolar e a prática de preservação hegemônicas (Cruz, 2023).

Portanto, as contradições entre o discurso e a prática refletem as complexidades inerentes ao processo de coesão institucional em tempos de crise. A manutenção da unidade formal, declarada em documentos e pronunciamentos oficiais, encontra-se ameaçada pelas disparidades e interesses divergentes dos Estados-Membros e agente internacionais. O resultado é uma lacuna que compromete a efetividade das ações coordenadas e exige a revisão de estruturas e mecanismos institucionais diante das novas dinâmicas mundiais (Pereira, 2024).

3.4.1 Diplomacia, mediação e defesa dos valores democráticos

A União Europeia (EU) configura-se como uma potência normativa, cuja atuação se fundamenta na promoção e defesa de valores universais como a paz, a democracia e os direitos humanos. Esse perfil normativo está presente tanto em sua construção institucional quanto em seus discursos políticos, orientando suas políticas internas e externas. Em documentos estratégicos e posicionamentos oficiais, a EU procura articular princípios éticos com uma postura mais pragmática, revelando a tensão entre seus ideais e as exigências práticas da governança internacional. Assim, sua influência global não se limita ao poder material, mas também à capacidade de difundir normas e valores compartilhados (Freire, 2022).

Esse protagonismo torna-se mais evidente em momentos de crise, como na resposta à crise financeira europeia de 2008 ou ao conflito ucraniano, em que a União busca reforçar sua coesão interna e ampliar sua projeção externa por meio da reafirmação de seus valores fundadores. A construção de uma imagem promotora da democracia, da solidariedade e da estabilidade é expressa em documentos estratégicos e decisões políticas, que visam legitimar sua atuação diante de diferentes situações. Desse modo a, UE procura não apenas reagir a desafios geopolíticos, mas também moldar a ordem internacional com base na difusão de seus princípios fundamentais (Freire, 2022).

A mediação diplomática desempenha papel central na atuação internacional da União Europeia, especialmente em contexto de conflitos onde busca promover soluções pacíficas e estabilidade regional. A UE utiliza uma variedade de instrumentos diplomáticos, econômicos e normativos para influenciar negociações e facilitar o diálogo entre as partes de disputa. Contudo, a eficácia dessa mediação encontra limitadores significativos devido à estrutura de segurança europeia, que permanece fortemente dependente das capacidades militares e do apoio estratégico da OTAN e, consequentemente dos Estados Unidos. Essa dependência condiciona o escopo e a autonomia da União Europeia na condução de políticas de segurança e defesa, limitando sua capacidade de atuar de forma independente e resolutiva em conflitos internacionais (Ferraz, 2022).

Além disso, a subordinação parcial da política externa e de segurança comum europeia aos interesses e prioridades da OTAN impacta a coerência e a força da mediação diplomática da EU, gerando uma lacuna entre as aspirações europeias de autonomia estratégica e as realidades práticas do sistema internacional. A União Europeia, apesar de seu crescente papel normativo e diplomático, enfrenta desafios para consolidar uma postura de ator global plenamente autônomo, sobretudo em situações nas quais sua mediação depende do respaldo político e militar norte-americano. Assim a mediação diplomática europeia, embora relevante e multifacetada, reflete uma limitação estrutural decorrente do entrelaçamento institucional com a OTAN, contexto que demanda uma análise crítica para entender as potências e as restrições da EU como potência internacional (Ferraz, 2022).

Por fim, a União Europeia assume fortemente o compromisso com a promoção da paz, da democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos, conforme previsto no artigo 2º e 3º do tratado da União Europeia. Esses princípios constituem o núcleo de sua identidade política e orientam a cooperação entre os estados-membros, reforçando a imagem do bloco como um ator comprometido com valores universais (Pereira, 2024).

“A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.” (União Europeia, 2016, p.202/17)

No entanto, a prática internacional revela que essa defesa encontra limites claros diante de ameaças aos interesses estratégicos e à coesão interna da União. Nessas circunstâncias, prevalece uma postura pragmática, na qual a preservação da estabilidade, da unidade institucional e a influência geopolítica se sobrepõe à aplicação irrestrita dos valores democráticos. Assim, embora a União Europeia se afirme como promotora de direitos e liberdades, sua atuação demonstra que tais princípios são frequentemente condicionados pela lógica da real política da necessidade de assegurar sua posição no sistema internacional (Pereira, 2024).

3.4.2 Contradições internas: dependência energética, interesses estratégicos e pressões externas

A análise das dinâmicas internas da União Europeia evidencia a existência de interesses estratégicos divergentes entre os Estados Membros, cujas prioridades refletem tanto as realidades geopolíticas específicas quanto as orientações em suas políticas internas. A Alemanha, por exemplo, tem privilegiado sua estabilidade econômica, buscando garantir o abastecimento energético e a continuidade dos fluxos comerciais, mesmo diante das pressões geopolíticas advindas da crise na Ucrânia. Esta postura pode ser compreendida à luz de sua dependência histórica ao gás russo e da necessidade de assegurar condições favoráveis para sua economia industrial intensa em energia (Floreza, 2024).

Em contrapartida, países como a Polônia e os Estados Bálticos colocam a segurança militar como prioridade máxima, dada sua posição geográfica e histórica com a Rússia, que é vista como ameaça direta. A ênfase destes Estados-membros na necessidade de reforçar sua proteção militar somadas com as garantias de proteção fornecidas pela OTAN, reforçando sua dependência na aliança e, ao mesmo tempo, evidenciando a dificuldade de conciliar essa postura com projetos de autonomia energética europeia. Esta perspectiva reforça a demanda por uma integração euro-atlântica robusta e pragmática, capaz de assegurar respostas rápidas e coordenadas às ameaças externas (Lemos, 2024).

A complexidade das contradições internas na União Europeia não se limita apenas às dimensões energéticas e militares, mas também se estende às divergências econômicas e políticas que influenciam diretamente a formulação de políticas comuns. Enquanto alguns Estados-membros defendem a aceleração da transição energética para fontes renováveis como o caminho para reduzir vulnerabilidades, outros apresentam ressalvas fundamentadas em preocupações econômicas e sociais vinculadas aos impactos dessas mudanças em seus setores industriais tradicionais. Essa tensão compromete a capacidade da UE de apresentar uma frente unificada e coesa diante dos desafios externos, sinalizando a necessidade de um equilíbrio delicado entre a ambição climática e pragmatismo socioeconômico (Wechsler, Urbansos & Escribanos, 2024).

Além disso, a heterogeneidade institucional e a diversidade de capacidades técnicas e financeiras entre os países europeus dificultam a implementação eficaz de políticas energéticas integradas. Estados com maior robustez econômica estão em posição de liderar iniciativas de inovação tecnológica e infraestruturas energéticas, enquanto outros dependem substancialmente de recursos externos e apoio financeiro para acompanhar essa curva de desenvolvimento. Esse cenário acentua as disparidades internas e pode gerar desequilíbrios políticos, acarretando rivalidades e fragilidades no projeto europeu, especialmente quando a coesão política se torna essencial para enfrentar as ameaças geopolíticas comuns (Wechsler, Urbansos & Escribanos, 2024).

Além do mais, as pressões externas sofridas pela União Europeia, manifestadas por meio da interferência de atores internacionais em disputas comerciais, tecnológicas e estratégicas, atuam como vetores cruciais na intensificação das contradições internas presentes no processo de europeização da política externa da UE. Como argumenta Augusto Henrique Pereira, 2024 a coexistência de interesses nacionais diversificados e a complexificação do processo decisório coletivo resultam numa fragmentação que torna a formulação de posições comuns europeias em um desafio permanente. Essa fragmentação não apenas enfraquece a coerência discursiva da UE em fóruns internacionais, como evidenciado pela prevalência de “denominadores comuns mais pequenos”, caracterizados por declarações genéricas e consensuais de pouca densidade política, mas também reduz a capacidade de resposta efetiva a crises que demandam solidariedade e rapidez. Em um contexto em que agentes externos se aproveitam das vulnerabilidades institucionais e das disparidades de interesse, a incapacidade da UE em exercer uma diplomacia unificada compromete a sua projeção internacional e aumenta as incertezas sobre a sua posição estratégica global de poder.

A presença dessas pressões externas revela, portanto, a insuficiência dos mecanismos atuais de governança multilateral dentro da União, que enfrentam uma sobreposição diante de atores estatais e não estatais. Os Estados membros, ainda dotados de prerrogativas soberanas, experimentam um processo híbrido de europeização que não se traduz unicamente em discursos convergentes, mas que também implica desafios operacionais significativos no nível da gestão das políticas

exteriores. A multiplicidade de atores, desde diplomatas nacionais a representantes comunitários e agentes multilaterais, cria um ambiente em que a coordenação exige constantes negociações internas e ajustes burocráticos. Assim, as pressões externas funcionam como um teste às instituições práticas da PSEC (Política Externa e de Segurança Comum), exigindo um aprimoramento da capacidade da UE para alinhar seus recursos financeiros e técnicos de modo a fortalecer uma postura estratégica europeia capaz de preservar tanto seus interesses quanto a integridade sistêmica do bloco (Charillon, 2024).

Nesse contexto, episódios como o grande apagão ocorrido na península Ibérica em 2025 exemplificam as fragilidades estruturais que afetam a coesão europeia. Originado de uma falha técnica em uma subestação na cidade de Granada, na Espanha, o incidente rapidamente se propagou, interrompendo o fornecimento de energia em diversos centros urbanos da região. As consequências foram imediatas: paralização parcial do comércio, fechamento de mercados e bancos, dificuldades de operação no sistema financeiro e transtornos para milhares de cidadãos, que viram serviços essenciais suspensos, como o transporte público e a telecomunicação. A rápida disseminação dos efeitos do apagão reforçou a percepção de que a resiliência energética europeia ainda carece de mecanismos de respostas coordenados de infraestrutura suficientemente diversificada para lidar com crises inesperadas de grande escala (Lombardi, 2025).¹⁵

Figura 23 - Visão noturna por satélite da Península Ibérica



(Fonte: NASA, 2011)

Além do impacto direto sobre a vida da população, a falha expôs a interdependência dos Estados-membros em relação a infraestrutura críticas e à vulnerabilidade que decorre da ausência de um sistema de backup adequados. A incapacidade de restabelecer rapidamente serviços básicos demonstrou como a segurança energética permanece fragmentada, dependente de arranjos nacionais que nem sempre dialogam com eficácia das iniciativas comunitárias. Nesse sentido, a ausência de protocolos para mitigar crises dessa natureza gera insegurança em termos de governança, já que os Estados acabam reagindo de forma isolada. Esse episódio trouxe ainda à tona a dimensão estratégica da energia como vetor de vulnerabilidade e poder: se um problema técnico interno é capaz de paralisar parte significativa de dois países, maior ainda é o risco quando fatores externos, como pressões russas sobre o fornecimento de gás, oscilações no mercado ou ciberataques, entram em jogo (Amerise, 2025).¹⁷

O apagão ibérico ilustra, portanto, como as contradições internas da União, combinadas com pressões externas, produzem um cenário em que a coesão energética e estratégica depende não apenas de investimentos em infraestrutura, mas também da capacidade política de superar as divergências entre os Estados-membros. A consolidação de uma política energética comum, que inclua mecanismos de prevenção, protocolos de resposta rápida, diversificação de fontes e maior integração regulatória, torna-se o elemento central não apenas para autonomia europeia, mas também para a própria credibilidade do bloco enquanto ator global. A superação desses desafios será decisiva para que a União europeia se afirme como uma potência estratégica capaz de garantir segurança energética aos seus cidadãos e, ao mesmo tempo, preservar sua integridade sistêmica diante de crises externas e internas.

¹⁷ O uso de fonte de informação secundária justifica-se pela falta de artigos acadêmicos concretos na data em que o estudo foi realizado

4. READINESS 2030

Neste capítulo será abordado o programa *Readiness 2030*, buscando apresentar suas origens, objetivos e implicações no contexto europeu internacional. A análise visa esclarecer de que maneira essa iniciativa se insere nas estratégias de defesa e segurança da União Europeia, bem como os reflexos que projeta sobre a ordem geopolítica global. O capítulo também discutirá a forma como o programa foi concebido, sua estrutura e os instrumentos previstos para sua implementação, destacando as dimensões políticas, militar e institucional que o sustentam. Dessa maneira, pretende-se evidenciar de que forma o *Readiness 2030* se configura não apenas como um objeto técnico de defesa, mas como um marco estratégico que redefine a posição europeia diante dos desafios de segurança contemporâneos.

4.1 O PROGRAMA *READINESS 2030*: ORIGENS, OBJETIVOS E IMPLICAÇÕES

O programa *Readiness 2030* emerge em um momento de grandes incertezas perante a segurança europeia. A invasão da Ucrânia pela Rússia trouxe à tona as fragilidades existentes na defesa coletiva dos países da União Europeia. Além disso, a confiança no apoio militar dos Estados Unidos, que por décadas garantiu a proteção europeia por meio da OTAN, mostrou-se incerta, pois Washington tem sinalizado um reposicionamento estratégico que reduz seu envolvimento direto no continente europeu. Esses fatores criaram a necessidade urgente de a UE desenvolva sua própria capacidade de defesa, buscando autonomia e maior integração entre seus Estados-Membros para enfrentar ameaças que vão desde tensões militares convencionais até tentativas de desestabilizar a região (Blockmans, 2025).

Antes de lançar o programa, vários relatórios importantes foram elaborados em 2024 para analisar a situação e propor soluções. O relatório Letta, publicado em abril, destacou a importância de ampliar a cooperação industrial e tecnológica na área de defesa, sugerindo a criação de um mercado comum para o setor dentro da UE. Já o relatório Draghi, de setembro, apresentou a dimensão dos investimentos necessários, sugerindo um aumento de até 800 bilhões de euros por ano para garantir que a Europa não perdesse competitividade nem sua capacidade autônoma diante das mudanças globais. Complementando essas análises, o ex-presidente da Finlândia, Sauli Niinistö,

ênfatizou a necessidade de unir os esforços administrativos, financeiros e operacionais da União para que a Europa pudesse melhorar sua prontidão tanto no campo civil quanto militar (Blockmans, 2025).

Assim, originalmente apresentado pela comissão Europeia em 19 de março de 2025, com o título oficial de *ReArm Europe*, a iniciativa tinha como meta fortalecer a capacidade de defesa da União Europeia frente ao avanço das ameaças geopolíticas. A proposta, entretanto, foi alvo de críticas por parte de líderes europeus, como a primeira-ministra italiana Giorgia Meloni e o primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez, que advertiram sobre o caráter excessivamente militarista do nome original. Tal denominação, segundo eles, poderia provocar resistência social ao remeter um passado de confronto bélicos ainda sensível para muitos cidadãos do continente (Liboeiro, 2025).¹⁸

Diante dessas objeções, a Comissão Europeia revisou a identidade do projeto e adotou o nome *Readiness 2030*, um título que reflete não apenas a dimensão militar, mas também a preparação estrutural, tecnológica e política da União para responder a novas ameaças. A nova nomenclatura buscou transmitir uma visão mais abrangente da resiliência coletiva, vinculada a um horizonte temporal no qual todos os Estados-membros deveriam alcançar plena capacidade de resposta a possíveis ataques externos, em especial da Rússia. Mais do que um simples plano de rearmamento, o *Readiness 2030* consolidou-se como um marco estratégico de integração e de afirmação da autonomia europeia em matéria de segurança e defesa, abrindo espaço para uma redefinição do papel da União Europeia no cenário internacional (Liboeiro, 2025).¹⁹

O principal objetivo do programa *Readiness 2030* é fortalecer a prontidão de defesa da Europa para garantir a dissuasão eficaz diante do agravamento das ameaças à segurança regional e internacional. O programa visa criar as condições para que os Estados-Membros possam responder de forma rápida, coerente e coordenada a crises e agressões, prevenindo a ocorrência de guerras e protegendo a estabilidade da região. Isso implica em assegurar capacidade militar suficiente,

¹⁸ O uso de fonte secundária justifica-se pela falta de artigos científicos que aborde sobre o assunto no período de desenvolvimento do trabalho

¹⁹ O uso de fonte secundária justifica-se pela falta de artigos científicos que aborde sobre o assunto no período de desenvolvimento do trabalho

interoperabilidade entre forças e uma base industrial robusta para que os países europeus possam mobilizar recursos militares essenciais em momentos críticos. Além disso, o *Readiness 2030* busca fomentar uma cooperação mais profunda entre os Estados Membros, visando uma homogeneização nas prioridades de investimentos, a implementação de projetos conjuntos e a consolidação militar de um quadro de governança claro para cada tipo da capacidade militar. Ao promover planos industriais nacionais alinhados e facilitar a agregação da demanda para compras colaborativas, o programa estimula a eficiência dos recursos e a promoção da competitividade europeia na área de defesa. Essa coordenação é vista como crucial para superar lacunas críticas de capacidade que ameaçam a segurança comum (Comissão Europeia, 2025).

Outro objetivo central do *Readiness 2030* é ampliar de forma significativa os investimentos em defesa, valendo-se de instrumentos financeiros mais flexíveis e direcionados. Entre eles, destacam-se programas de financiamento provenientes do orçamento da União Europeia, iniciativas do Banco Europeu de Investimento e ajustes no Pacto de Estabilidade e Crescimento, de modo a acomodar gastos extraordinários nessa área. Esse conjunto de medidas busca oferecer maior previsibilidade para a indústria, acelerar a modernização dos equipamentos militares e estimular o desenvolvimento de tecnologias emergentes, como cibernética, drones, exploração espacial e computação quântica, consideradas cruciais para a defesa no futuro (Comissão Europeia, 2025).

Além disso, o programa prioriza a consolidação de um setor industrial e tecnológico de defesa europeu que seja robusto e resiliente, capaz de contribuir não apenas para a segurança, mas também para o desenvolvimento regional e o crescimento econômico sustentável. Ao fortalecer cadeias de valor e ecossistemas industriais em todo o continente, o *Readiness 2030* projeta um círculo virtuoso no qual a capacidade de defesa se converte, ao mesmo tempo, em instrumento de proteção estratégica e motor de prosperidade para as regiões envolvidas. Assim, o programa é apresentado como uma ambição estratégica de soberania europeia em matéria de segurança e defesa, integrando de forma coerente dimensões políticas, econômicas e tecnológicas (Comissão Europeia, 2025).

Para viabilizar essa ambição, o programa apresentado pela Comissão Europeia, propõe um conjunto coordenado de medidas financeiras e estruturais que somam um potencial mobilizado de mais de €800 bilhões em investimentos de defesa até 2030. Entre os pilares centrais desse plano, destaca-se o instrumento financeiro *Security Action for Europe* (SAFE) que prevê a emissão de até €150 bilhões em empréstimos para apoiar a compra conjunta de equipamentos militares por Estados Membros, com o objetivo de aumentar a interoperabilidade e a eficiência de custos. Paralelamente, o plano estimula os países a aproveitarem a flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento para ampliar seus orçamentos nacionais de defesa de forma sustentável e responsável (Clapp *et al*, 2025).

Em adição, o Banco Europeu de Investimento (BEI) assume um papel fundamental ao ampliar seu escopo de financiamento para projetos relacionados à defesa, facilitando o acesso a crédito principalmente para pequenas e médias empresas do setor, que enfrentam barreiras significativas para financiar inovações tecnológicas. A mobilização do capital privado também é incentivada por meio da criação da União de Poupança e Investimento Europeia, que busca canalizar recursos para o desenvolvimento da indústria de defesa, fortalecendo toda cadeia de valor. Outras iniciativas complementares, com a proposta de criação de um Banco de Rearmamento, procuram superar limitações legais e financeiras atuais, promovendo soluções inovadoras para o financiamento de longo prazo e maior cooperação entre os países europeus. Dessa forma, essas medidas não apenas reforçam a capacidade de defesa da União Europeia, mas também impulsionam a inovação tecnológica e o crescimento econômico regional, consolidando o setor industrial de defesa como motor estratégico para a autonomia e a prosperidade europeia frente aos desafios geopolíticos atuais e futuros (Clapp *et al*, 2025).

Em contrapartida, a política de criação de um mecanismo financeiro europeu focado no financiamento da prontidão e rearmamento militar traz à tona sérias preocupações sobre o impacto nos países mais pobres da Europa. Esses países, que já enfrentam desafios econômicos e orçamentários significativos, podem acabar arcando de forma desproporcional com os custos relacionados às iniciativas de prontidão militar, mesmo que seus governos não tenham a mesma capacidade financeira dos Estados mais ricos. Isso deve-se, em parte, ao modelo

intergovernamental proposto, que pode não prever mecanismos claros de solidariedade ou redistribuição, implicando que os Estados com economias menos desenvolvidas tenham que assumir parcelas elevadas do endividamento público para manter os compromissos europeus em matéria de defesa (Howarth & Spielberger, 2025).

Um efeito potencialmente negativo dessa dinâmica é o aumento do peso sobre as finanças públicas dos países menos desenvolvidos, comprometendo seu espaço fiscal para investimento em outras áreas prioritárias, com saúde, educação e infraestrutura civil. Essa pressão pode agravar desigualdades econômicas e sociais dentro da União Europeia, dificultando a convergência entre os Estados Membros e ameaçando a coesão política do bloco. Além disso, o endividamento crescente nesses países pode dificultar o cumprimento das regras orçamentárias europeias e limitar sua capacidade de resposta a crises econômicas futuras, criando um ciclo vicioso em que os países mais pobres se tornam ainda mais vulneráveis a choques externos, inclusive militares (Howarth & Spielberger, 2025).

Do ponto de vista institucional e de governança, a criação de um novo fundo ou banco de financiamento para defesa que não esteja plenamente integrado à estrutura da UE pode ampliar a fragmentação e a falta de coordenação existentes entre os financiadores públicos europeus. Isso pode resultar em uma competição por recursos entre os diferentes instrumentos financeiros, além da possibilidade que os países mais pobres fiquem marginalizados ou enfrentem termos de empréstimos menos favoráveis. Ademais, a falta de mecanismo rigoroso de controle parlamentar e transparência como destacado na política, pode aumentar os riscos de má gestão e uso ineficiente dos recursos, o que, no longo prazo, poderia comprometer tanto o sucesso das iniciativas de defesa como a confiança democrática na União e suas instituições. Portanto, embora a urgência em fortalecer a defesa europeia seja clara, a concepção do financiamento deve evitar sobrecarregar desproporcionalmente os países mais pobres e garantir que a política de segurança europeia seja sustentável e equitativa para o futuro (Howarth & Spielberger, 2025).

Além das disparidades econômicas evidentes entre os Estados-membros da União Europeia, as divergências políticas internas representam um desafio substancial para a implementação eficaz do plano *Readiness 2030*. A Hungria, em

particular tem se destacado como um membro que se desmarca das propostas predominantes no Conselho Europeu relacionadas ao reforço da defesa europeia. Essa postura independente reflete uma resistência política significativa, que impede a formação de um consenso fundamental para consolidar ações coordenadas na área de segurança e defesa. Tal posição política isolacionista não só dificulta a criação de uma estratégia de defesa unificada, mas também compromete a credibilidade e a coesão do bloco no cenário internacional, onde a unidade é um componente estratégico essencial.

Nesse contexto, é relevante mencionar a iniciativa da Comissão Europeia de ativar a “cláusula de escape nacional”, instrumento normativo que oferece flexibilidade aos Estados membros para aumentarem seus gastos em defesas sem infringirem as rígidas regras fiscais da União. Todavia, esta flexibilização não é irrestrita, pois impõe um limite anual máximo de 1,5% do PIB por país, buscando um equilíbrio delicado entre o necessário incremento da capacidade militar e a preservação da sustentabilidade fiscal europeia. Apesar do aparente pragmatismo dessa solução, ela depende crucialmente da adesão política e do compromisso efetivo de todos os Estados-membros. Sem a cooperação unificada, o objetivo coletivo pode ser frustrado (Lopéz, 2025).

“The Commission Communication on ‘Accommodating increased defence expenditure within the Stability and Growth Pact’ proposes the coordinated activation of the National Escape Clause by all Member States to unlock additional flexibility for higher defence expenditure. The Flexibility will allow for a deviation from the agreed expenditure path equivalent to the increase in defence expenditure (including both investment and current expenditure) since 2021. A period of four years (extendable) is considered. Thanks to this flexibility, Member States could mobilise additional defence expenditure of up to 1.5% of GDP. Based on projections of gradual take-up, defence investment could reach at least EUR 800bn over the next four years, including the expenditure financed by the EUR 150bn from SAFE, which will be automatically eligible under the national escape clauses.” ²⁰(Comissão europeia, 2025. p. 16)

²⁰ Tradução da autora: A Comunicação da Comissão sobre “Acomodar o aumento dos gastos com defesa no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento” propõe a ativação coordenada da Cláusula de Escape Nacional por todos os Estados-Membros, a fim de liberar flexibilidade adicional para maiores despesas de defesa. Essa flexibilidade permitirá um desvio do caminho de gastos acordado equivalente ao aumento das despesas de defesa (incluindo tanto investimentos quanto despesas correntes) desde 2021. Considera-se um período de quatro anos, com possibilidade de extensão. Graças a essa flexibilidade, os Estados-Membros poderiam mobilizar gastos adicionais em defesa de até 1,5% do PIB. Com base em projeções de implementação gradual, o investimento em defesa poderia alcançar pelo

A falta de consenso político é particularmente evidente em países com posturas mais conservadoras ou que enfrentam vulnerabilidades econômicas significativas. Nesses casos, o receio de comprometer a estabilidade fiscal, somado a debates internos intensos, pode gerar resistência à flexibilização das regras fiscais necessárias para o aumento dos gastos com defesa. Essa ambivalência política tende a retardar ou até mesmo impedir a implementação de um esforço conjunto sólido, comprometendo a capacidade de resposta rápida e integrada da União Europeia diante de ameaças externas. Assim, a viabilidade do *Readiness 2030* depende não apenas de fundamentos técnicos e econômicos, mas também da habilidade política de conciliar interesses divergentes dentro do complexo contexto multilateral europeu (Lopéz, 2025).

O plano *Readiness 2030*, no contexto internacional e especialmente nas relações transatlânticas, é geralmente recebido com otimismo por parceiros e aliados, notadamente pela OTAN e pelos Estados Unidos. Estes últimos enxergam na iniciativa europeia uma forma estratégica de fortalecer a capacidade da Europa de contribuir efetivamente para a segurança coletiva, aliviando a carga dos EUA dentro da aliança. O aumento do gasto europeu em defesa, para cerca de 3% do PIB, reforça o compromisso com a interoperabilidade e a prontidão operacional das forças armadas europeias, permitindo uma resposta mais eficaz a crises e ameaças emergentes, especialmente na vizinhança europeia. Ao mesmo tempo, porém, esse movimento em direção a uma maior autonomia estratégica pode ser interpretado por Washington como uma espécie de “abandono velado” da OTAN, já que a criação de mecanismo próprios de defesa pode transmitir a percepção de que a Europa busca reduzir sua dependência da aliança transatlântica, introduzindo um elemento de ambiguidade nas relações bilaterais (Blockmans, 2025).

Apesar desse otimismo inicial, o *Readiness 2030* apresenta limitações estruturais e dilemas estratégicos que podem comprometer sua implementação. Um primeiro limite refere-se à assimetria das capacidades indústrias tecnológicas entre os Estados-Membros. Enquanto potências como França e Alemanha concentram

menos 800 bilhões de euros nos próximos quatro anos, incluindo os gastos financiados pelos 150 bilhões de euros do SAFE, que serão automaticamente elegíveis no âmbito das cláusulas de escape nacionais.

complexos industriais de defesas consolidados, outros países permanecem dependentes da importação ou da transferência de tecnologia externa. Isso cria um descompasso que pode agravar disputas por contratos, reforçando desigualdades já presentes no mercado europeu de defesa. Nesse sentido, o *Readiness 2030* corre o risco de cristalizar uma divisão entre os “produtores centrais” e os “consumidores periféricos” dentro da União, comprometendo a ideia de coesão estratégica (Comissão Europeia, 2025).

Outro desafio, é a concorrência normativa entre estruturas institucionais existentes. A sobreposição entre iniciativas da União Europeia, da OTAN e de mecanismos bilaterais de defesa pode produzir redundâncias administrativas e dispersão de recursos. Em vez de ampliar a eficiência, há o risco de proliferar fóruns decisórios com baixa coordenação, alimentando disputas de protagonismos entre Bruxelas, Paris, Berlim e Washington. Do ponto de vista da governança, essa multiplicidade de esferas pode retardar respostas a crises e comprometer a clareza estratégica do bloco europeu (Blockmans, 2025).

Adicionalmente, há um dilema geopolítico externo. O avanço do *Readiness 2030* pode ser interpretado por outros atores globais não apenas como uma medida defensiva, mas também como um gesto de militarização do espaço europeu. Rússia e China, em particular, tendem a perceber o plano como parte de um esforço de contensão estratégica, o que pode estimular contrarrespostas militares ou diplomáticas. Essa retroação estratégica ameaça a estabilidade regional ao ampliar dinâmicas de corridas armamentistas, reduzindo os ganhos potenciais de segurança buscados pela União Europeia. Além disso, esse cenário pode gerar custos econômicos indiretos, decorrentes da necessidade de manutenção de forças militares adicionais, reforço de infraestrutura de defesa e adaptação tecnológica, criando um ciclo de pressão orçamentário sobre os Estados membros e limitando o espaço político para investimentos em áreas civis prioritárias (Comissão Europeia, 2025).

Outro aspecto frequentemente negligenciando é o déficit de legitimidade democrática no campo da defesa. A rápida expansão orçamentária e a transferência de recursos para o setor militar ocorrem em um contexto no qual o Parlamento Europeu e as Instâncias nacionais de controle possuem capacidades limitadas de fiscalização. Isso pode gerar um distanciamento entre a elite decisória de opinião

pública sobretudo em sociedades onde a cultura política privilegia gastos sociais em detrimento da defesa. Em última instância, o *Readiness 2030* pode enfrentar resistência social e política se for percebido como um projeto tecnocrático e pouco transparente (Howarth & Spielberger, 2025).

Por fim, deve-se destacar a vulnerabilidade temporal do plano. O *Readiness 2030* foi concebido como uma resposta emergencial à guerra da Ucrânia, mas seu horizonte de implementação ultrapassa a conjuntura imediata. Tal descompasso cria algumas incertezas como a mudanças de governos, crises econômicas ou redefinições estratégicas dentro da própria União podem comprometer a continuidade do projeto. Sem garantias de uma institucionalização duradoura, há o risco de que o *Readiness 2030* se torne mais um ciclo de ambição interrompido, semelhante a iniciativa anteriores de defesa europeia que não alcançaram maturidade (Howarth & Spielberger, 2025).

Dessa forma, o *Readiness 2030* reafirma-se como uma iniciativa estratégica que redefine a posição da União Europeia diante dos desafios de segurança contemporâneos. Ao integrar esforços políticos, militares, econômicos e tecnológicos, o plano projeta a Europa não apenas como um espaço que busca se proteger de ameaças externas, mas também um ator capaz de influenciar a ordem internacional. A ênfase em autonomia estratégica, inovação industrial e maior integração entre os Estados membros indica que o programa vai além de um mero rearmamento, configurando-se como um marco de soberania europeia no campo de defesa (Comissão Europeia, 2025).

Portanto, apesar dos avanços propostos pelos *Readiness 2030* para fortalecer a defesa europeia, seus resultados podem ser comprometidos por desafios institucionais, financeiros e políticos. A tensão entre autonomia dos indivíduos e o direcionamento centralizado dos investimentos, os conflitos de interesse entre política, finanças e indústria militar, bem como as limitações orçamentárias e a falta de plena cooperação entre os Estados membros, podem dificultar a implementação efetiva do plano. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem equilibrada e transparente, capaz de conciliar interesses diversos para garantir a segurança e a prontidão da Europa frente aos desafios geopolíticos atuais (Guazzarotti, 2025).

5. PERSPECTIVAS FUTURAS DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL NO CONTINENTE EUROPEU

Neste capítulo final, será realizada uma análise crítica dos possíveis desdobramentos do cenário internacional diante do *Readiness 2030* e de seus efeitos sobre a segurança coletiva. A discussão buscará mostrar que, apesar de se apresentar como um instrumento de fortalecimento da paz e da cooperação, o programa revela uma lógica voltada ao rearmamento, cujas consequências tendem a reforçar instabilidades e a projetar a possibilidade de novos conflitos no território europeu. A análise parte do impacto do *Readiness 2030* sobre a OTAN, marcada por desconfianças internas e por uma crescente ambiguidade quanto ao papel da aliança atlântica. Em seguida serão explorados cenários futuros, que vão desde a reconfiguração do equilíbrio estratégico europeu até a intensificação de rivalidades regionais e a crise das instituições multilaterais. Por fim, serão examinados os reflexos do programa sobre a ordem global destacando como a insuficiência do modelo liberal de segurança favorece a emergência de fóruns alternativos e arranjos regionais.

Para fundamentar esse capítulo além da análise teórica e documental, este contará com a contribuição da entrevista realizada com o Professor Doutor Pedro Donizete da Costa Júnior²¹ cuja experiência acadêmica e profissional permitirá ampliar a compreensão sobre os desafios contemporâneos da segurança internacional. Assim, busca-se compreender em que medida a ordem global atravessa um processo de reorganização, em que velhos mecanismos de cooperação se fragilizam e novos ganham espaço. A reflexão proposta pretende destacar como as transformações em curso podem redefinir não apenas a posição da Europa, mas também o equilíbrio geopolítico em escala mundial.

²¹ Currículo de Pedro: Doutorado em Ciência Política na USP (2018); Bolsa CAPES; Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012) - Área de Ciência Política; Bolsa CNPQ. Bacharel em Relações Internacionais pelas Faculdades de Campinas (2007); Bolsa FACAMP. Professor licenciado de Relações Internacionais e Economia das Faculdades de Campinas (FACAMP). Atua predominantemente nas áreas de Economia Política Internacional, Filosofia Política, Relações Internacionais Contemporâneas e Teoria das Relações Internacionais. Autor do livro "O Poder Americano no Sistema Mundial Moderno: Colapso ou Mito do Colapso?" (Curitiba: Editora Appris, 2019). Desenvolve pesquisa sobre Política Externa dos Estados Unidos para China, Eurasia e América Latina.

5.1 O POSSÍVEL ENFRAQUECIMENTO DA OTAN

As divergências internas da OTAN vão além de meros desentendimentos políticos pontuais, revelando fragilidades estruturais do sistema de segurança liberal ocidental. A heterogeneidade de interesses entre os membros expõe a dificuldade de criar estratégias conjuntas capazes de responder de maneira eficiente às ameaças contemporâneas. Essa crise estrutural evidencia que o modelo vigente enfrenta limitações profundas, questionando sua capacidade de garantir a estabilidade em um contexto internacional cada vez mais complexo e multipolar. Os Estados do leste europeu, por estarem geograficamente mais próximos da Rússia, tendem a depender fortemente da OTAN como escudo protetivo, especialmente após a eclosão da guerra na Ucrânia. Em contrapartida, países como França e Alemanha buscam autonomia estratégica, fortalecendo suas próprias capacidades de defesa. Essa disparidade de prioridades demonstra que a aliança enfrenta um dilema interno: conciliar interesses nacionais divergentes enquanto mantém a coesão necessária para uma ação coletiva efetiva (Santos, 2025).

A hegemonia norte-americana, historicamente central na segurança europeia, torna-se atualmente um entrave à autonomia do continente. O controle estadunidense sobre decisões estratégicas, especialmente em relação à dissuasão nuclear, limita a capacidade da União Europeia de agir de forma independente. A retórica da “unida ocidental” muitas vezes encobre essa dependência, funcionando mais como legitimadora do que como expressão verdadeira de coesão militar. Mesmo diante do *Readiness 2030*, permanecem dúvidas sobre a real capacidade da Europa de alcançar autonomia estratégica. Projetos de soberania militar surgem como resposta à percepção de risco na dependência dos Estados Unidos, mas ainda enfrentam resistências internas e limitações estruturais. Iniciativas como a defesa europeia independente simbolizam não apenas uma disputa por protagonismo entre França e Alemanha, mas também uma tentativa de reconstruir a soberania continental frente à atual arquitetura de segurança (Santos, 2025).

O *Readiness 2030*, embora apresentado como resposta a instabilidade regional representa uma ruptura estratégica ideológica. Ao enfatizar a preparação constante para conflitos como meio de evitar guerras, o programa reforça a lógica da militarização e da dissuasão preventiva, herdada da Guerra Fria. Essa abordagem

instrumentaliza o medo como justificativa instrumentaliza o medo como justificativa para o rearmamento, colocando em xeque a efetiva promoção da paz duradoura.

Sob a perspectiva kantiana, o programa revela contradições importantes. A preparação para a guerra como estratégia de prevenção perpetua a desconfiança entre Estados e distancia a Europa do ideal de paz perpétua, baseada na cooperação e no direito internacional. Em vez de consolidar estabilidade, o Readiness 2030 reforça a competição e as tensões globais, substituindo o compromisso com a paz ética por uma lógica de poder e dissuasão (Santos, 2025).

Portanto, o possível enfraquecimento da OTAN não se limita às divergências internas ou à perda de coesão frente à Rússia. Ele também reflete a transformação estratégica da própria Europa, que busca autonomia e protagonismo militar, muitas vezes em detrimento do ideal de segurança coletiva. A aliança enfrenta, assim, desafios que transcendem conflitos específicos, exigindo uma reflexão profunda sobre a relevância, a estrutura e os objetivos de um sistema de segurança que já não corresponde plenamente à realidade geopolítica contemporânea (Santos, 2025).

5.1.1 Desconfianças internas e divergências de prioridades entre os membros

As tensões internas e as divergências da organização ultrapassam meros desentendimentos políticos pontuais entre seus membros, revelando limitações enraizadas na estrutura do modelo neoliberal ocidental de segurança. Embora essas divergências possam inicialmente ser interpretadas como resultado das distintas prioridades nacionais dos Estados-membros, elas são, na verdade, sintomas de um sistema que enfrenta desafios para se adaptar às complexas e multifacetadas ameaças contemporâneas. A dificuldade de estabelecer estratégias conjuntas capazes de fortalecer a capacidade de resposta, diante da heterogeneidade dos interesses dos membros, expõe as fragilidades e limitações estruturais do sistema de segurança liberal vigente, questionando sua adequação para garantir estabilidade na atual conjuntura internacional. Assim, as divergências não são apenas reflexos de interesses políticos distintos, mas indicam uma crise estrutural que demanda a revisão profunda das bases e dos instrumentos de cooperação transatlântica (Santos, 2025).

Além das limitações estruturais do modelo, é crucial analisar a heterogeneidade dos interesses dentro da própria OTAN, pois ela constitui uma das principais fontes

de divergência internas da aliança. Os Estados localizados no leste europeu, geograficamente mais próximos a potências e ameaças regionais, especialmente a Rússia, tendem a manter uma postura firme de aliança e dependência a OTAN para garantir a sua segurança. Para esses países, a aliança representa um escudo imprescindível contra riscos percebidos de agressões externas, sobretudo após o início da guerra na Ucrânia. Em contrapartida, outras nações europeias, em especial as maiores economias da Europa Ocidental como França e Alemanha, promovem a ideia de autonomia estratégica europeia, buscando fortalecer capacidades próprias de defesa e reduzir a dependência das garantias externas, especialmente as oferecidas pelos Estados Unidos. Essa fragmentação revela uma falta de consenso interno quanto ao papel da OTAN e ao futuro da política de segurança europeia, que por sua vez complica a criação de uma estratégia comum eficaz. As diferenças não se limitam a aspectos militares, mas refletem contextos históricos, econômicos e até políticos muito distintos dentro da aliança. A consequência é a dificuldade crescente para a OTAN agir de forma coesa e unificada diante dos desafios emergentes, necessitando de uma adaptação estrutural para harmonizar interesses e fortalecer sua relevância no cenário global de segurança (Santos, 2025)

Paralelamente, é importante ressaltar que a manutenção do poder norte-americano tem servido historicamente aos interesses europeus no que tange a segurança coletiva, proporcionando uma garantia de dissuasão nuclear e proteção contra ameaças externas. No entanto, essa predominância dos Estados Unidos configura-se atualmente como um entrave significativo para a conquista da autonomia estratégica europeia. Isso porque o controle centralizado na decisão militar e, particularmente, da dissuasão nuclear permanece na mão das potências hegemônicas, limitando a capacidade da União Europeia de agir de forma independente em sua política de defesa e segurança. Nesse sentido, a presença dos EUA na OTAN representa uma estrutura na qual a autonomia estratégica da União Europeia é condicionada pela hegemonia norte-americana, dificultando que a Europa desenvolva políticas e meios militares próprios que respondam adequadamente às suas necessidades geopolíticas. A dependência dessa aliança restringe a possibilidade de a UE se consolidar como um ator estratégico plenamente autônomo, pois a tomada de decisões políticas e militares relevantes permanece submetida ao

interesse e controle estadunidense, limitando o avanço da Política Comum de Segurança e Defesa europeia (Santos, 2025).

Essa assimetria de poder é sustentada por um discurso recorrente de “unidade ocidental”, que, embora pregue a coesão entre Europa e Estados Unidos, muitas vezes atua como um recurso retórico que encobre uma forte dependência militar europeia. Conforme observa Paulo (apêndice B), desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa perdeu o protagonismo militar e passou a ser tutelada pelos Estados Unidos, que limitaram a autonomia de países como Alemanha e Itália, inclusive impondo restrições ao desenvolvimento de armas nucleares, em função de sua derrota. Essa relação de tutela, camuflada sob a retórica da cooperação, perpetuou um modelo de segurança em que a Europa se mantém subordinada à lógica estratégica norte-americana.

Mesmo com o *Readiness 2030*, permanecem dúvidas sobre se a Europa conseguirá alcançar uma autonomia real em defesa ou se continuará dependente dos Estados Unidos, já que sua política externa segue amplamente alinhada aos interesses da Casa Branca. O especialista citado (Apêndice B) enfatiza que a quebra de confiança em relação aos EUA motivou o surgimento de um projeto europeu de soberania militar, voltado à construção de maior independência e relevância geopolítica. Contudo, reconhece-se que essa autonomia é um processo gradual, em consolidação, e que ainda enfrenta resistências internas e externas. (Júnior, 2025)

Quando países como França ou Alemanha defendem a criação de uma “defesa europeia independente”, o que está em jogo é a busca por maior soberania e pela afirmação do protagonismo europeu diante das limitações dos atuais mecanismos de segurança coletiva como a OTAN ou a ONU. Ao retomarem a doutrina dos interesses vitais essas nações procuram criar uma base jurídica que garanta a proteção do território europeu em situação de ameaça, especialmente quando as instituições internacionais não conseguirem agir com eficácia. Esse movimento reflete, ao mesmo tempo, uma preocupação com segurança autônoma do continente e uma tentativa de reorganizar as lideranças dentro da própria Europa, já que a França e Alemanha buscam ocupar posições centrais na definição da nova política de defesa europeia (Pimentel, 2021).

Desse modo, as divergências internas da OTAN não podem ser reduzidas a meras diferenças políticas, pois representam o reflexo de uma crise mais ampla no modelo liberal ocidental de segurança. A hegemonia norte-americana, embora ainda desempenhe papel relevante, tornou-se um fator de tensão que desafia a construção da autonomia estratégica europeia. O discurso da unidade, por sua vez, opera mais como retórica legitimadora de dependência do que como expressão de coesão real. E, finalmente, as iniciativas de França e Alemanha, ao defenderem uma defesa europeia independente, simbolizam não apenas uma disputa por protagonismo dentro do bloco, mas uma tentativa de reconstruir a soberania continental diante das limitações do sistema de segurança tradicional (Pimentel, 2021).

5.1.2 O *Readiness 2030* como resposta ou como ruptura?

O *Readiness 2030* é apresentado, em seu discurso oficial, como uma resposta racional e necessária à guerra da Ucrânia e à instabilidade na fronteira europeia. Contudo, ao analisar sua formulação e prováveis consequências, torna-se evidente que o programa representa muito mais uma ruptura com a ordem liberal de segurança pós-guerra fria do que uma simples reação a um conflito específico (União Europeia, 2025). A Europa, sob justificativa de “autonomia estratégica”, busca na verdade reconstruir sua capacidade de poder, não apenas para se defender, mas para reocupar um espaço de centralidade e protagonismo geopolítico que perdeu há mais de sete décadas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a tutela dos Estados Unidos sob a Europa foi o que consolidou a OTAN como principal instrumento de defesa ocidental. No entanto a percepção de quebra de confiança na proteção norte americana, especialmente durante os mandatos de Donald Trump, despertou entre os líderes europeus a convicção de que depender de Washington era um risco estratégico. O *Readiness 2030*, portanto, nasce de uma crise de dependência, mas também de uma ambição política: a de transformar a Europa em um polo autônomo de poder, capaz de competir militarmente e tecnologicamente com Estados Unidos, China e Rússia (Howarth, Spielberg, 2025).

Essa busca por autonomia, porém, carrega uma contradição profunda. Ao mesmo tempo em que se apresenta como um projeto de defesa e estabilidade, o *Readiness 2030* reintroduz a lógica da militarização e da dissuasão preventiva, típica

da Guerra Fria. O próprio lema político que sustenta o programa, “devemos nos preparar para a guerra, pois essa é melhor maneira de evitá-la”, traduz uma filosofia baseada na força e não na cooperação. Trata-se de um discurso que instrumentaliza o medo da guerra para legitimar o rearmamento, naturalizando a corrida armamentista sob o pretexto da paz. (Júnior, 2025)

A luz da teoria Kantiana, o *Readiness 2030* também se revela contraditório em seu próprio propósito, pois, ao insistir na preparação constante para a guerra como meio de evitá-la, perpetua a lógica da força e da desconfiança entre os Estados, afastando-se do ideal de paz perpétua baseada no direito e na cooperação. Kant enfatiza que a verdadeira paz não pode ser sustentada pela militarização ou pela dissuasão preventiva, mas por meio de uma federação de nações empenhadas em garantir a paz por dever moral e leis internacionais que impeçam o uso da violência. Ao instrumentalizar o medo para neutralizar uma corrida armamentista, o *Readiness 2030* compromete a estabilidade duradoura que só pode advir da construção racional e ética de acordos pacíficos e da sua superação gradual do estado de natureza marcado pelo conflito. Dessa forma, longe de promover a paz real, esse discurso reforça as tensões que ele mesmo pretende evitar, demonstrando que a busca legítima pela segurança exige, como Kant propõe, o estabelecimento de instituições funcionais e princípios que assegurem a coexistência pacífica como um fim em si mesmo (Kant, 1975).

A retórica europeia de “autonomia estratégica” é, portanto, ambígua e profundamente política. Por um lado, pretende romper com a dependência dos Estados Unidos e reforçar a soberania europeia. Por outro, serve para reconfigurar as hierarquias internas da União Europeia, concentrando poder decisório e militar nas mãos da França e Alemanha. Sob o disfarce de um projeto coletivo, o *Readiness 2030* reproduz antigas disputas de liderança do bloco, em que cada potência tenta assegurar sua influência sobre a nova arquitetura europeia. Assim, o programa não apenas marca uma ruptura com a tutela americana, mas também inaugura um novo tipo de centralização de poder dentro da própria Europa. A dimensão ideológica do *Readiness 2030* também merece destaque. Ao evocar o discurso “paz pela força” e de “preparação como prevenção”, o projeto reformula a linguagem de segurança para torná-la compatível com a expansão militar. Essa é uma estratégia discursiva

sofisticada, ao apresentar o armamento como um ato de prudência e responsabilidade, a Europa busca legitimar politicamente uma agenda de militarização sem parecer agressiva. Na prática, porém o programa reforça o ciclo de competição e tensão global, aproximando-se mais da lógica da dissuasão e da rivalidade entre blocos do que de um esforço real para a estabilização (Howarth, Spielberg, 2025).

Desse modo, o programa simboliza uma ruptura estratégica em diferentes níveis. Ele tenta romper com a dependência americana, com a lógica cooperativa da OTAN e com a própria retórica europeia de “poder civil”, conceito que por décadas sustentou a imagem da União Europeia como o bloco promotor da paz, do diálogo e do multilateralismo. O continente que se apresentava como mediador de conflitos e defensor do direito internacional agora busca retomar o seu lugar como ator armado e autônomo. Essa transformação revela não apenas uma mudança de postura, mas uma mudança de identidade geopolítica: a Europa deixa de ser o espaço da diplomacia, e se torna, novamente, um espaço de poder (Júnior, 2025).

5.2 CENÁRIOS GEOPOLÍTICOS FUTUROS E A REORGANIZAÇÃO DE ALIANÇAS INTERNACIONAIS

O cenário geopolítico contemporâneo evidencia uma reestruturação das alianças internacionais diante da perda de coesão da OTAN e da ascensão de novos polos de poder. A Europa, diante da instabilidade gerada pela guerra na Ucrânia e da crescente competição entre potências globais, busca redefinir seu papel no sistema internacional. Nesse contexto, o Readiness 2030 surge como tentativa de projetar autonomia militar e reposicionar o continente como ator central na segurança global. Contudo, tal movimento revela não apenas a busca por independência, mas também a ambição de retomar protagonismo estratégico sob uma nova lógica de poder. O fortalecimento da soberania militar europeia, liderada por França e Alemanha, expressa um processo de recentralização interna que tende a produzir hierarquias já conhecidas na relação com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que reivindica autonomia, o continente permanece condicionado a estruturas de dependência tecnológica e estratégica. Essa contradição demonstra que a Europa não busca romper com o sistema ocidental, mas reconfigurar sua posição dentro dele,

substituindo a tutela norte-americana por um modelo de hegemonia intereuropeia (Júnior, 2025)

A reorganização das alianças internacionais reflete, assim, uma disputa de poder disfarçada de cooperação. A ampliação da capacidade bélica europeia intensifica percepções de ameaça em países como Rússia e China, alimentando a competição e diminuindo as possibilidades de diálogo. Novas alianças bilaterais e multilaterais tendem a surgir não como instrumentos de estabilidade, mas como mecanismos de contenção e influência. A retórica da defesa coletiva, nesse sentido, mascara uma realidade em que o equilíbrio internacional se apoia na dissuasão e na lógica da rivalidade permanente. Além disso, o avanço da indústria de defesa e o aumento dos gastos militares consolidam a militarização da economia europeia. A promessa de paz e segurança, sustentada por discursos políticos e institucionais, oculta a crescente dependência de setores bélicos e tecnológicos. Essa interdependência entre segurança e mercado faz do Readiness 2030 não apenas um plano estratégico, mas também um projeto econômico e ideológico que fortalece elites industriais e políticas sob o argumento da proteção continental (Silva; Godoy, 2025).

Em síntese, os cenários geopolíticos futuros apontam para uma Europa que busca autonomia, mas a partir da reprodução da lógica da força. A reconfiguração das alianças internacionais não representa uma ruptura com o passado, e sim sua reformulação, uma tentativa de manter o poder europeu diante da transição para uma ordem multipolar. O Readiness 2030, longe de garantir a paz, reforça a militarização global e evidencia que a nova segurança europeia está mais voltada à preservação de influência do que à construção de uma estabilidade duradoura (Silva; Godoy, 2025).

5.2.1 Possibilidades de reconfiguração da OTAN

As atuais discussões sobre a reconfiguração da OTAN expressam não apenas a busca por maior eficiência institucional, mas sobretudo a tentativa de relegitimar uma aliança que enfrenta um evidente esgotamento estratégico e político. Em meio à multiplicação de crises, a OTAN tem procurado redefinir sua função dentro da ordem internacional, adaptando-se às novas dinâmicas de poder e aos desafios contemporâneos de segurança. Esse processo, entretanto, parece menos uma

modernização efetiva e mais uma tentativa de preservar a centralidade de um modelo que perdeu o seu propósito original. A retórica de “fortalecimento da defesa coletiva” e “adaptação a novas ameaças” revela uma busca por reafirmação simbólica diante de um mundo em que a hegemonia ocidental já não exerce o mesmo poder de influência nem de legitimação (Santos, 2025).

A suposta readequação da OTAN também deve ser compreendida como parte de uma disputa narrativa pela manutenção da relevância ocidental. A aliança tenta projetar uma imagem de coesão e prontidão, mas enfrenta tensões internas que comprometem sua unidade. Enquanto alguns países defendem a ampliação de capacidades militares e a aproximação com o Leste Europeu, outros questionam os custos, as implicações e a subordinação às decisões norte-americanas. Essa fragmentação revela um dilema estrutural, a OTAN depende da liderança dos Estados Unidos para manter sua capacidade militar, mas essas mesmas dependências minas a possibilidade de uma verdadeira autonomia europeia. O resultado é uma organização que se debate entre a obediência estratégica e o desejo de soberania, oscilando entre ser instrumento de proteção e símbolo de submissão (Santos, 2025).

Nesse contexto, a expansão da OTAN para o Leste Europeu, amplamente defendida como uma estratégia de segurança e estabilidade, acabou expondo os limites da sua lógica de atuação. Ao incorporar antigos membros do Pacto de Varsóvia e avançar sobre áreas tradicionalmente consideradas de influência russa, a OTAN reacendeu o sentimento de cerco e desconfiança em Moscou, contribuindo para intensificação das tensões regionais (Canêdo, 2006). A anexação da Crimeia, em 2014, e a guerra da Ucrânia, em 2022, podem ser compreendidas como desdobramentos de um cenário crescente de tensão entre OTAN e a Rússia, no qual o discurso de dissuasão se mostrou ambíguo e, em certos momentos, contribuiu para a intensificação das rivalidades regionais. Em vez de eliminar o risco de conflito, o processo de expansão da aliança acabou por aumentar a percepção de ameaça e incentivar a militarização nas fronteiras, comprometendo parte da sua narrativa original de estabilidade. Sob esse pretexto, a OTAN enfrenta o desafio de equilibrar sua função defensiva com a necessidade de evitar que suas próprias ações gerem novos focos de insegurança (Silva; Godoy, 2025).

Essas contradições colocam em xeque a própria ideia de segurança coletiva que orienta a aliança. Ao privilegiar a expansão territorial e o acúmulo de poder militar, a OTAN transformou-se em um agente de polarização geopolítica. O dilema de segurança, em que o fortalecimento de um ator é percebido como ameaça por outro, tornou-se evidente nas relações entre o Ocidente e a Rússia. A retórica de defesa e estabilidade mascara uma política de contensão e supremacia, que tem contribuído para a fragmentação do sistema internacional. A reconfiguração da OTAN, portanto, não responde apenas a ameaças externas, mas também a necessidade interna de justificar a continuidade de um projeto que, em grande medida, já não se sustenta pela legitimidade, mas pela rigidez de um modelo que se mantém mais por autopreservação do que por eficácia estratégica (Silva; Godoy, 2025).

Paralelamente, o surgimento de iniciativas de defesa europeia, lideradas por França e Alemanha, evidencia a percepção de que a dependência em relação aos EUA ficou insustentável. A criação de novas forças militares no âmbito europeu é apresentada como alternativa de autonomia estratégica, mas carrega uma ambiguidade estrutural, sob o discurso de independência, pode esconder uma tentativa de concentração de poder dentro do próprio continente. França e Alemanha, ao defenderem uma “defesa europeia independente”, posicionam-se como novos centros de comando, disputando protagonismo e influência sobre os demais Estados-membros. Assim, o que poderia representar uma superação da lógica hierárquica da OTAN, tende a reproduzi-la em outro formato, deslocando o eixo de dominação sem romper com a lógica de poder que a sustenta (Santos, 2025).

Em suma, as possibilidades de reconfiguração da OTAN parecem apontar menos para uma transformação efetiva e mais para um esforço de reafirmação de poder sob o disfarce de renovação estratégica. A aliança tenta equilibrar modernização e sobrevivência, adaptação e autopreservação, mas sua atuação revela que o paradigma liberal de segurança coletiva está profundamente desgastado. Levando em consideração cenários passados em que, uma expansão deveria garantir estabilidade, produziu o oposto: as tentativas de autonomia europeia revelam mais divisão do que coesão, e o discurso de unidade ocidental serve mais à aparência de força do que à consolidação de um consenso real. Dessa forma, a possibilidade de uma reconfiguração na OTAN reflete mais uma tentativa de revalidar seu papel no

equilíbrio global do que uma renovação genuína de sua missão. Em um contexto no qual o poder ocidental é constantemente questionado, a aliança se esforça para sustentar uma legitimidade que já não decorre de resultados concretos, mas do peso simbólico de seu passado (Santos, 2025).

No entanto, para concluir, é de extrema importância ressaltar que, a possível reconfiguração da OTAN, embora relevante no debate geopolítico, ela já não se apresenta mais como o elemento decisivo para o futuro da segurança militar europeia. O essencial é que o projeto de autonomia militar da Europa, o *Readiness 2030*, já está em curso e avança independentemente de eventuais reformas na aliança atlântica. Mais do que repensar o papel da OTAN, o continente busca se libertar da condição de dependência estratégica que a manteve desde 1945, quando sua segurança passou a ser tutelada pela potência norte-americana. Assim, a Europa parece menos preocupada em transformar a OTAN e mais determinada em construir uma soberania própria, que lhe permita atuar como um ator autônomo e competitivo nas dinâmicas de poder global (Júnior, 2025)

5.2.2 Riscos de novos conflitos armados no continente europeu

O rearmamento europeu, especialmente através do programa do *Readiness 2030* pode aumentar a sensação de cerco e ameaça para países como a Rússia, intensificando as tensões geopolíticas e levando a uma maior instabilidade internacional. A iniciativa pode ter até ter um objetivo original de conquistar autonomia militar, mas isso tem um efeito colateral de provocar uma rivalidade ampliada entre potências globais, Estados Unidos, China, Rússia e a própria Europa emergente como ator militar, disputando o mesmo espaço de poder. Essa dinâmica gera mais fragmentação e instabilidade no sistema internacional. Além disso, a corrida armamentista decorrente desse armamento europeu tende a pressionar disputas militares e estratégicas não apenas na Europa, mas também em outras regiões sensíveis como o Ártico e o Indo-pacífico, criando um efeito dominó de rivalidades que aumenta o risco de confrontos. A sensação de cerco é reforçada pelo fato de que não existe vácuo de poder nas relações internacionais: à medida que uma potência avança, outra percebe que precisa reagir para não perder influência, elevando as tensões e o risco de escalonamento militar. Então, o reforço militar ao invés de

prevenir conflitos, pode ser interpretado pela Rússia, e potencialmente por outras potências como uma ameaça direta, exacerbando desconfianças e incentivando a intensificação das disputas armamentistas e geopolíticas (Rasi, 2025).

Alinhado com a teoria filosófica de Kant, a paz perpétua, o teórico concorda no que tange ao fato de que o programa irá aumentar essa sensação de cerco e ameaça em países como a Rússia. Kant observa que a acumulação de poder militar e o armamento podem ser percebidos pelos outros Estados como uma ameaça iminente, o que os leva a responder com medidas ofensivas. Essa dinâmica cria um ciclo vicioso de desconfianças e preparação para a guerra que, em vez de prevenir conflitos, irá apenas intensificá-los. A teoria Kantiana sugere que a verdadeira paz só é possível por meio do equilíbrio de forças e da cooperação entre Estados independentes, evitando tanto o despotismo quanto a escalada unilateral de armamentos, e defendendo a criação de federações que garantam a paz perpétua além de mera intimidação militar. Assim, o rearmamento europeu pode paradoxalmente contribuir para o aumento das tensões e não da sua redução, demonstrando o quanto o ideal de segurança por meio da força militar continua sendo um paradoxo na política internacional contemporânea (Kant, 1975).

A OTAN e o programa *Readiness 2030* desempenham um papel ambíguo, contribuindo tanto para a contenção de ameaças quanto para manutenção da indústria militar e do poder ocidental, com impactos distintos conforme a perspectiva adotada. Por um lado, a OTAN tradicionalmente atua como guardiã da segurança europeia, organizando a defesa coletiva dos países membros e, historicamente, protegendo a Europa contra ameaças externas. O *Readiness 2030*, impulsionado pelo contexto de guerra entre a Rússia e a Ucrânia, tem o objetivo declarado de fortalecer a capacidade militar europeia para conter possíveis escalonamentos e preservar a estabilidade política e a segurança coletiva, buscando maior autonomia estratégica. Por outro lado, especialistas apontam que o *Readiness 2030* e os atuais movimentos de rearmamento europeu também funcionam como mecanismos para sustentar a indústria militar dos países ocidentais, estimulando empréstimos e gastos militares significativos que podem gerar endividamento nos países europeus, sem garantir plenamente a autonomia europeia frente aos Estados Unidos. A continuidade dessa dependência é um aspecto relevante, sugerindo que o rearmamento pode reforçar a

manutenção do poder militar ocidental mais do que efetivamente assegurar autonomia. Além disso, o rearmamento europeu pode desencadear uma corrida armamentista regional que beneficia economicamente a indústria de defesa ocidental e contribui para manter a hegemonia dos países ocidentais no sistema internacional, ainda que aumente a instabilidade e as tensões geopolíticas. Simplificando, tanto a OTAN quanto o *Readiness 2030* representam instrumentos de contenção de ameaças na visão oficial, mas simultaneamente atuam, conscientemente, como suporte para a manutenção de um mecanismo militar-industrial e da influência geopolítica ocidental (Guerrero, 2025).

Ademais, é preciso reconhecer que um aumento nos gastos militares europeus intensifica as tensões geopolíticas e a competição pelo poder, potencialmente desencadeando uma corrida armamentista maior e mais complexa envolvendo não só a Europa, mas também com outras regiões do globo. Isso demonstra que a dimensão do poder militar e político em jogo está crescendo, com a Europa gradualmente se armando para desempenhar um papel mais expressivo no sistema internacional. Ainda que se reconheça os riscos envolvidos, a busca por um poder militar maior e uma maior independência estratégica reflete uma transformação profunda na ordem mundial, com a Europa tentando assumir responsabilidades e capacidades que ultrapassam as oferecidas pela OTAN tradicional (Burilkov, Bushnell, Mejino-López, et al 2025).

A análise do “White Paper for European Defense – *Readiness 2030*” indica que o principal objetivo do programa, alinhado com a postura da OTAN, é fortalecer a capacidade de dissuasão da Europa. O discurso apresentado de “prontidão militar mais robusta” e “cooperação estratégica” parece, na prática, justificar um processo de rearmamento contínuo, que consolida o poder militar e industrial do continente sob uma lógica de competição global. O alinhamento declarado com a OTAN, longe de representar autonomia, evidencia a persistente dependência europeia da estrutura militar e da orientação estratégica norte-americana, o que coloca em dúvida a real soberania pretendida pelo programa. Além disso, o incentivo ao aumento de investimentos na indústria de defesa europeia, embora apresentado como mecanismo de sustentabilidade e fortalecimento estratégico, pode ser interpretado como um esforço de manutenção do complexo militar-industrial, em que a segurança se torna

um produto e o conflito, um motor econômico. A cooperação entre Estados-membros na aquisição de equipamentos e a redução da burocracia são medidas que favorecem não apenas a integração militar, mas também o crescimento de um mercado bélico transnacional, mais comprometido com a lucratividade do setor do que com a promoção efetiva da paz (União Europeia, 2025).

Dessa forma o “White Paper” evidência uma ambiguidade central, sob o discurso de estabilidade e defesa, o *Readiness 2030* reafirma o papel da força como instrumento de poder e sustenta uma estrutura que reforça a hegemonia ocidental. Em vez de representar um passo rumo à autonomia pacífica, o programa pode estar consolidando a dependência europeia de uma lógica armamentista que perpetua o desequilíbrio global e distancia o continente de um projeto genuíno de paz e cooperação internacional (União Europeia, 2025).

O continente europeu, portanto, se contradiz ao buscar se apresentar como um ator de paz, mas fundamenta sua segurança na lógica da força militar. Essa contradição expõe a dificuldade da Europa em conciliar o discurso pacifista com a prática de rearmamento e fortalecimento bélico. No cenário com um conflito no território europeu em curso, o programa *Readiness 2030* surge como a principal expressão dessa tensão, pois, sob a justificativa de garantir estabilidade e defesa coletiva, promove uma reconfiguração estratégica que amplia a influência europeia, mas também intensifica as rivalidades globais. Ao investir na expansão de suas capacidades militares, a Europa busca autonomia e segurança, porém corre o risco de alimentar um ciclo de desconfiança e escalada armamentista que historicamente antecede os grandes conflitos (Guazzarotti, 2025).

5.2.3 Impactos do rearmamento sobre regiões periféricas e zonas de influência

O *Readiness 2030*, exerce impactos complexos e multifacetados sobre regiões periféricas e zonas de influência, cujas repercussões vão muito além do continente. Longe de promover a segurança e a cooperação internacional, a intensificação militar tende a aprofundar a instabilidade, fomentar a fragmentação geopolítica e gerar um ciclo de rivalidades com efeitos globais. A corrida armamentista que se consolida não se limita à Europa, estendendo-se a áreas estratégicas como o Ártico, o Indo-Pacífico e regiões vizinhas, incluindo os Balcãs Ocidentais, Geórgia,

Moldávia e Armênia. Ao disputar espaços de poder limitados e de alto valor geopolítico, a Europa pressiona diretamente outras potências, elevando tensões, estimulando respostas militares e ampliando a percepção de ameaça, contradizendo a narrativa oficial de proteção coletiva. (Júnior, 2025)

Além disso, a busca por autonomia militar está diretamente ligada à tentativa europeia de retomar protagonismo global, um papel que o continente perdeu desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse esforço envolve não apenas o fortalecimento da presença europeia em regiões periféricas, mas também a consolidação de influência política e econômica em países estratégicos. A atuação europeia pode ser interpretada como uma forma moderna de neocolonialismo, na medida em que reproduz padrões históricos de dominação e controle sobre territórios vizinhos e regiões de interesse, ainda que em um contexto contemporâneo de multipolaridade e rivalidade global. A intensificação do militarismo europeu também contribui para rivalidade com os principais potenciais globais. Ao aumentar sua capacidade militar, a Europa envia sinais de assertividade e ambição estratégica, o que inevitavelmente provoca respostas defensivas e ajustes táticos por parte de outros atores. Esse efeito de espiral de segurança reforça a fragmentação internacional e aumenta o risco de confrontos indiretos ou escalonamentos localizados, mesmo sem uma intenção explícita de conflito, demonstrando que a lógica da defesa europeia não opera isoladamente, mas dentro de um contexto global altamente sensível e interdependente. (Júnior, 2025)

Do ponto de vista econômico, o rearmamento europeu implica uma alocação significativa de recursos para o setor militar e a indústria de defesa, muitas vezes em detrimento de áreas sociais, infraestrutura e inovação civil. Embora forneça a base industrial militar europeia, essa priorização também mantém a Europa vinculada a ciclos de dependência tecnológica e financeira, especialmente em relação a fornecedores estratégicos ou à coordenação com a OTAN. Além do mais, o aumento dos gastos militares pode gerar endividamento e tensões internas, fragilizando a capacidade da Europa de agir de forma efetivamente autônoma e coordenada em crises internacionais (López 2025).

O programa *Readiness 2030* evidencia que o foco europeu está mais voltado à proteção de interesses estratégicos e à afirmação de soberania do que à promoção

de uma paz universal ou estabilidade global. A prioridade europeia em consolidar autonomia militar e reduzir a dependência dos Estados Unidos reforça uma postura pragmática e etnocêntrica, centrada na manutenção de centralidade e influência geopolítica. Em vez de agir como mediador ou estabilizador, a Europa tende a projetar poder, gerar efeitos colaterais em zonas periféricas e reforçar rivalidades entre grandes potências, demonstrando que seu discurso de “paz” está intimamente ligado à lógica da força (López, 2025).

Em síntese, o rearmamento europeu, longe de ser uma política universalista, reafirma a lógica de poder e autonomia do continente. Ao mesmo tempo que busca garantir segurança e dissuasão, ele aprofunda as tensões internacionais, fragmenta o sistema global e fortalece percepções de ameaça em regiões periféricas e principalmente entre as potências globais. O *Readiness 2030* revela que a Europa está mais interessada em afirmar sua soberania e centralidade do que em estabilizar o sistema internacional, transformando a busca por proteção em instrumento de projeção de poder e competição estratégica, com impactos críticos sobre a ordem global (López, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema central a análise do programa *Readiness 2030* da Europa e suas implicações para o cenário geopolítico global, com ênfase nas transformações que o rearmamento provoca na segurança e estabilidade internacional. A pesquisa buscou compreender de que maneira a guerra entre a Rússia e a Ucrânia reacendeu o debate sobre defesa continental e impulsionou uma nova etapa de fortalecimento militar na União Europeia. Nesse contexto, o estudo abordou o *Readiness 2030* não apenas como uma estratégia de prontidão e proteção, mas também como um instrumento de reconfiguração da autonomia estratégica europeia diante da crescente instabilidade global e da dependência histórica em relação a OTAN e, consequentemente, aos Estados Unidos.

Dessa forma, a estrutura do trabalho foi planejada para conduzir o leitor desde a contextualização histórica até a análise crítica do programa *Readiness 2030*, proporcionando uma compreensão ampla e progressiva do tema. O primeiro capítulo apresentou a introdução, a problemática e a metodologia empregada, estabelecendo os alicerces da pesquisa. O segundo capítulo forneceu a base teórica que sustenta todo o estudo, abordando conceitos centrais de geopolítica, segurança internacional e relações de poder. Nesse contexto, a teoria da Paz Perpétua, de Immanuel Kant (1795), foi analisada de forma crítica: apesar de sua relevância teórica, seu ideal normativo de cooperação internacional frequentemente entra em conflito com interesses políticos, econômicos e militares concretos, evidenciando a distância entre filosofia e prática na arena global. Esse capítulo foi essencial para desenvolver uma perspectiva crítica sobre a dinâmica entre os Estados e fundamentar a análise do programa *Readiness 2030*, garantindo uma base conceitual sólida ao estudo.

O terceiro capítulo concentrou-se na contextualização da Guerra entre Rússia e Ucrânia, analisando suas origens, causas e repercussões no sistema internacional. Foram apresentados os principais atores envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito e no processo de rearmamento europeu, assim como suas movimentações geopolíticas estratégicas. O capítulo explorou detalhadamente os eventos que culminaram na invasão de 2022 e os impactos diretos do conflito sobre a política de defesa europeia. Essa análise foi fundamental para compreender a urgência com que

a União Europeia buscou reformular suas estratégias de segurança, configurando o cenário que motivou o surgimento do programa *Readiness 2030*.

O quarto capítulo examinou detalhadamente o programa *Readiness 2030*, analisando seus objetivos, estruturas, metas e relevância para o fortalecimento da autonomia estratégica europeia. Foram discutidas as medidas propostas para ampliar a prontidão militar e a cooperação entre os Estados-membros, assim como os desafios enfrentados para a sua implementação efetiva. Esse capítulo se mostrou decisivo, ao apresentar o objeto central da pesquisa e permitir compreender o *Readiness 2030* não apenas como uma iniciativa militar, mas também um reflexo do novo posicionamento geopolítico da Europa no século XXI. Por fim, o quinto capítulo realizou uma análise crítica do programa *Readiness 2030* e de seus impactos no cenário internacional. Com base nas discussões anteriores, foram examinadas as tensões entre o discurso de defesa e a prática concreta do rearmamento, assim como os riscos associados a uma possível militarização excessiva da Europa. Esse capítulo foi crucial para consolidar as conclusões parciais do trabalho, evidenciando que o *Readiness 2030* representa simultaneamente uma resposta à crescente insegurança global e um desafio aos ideais de paz e cooperação que historicamente orientam o projeto europeu.

O estudo também procurou evidenciar como o rearmamento europeu, promovido pelo *Readiness 2030*, altera as relações de poder globais e molda a percepção internacional sobre a Europa. A retomada de investimentos em defesa, o fortalecimento da indústria bélica e o aumento da cooperação militar entre os Estados-membros indicam uma postura mais assertiva e autônoma, mas simultaneamente levantam questionamentos sobre o equilíbrio entre segurança e diplomacia. Dessa forma, o tema permitiu refletir sobre as tensões e contradições de uma Europa que busca proteger-se sem abandonar os valores pacifistas que historicamente fundamentam seu projeto político. Por fim, análise do tema mostrou-se crucial para compreender como o continente europeu enfrenta os desafios de segurança do século XXI, especialmente após a invasão da Ucrânia em 2022. O *Readiness 2030* representa um esforço coletivo de reconstrução da confiança na defesa europeia e de proteção de suas fronteiras, ao mesmo tempo em que evidencia o dilema entre o fortalecimento militar e o compromisso com a paz duradoura. Nesse sentido, o

trabalho permitiu analisar a Europa contemporânea como um espaço em transformação, buscando equilibrar poder e estabilidade diante de um cenário de tensões globais e redefinições geopolíticas.

Com isso em vista, o problema central deste estudo decorre da tensão entre a necessidade de reforçar a segurança e a autonomia estratégica da União Europeia e os riscos de que uma militarização excessiva possa intensificar instabilidades regionais e globais. Desde o fim da Guerra Fria, a Europa tem vivenciado uma transição de um sistema internacional unipolar, dominado pelos Estados Unidos, para uma ordem multipolar, marcada pela emergência de potências como Rússia e China, que desafiam diretamente o equilíbrio geopolítico global. Essa reconfiguração torna a construção de consensos multilaterais mais complexa e dificulta a formulação de uma política de defesa europeia coesa e eficaz.

Nesse contexto, a União Europeia enfrenta desafios múltiplos e interligados. Em primeiro lugar, existe a dependência histórica em relação à OTAN e aos Estados Unidos, que limita a autonomia estratégica do continente. Em segundo lugar, há divergências internas entre os Estados-membros, cujas prioridades e percepções de ameaça variam conforme sua posição geopolítica. Países do leste europeu, mais próximos da Rússia, tendem a reforçar a dependência da OTAN, enquanto outras nações buscam maior autonomia, o que dificulta a elaboração de políticas comuns de defesa. Além das questões militares convencionais, a União Europeia precisa lidar com desafios emergentes de segurança multidimensional, como ciberataques, terrorismo, ameaças híbridas e vulnerabilidades energéticas, evidenciadas, por exemplo, pelo apagão na Península Ibérica em 2025. A ausência de protocolos coordenados e de mecanismos institucionais eficazes para respostas conjuntas demonstra que o continente ainda enfrenta barreiras internas que comprometem sua capacidade de reação.

Diante desse cenário, o problema investigado consistiu em compreender de que maneira o programa *Readiness 2030* pode fortalecer a capacidade militar e tecnológica europeia sem estimular uma lógica de militarização preventiva, capaz de aumentar a desconfiança internacional e comprometer a estabilidade global. Em síntese, o dilema reside em conciliar autonomia e prontidão militar com valores pacifistas e cooperação internacional, refletindo a complexidade de construir uma

política de defesa europeia eficiente em um contexto global competitivo e fragmentado.

Para isso, foi desenvolvido uma pergunta que guiou todo o trabalho “até que ponto, o programa de rearmamento europeu, “Readiness 2030”, impulsionado pelo contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, pode funcionar como um mecanismo para conter a possibilidade de um escalonamento de uma guerra generalizada e contribuir para a preservação da estabilidade política e da segurança coletiva no cenário internacional?”

Para responder à pergunta, precisamos considerar que de fato o *Readiness 2030* busca fortalecer a capacidade militar da União Europeia, aumentar a prontidão frente a ameaças externas e promover maior coordenação entre os Estados-membros, apresentando-se como uma estratégia para conter potenciais escalonamentos de conflitos e proteger a estabilidade regional. A iniciativa evidencia a intenção europeia de reduzir a tecnologias avançadas e na cooperação militar, o que poderia, em tese, conferir ao continente uma postura mais assertiva e autônoma no cenário global.

No entanto, a análise crítica evidencia que o programa pode gerar mais instabilidade do que segurança. O reforço militar europeu aumenta a sensação de ameaça para países como a Rússia, incentivando respostas defensivas ou mesmo ofensivas que elevam o risco de escalonamento. Além disso, o *Readiness 2030* estimula uma dinâmica de corrida armamentista entre grandes potências, como os Estados Unidos, Rússia, China e até a própria Europa, intensificando rivalidade globais e fragmentando ainda mais o sistema internacional. Em vez de conter conflitos, o programa pode ser percebido como provocativo, reforçando desconfianças e pressionando outros Estados a fortalecerem suas capacidades militares, criando um ciclo de tensões contínuo.

Com base nisso, podemos traçar um paralelo com a paz armada, que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Na Europa do início do século XX, os países buscavam segurança por meio do fortalecimento militar e da formação de alianças rígidas, criando um ambiente de tensão constante em que qualquer incidente podia desencadear um conflito generalizado. Assim como naquela época, o aumento da capacidade militar europeu, mesmo com a intenção declarada de prevenção de conflitos, pode gerar uma sensação de cerco e ameaça entre potências vizinhas,

incentivando respostas defensivas ou ofensivas e aumentando o risco de escalonamento.

O período da paz armada demonstrou que a acumulação de forças e a competição tecnológica, longe de garantir estabilidade, criavam um ciclo de desconfiança mútua, em que cada avanço militar era interpretado como provocação. De maneira semelhante, o *Readiness 2030*, ao fortalecer a capacidade bélica da União Europeia e buscar autonomia estratégica, pode ser percebido por países como a Rússia ou mesmo a China como um movimento ameaçador, incentivando a intensificação de suas próprias políticas de rearmamento. Essa dinâmica aumenta a fragmentação e a volatilidade do sistema internacional, tornando a contenção de conflitos mais difícil.

Então, assim como a paz armada do início do século XX contribuiu para a eclosão de uma guerra de grandes proporções, o rearmamento europeu, mesmo com objetivos defensivos, possui o potencial de criar um ambiente em que rivalidades e desconfianças crescentes elevam a probabilidade de confrontos, em vez de garantir a estabilidade e a segurança coletiva. A história demonstra que a segurança baseada na força militar, sem mecanismos diplomáticos robustos, frequentemente gera instabilidade e crises que podem sair do controle.

Os investimentos em armamentos e tecnologias de defesa, embora apresentados como meios de proteção, contribuem para sustentar o complexo militar-industrial e consolidar hegemonias ocidentais. Isso significa que o rearmamento, enquanto busca segurança, acaba reforçando estruturas de poder existentes, ao mesmo tempo em que cria incentivos para que outras potências aumentem seu poder bélico, elevando o risco de conflitos não intencionais. Além disso, a própria lógica do *Readiness 2030* pode gerar instabilidade interna entre os Estados-membros da União Europeia. A disparidade de prioridades e ameaças percebidas entre países do leste e do oeste europeu pode dificultar a tomada de decisões conjuntas, provocando descoordenação e aumentando vulnerabilidades estratégicas. A ênfase excessiva na força militar, em detrimento de mecanismos diplomáticos e cooperativos, reforça a possibilidade de crises regionais se transformarem em disputas mais amplas, minando a estabilidade política e a segurança coletiva que o programa pretende proteger.

Outro fator importante é como que o *Readiness 2030* representa uma tentativa da União Europeia de reduzir sua dependência estratégica dos Estados Unidos e buscar maior autonomia militar e política. Historicamente, a Europa tem se apoiado na OTAN

e na proteção norte-americana para garantir sua segurança, o que limita sua capacidade de tomar decisões independentes em crises internacionais. Ao investir em capacidades próprias de defesa, integração militar e inovação tecnológica, o programa sinaliza a intenção de romper parcialmente esse vínculo de dependência, fortalecendo a presença europeia como ator global capaz de intervir e se defender sem depender exclusivamente da direção americana. No entanto, essa tentativa de ruptura não é isenta de riscos: a busca por autonomia pode gerar fricções transatlânticas, complicar a coordenação com a OTAN e ser interpretada por outras potências como uma escalada estratégica, aumentando tensões e desconfianças em vez de consolidar a estabilidade internacional.

Portanto, o *Readiness 2030* deve ser entendido menos como uma resposta inevitável à guerra da Ucrânia e mais como um instrumento de reconfiguração da hegemonia europeia. Ao mesmo tempo em que proclama a busca por paz e estabilidade, o programa consolida uma lógica de força e competição que reproduz as contradições da Guerra Fria. Disfarçado por um discurso civilizatório e democrático, a Europa reorganiza sua influência e tenta recuperar a relevância que perdeu, agora não por meio do diálogo, mas pela dissuasão armada. O *Readiness 2030*, assim, não representa apenas uma ruptura com os Estados Unidos, mas com o próprio ideal europeu de segurança coletiva, substituindo-o por uma política de poder que revela mais o desejo de domínio do que a verdadeira busca pela paz.

Os objetivos originalmente estabelecidos para esta pesquisa visaram compreender de forma ampla e crítica o contexto, as causas, e as consequências do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como o impacto do programa *Readiness 2030* no cenário geopolítico europeu e internacional, além de ser fundamental para ser possível responder o problema de pesquisa. Inicialmente, buscou-se investigar a Crise de 2014 na Ucrânia, analisando suas origens, os desdobramentos políticos e a atuação da Rússia diante do enfraquecimento da influência ocidental no Leste Europeu. Em seguida, o estudo concentrou-se nas respostas geopolíticas da Rússia, da Ucrânia, da OTAN e da União Europeia, observando suas estratégias de segurança e diplomacia até o início da guerra em 2022. A pesquisa também se propôs a aprofundar na estrutura política e econômica da União Europeia, examinando suas ações frente à escalada do conflito, como o uso de sanções e o apoio militar à Ucrânia. Outro objetivo determinado foi a análise das consequências econômicas da restrição

do fornecimento de gás russo à Europa e o papel das políticas externas adotadas durante o governo Trump, especialmente no que diz respeito às tensões com a OTAN. Outro ponto central foi o estudo do rearmamento europeu, com base em dados sobre investimentos militares e modernização das forças armadas, comparando as capacidades da OTAN e da Rússia. Por fim, o trabalho buscou discutir as implicações do fortalecimento bélico europeu para a estabilidade internacional, à luz da teoria da paz de Immanuel Kant, e sistematizar essas análises por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas com especialistas, organizadas e avaliadas criticamente para compreender as contradições e perspectivas da segurança europeia contemporânea.

Os objetivos foram, em sua maioria, contemplados com êxito e desenvolvidos com a profundidade desejada pela autora. No entanto, em razão do andamento do trabalho e das limitações inerentes à pesquisa, alguns objetivos foram parcialmente alcançados, e um deles acabou não sendo incluído no estudo final. O objetivo não abordado foi “avaliar o impacto da medida coercitiva unilateral russa ao restringir o fornecimento de gás à Europa e suas consequências geopolíticas e econômicas”. A decisão de excluí-lo se deu após uma análise mais aprofundada das leituras e da produção textual, quando a autora percebeu que a inclusão desse tema abriria novas frentes de discussão e desviaria o foco central da pesquisa, tornando-o incompatível com o recorte temático definido para o presente trabalho.

Alguns objetivos do trabalho foram abordados de forma parcial, em virtude do recorte temático e da necessidade de manter a coesão analítica do estudo. O primeiro deles foi “analisar as políticas adotadas pela União Europeia durante a guerra, incluindo sanções e apoio à Ucrânia”. Esse ponto foi tratado, mas de maneira mais superficial, uma vez que o foco principal recaiu sobre o aspecto militar e estratégico do rearmamento europeu. As sanções econômicas impostas pela União Europeia foram mencionadas, porém não exploradas em profundidade, evitando que o estudo se estendesse excessivamente para o campo econômico, o que fugiria ao eixo central da pesquisa.

Outro objetivo parcialmente alcançado foi o de “investigar dados que comprovam o rearmamento europeu, incluindo investimentos militares recentes e a modernização das forças armadas.” O trabalho apresentou gráficos e referências que indicam um crescimento progressivo da capacidade militar do continente, mas sem um

detalhamento quantitativo robusto. Ao longo da análise, o leitor é capaz de perceber esse fortalecimento de forma indireta, embora não haja uma base estatística extensa. Por fim, o objetivo de “comparar a capacidade militar e os investimentos da OTAN com os da Rússia, considerando forças terrestres, aéreas, navais e nucleares,” também foi tratado brevemente. A autora optou por uma abordagem mais geral, entendendo que um aprofundamento excessivo nessa comparação deslocaria a discussão para uma análise centrada em quem detém maior poder militar, em detrimento do foco principal do estudo, que é compreender os impactos do programa *Readiness 2030* sobre a estabilidade política e a segurança coletiva.

A hipótese desenvolvida para o presente estudo foi: “O rearmamento europeu não será capaz de conter a postura ofensiva da Rússia, o que tende a intensificar tensões políticas pelo continente e conduzir a Europa a um cenário de instabilidade crescente, com risco de gerar um conflito generalizado.” Com base nas análises realizadas, pode-se afirmar que ainda não há evidências bibliográficas suficientes para confirmá-la ou refutá-la integralmente, mas é possível identificar fortes indícios que apontam para sua validade parcial, sobretudo no que tange ao aumento da instabilidade regional.

A Rússia configura-se como uma potência revisionista e estrategicamente orientada pela segurança, cuja política externa é marcada pela busca de reafirmação de poder e influência no espaço pós-soviético. Desde 2014, especialmente após a crise da Crimeia, Moscou tem adotado uma diplomacia assertiva e coercitiva, que combina instrumentos militares, informacionais, energéticos e cibernéticos como meios de ação internacional. Além disso, a narrativa estratégica russa, construída para legitimar suas intervenções como medidas defensivas e de proteção da população russa, revela que seu comportamento no sistema internacional ultrapassa a dimensão militar, abrangendo também disputas ideológicas, históricas e culturais. Nesse sentido, o *Readiness 2030*, embora fortaleça a estrutura defensiva europeia, não possui capacidade de neutralizar os elementos híbridos e políticos que sustentam a ofensiva russa, atuando, portanto, de maneira limitada frente às causas estruturais do conflito.

Dessa forma, o programa pode aumentar a capacidade de dissuasão e resposta da Europa, mas não rompe com a lógica de rivalidade sistêmica entre Rússia e

Ocidente, nem com a percepção de cerco que Moscou utiliza como justificativa para reforçar sua própria militarização. Em outras palavras, o Readiness 2030 pode oferecer proteção, mas não garante pacificação.

Quanto à parte da hipótese que se refere à condução da Europa a um cenário de instabilidade crescente, com risco de um conflito generalizado, se mostrou totalmente corroborada. Todas as pesquisas bibliográficas e as análises críticas de documentos oficiais realizadas pela autora indicam que o fortalecimento militar europeu tende a provocar reações defensivas e estratégicas por parte de outras potências, que podem interpretar esse movimento como uma tentativa de cerco ou contenção. Tal percepção de ameaça estimula comportamentos mais assertivos e, em alguns casos, medidas de caráter preventivo e coercitivo, o que amplia o potencial de tensão no sistema internacional.

Kant apresenta uma reflexão crítica essencial para compreender essa lógica ao afirmar que o aumento contínuo das forças militares não gera estabilidade, mas sim um ciclo vicioso de insegurança. Segundo o filósofo, os exércitos permanentes representam uma ameaça constante à paz, pois sua simples existência pressupõe a prontidão para o conflito. Essa prontidão, em vez de dissuadir, provoca um movimento recíproco de desconfiança e rivalidade entre os Estados, levando-os a buscar continuamente superioridade militar sobre os demais. O resultado é uma corrida armamentista sem limites definidos, na qual a sensação de segurança de um Estado depende da insegurança do outro. Essa dinâmica faz com que o estado de guerra, ainda que oculto, se torne uma condição permanente das relações internacionais.

Além disso, o Professor Doutor Paulo, na entrevista realizada para este trabalho, argumentou que o programa Readiness 2030 inevitavelmente conduzirá a Europa a um cenário de instabilidade crescente, com alto potencial de gerar conflitos generalizados. De acordo com sua análise, a iniciativa nasce como uma resposta à percepção europeia de que não é mais possível depender integralmente dos Estados Unidos para garantir sua defesa militar, sobretudo após as oscilações e inconsistências recentes na política externa norte-americana. Essa perda de confiança impulsionou o continente europeu a buscar maior autonomia estratégica, resgatando seu papel histórico de protagonista na arena geopolítica global.

fortemente vinculado à lógica militar e conflitiva, o que reforça a ideia de que o programa tende a gerar mais instabilidade do que segurança. Observa-se ainda que palavras como “paz”, “diplomacia” ou “cooperação” não aparecem na discussão, revelando uma ausência simbólica dos princípios que tradicionalmente orientaram a política externa europeia desde o pós-guerra. Essa omissão discursiva ilustra uma mudança profunda no campo estratégico europeu, que passa a priorizar a prontidão e o poder militar em detrimento da construção de uma ordem baseada no diálogo e na integração multilateral.

Em síntese, tanto a fundamentação teórica quanto a análise empírica da entrevista confirmam que o *Readiness 2030*, ao invés de representar um instrumento de estabilidade, reforça a militarização das relações internacionais e aprofunda a lógica de rivalidade entre as potências, reproduzindo os mesmos mecanismos de tensão que, historicamente, precederam grandes conflitos mundiais.

Esse resultado, reforça a tese central do estudo: o *Readiness 2030* representa menos uma estratégia de paz duradoura e mais uma resposta de contenção baseada na lógica da força. A ausência de termos como “paz”, “cooperação” ou “diplomacia” no discurso do especialista reflete uma mudança profunda no paradigma de segurança europeu, que passa a se orientar pela dissuasão e pela capacidade de resposta militar imediata, em detrimento dos tradicionais mecanismos de negociação e integração multilateral que historicamente caracterizaram a política externa da União Europeia.

A tentativa de romper com a dependência estratégica dos Estados Unidos, embora simbolize um avanço em termos de autonomia, também revela o início de uma nova era de competição entre potências ocidentais, que agora disputam não apenas o domínio econômico e tecnológico, mas também a influência militar e geopolítica. Essa busca por soberania, se não for acompanhada por instrumentos diplomáticos eficazes, pode transformar a Europa em um polo de instabilidade semelhante ao período da Paz Armada, no início do século XX, quando o acúmulo de arsenais e alianças militares ostensivas criou um ambiente de tensão contínua que culminou na Primeira Guerra Mundial.

Da mesma forma que naquele contexto histórico, o atual processo de rearmamento europeu se apoia na ideia de que o fortalecimento das defesas

nacionais é um mecanismo de prevenção de conflitos. No entanto, conforme demonstrado por Kant e confirmado pela própria evolução dos acontecimentos anteriores à Primeira Guerra, o aumento simultâneo das capacidades bélicas entre potências rivais tende a produzir o efeito oposto: em vez de garantir segurança, ele fomenta desconfiança e incentiva medidas preventivas agressivas. Assim, a Europa, ao buscar consolidar sua autonomia militar, corre o risco de repetir o paradoxo da paz armada, um estado de aparente estabilidade sustentado por um equilíbrio frágil e volátil, no qual qualquer incidente pode servir de estopim para uma escalada generalizada.

Dessa forma, o *Readiness 2030* pode ser compreendido não apenas como uma política de defesa, mas como um divisor de águas na configuração da ordem internacional contemporânea. Ele sinaliza uma transição de uma Europa voltada para a integração, para uma Europa que retoma à lógica armamentista. O discurso dominante entre autoridades e especialistas evidencia essa virada estratégica, em que a linguagem da paz cede espaço à retórica da prontidão e da força. Nesse cenário, a estabilidade regional deixa de ser uma consequência da cooperação e passa a depender da capacidade de dissuadir o inimigo, um modelo que, historicamente, mostrou-se insustentável.

A metodologia utilizada no presente trabalho caracterizou-se por uma abordagem qualitativa e ativa fundamentada na interpretação da análise crítica dos fenômenos geopolíticos a partir dos significados atribuídos os eventos e discursos. Essa tipologia foi escolhida por permitir uma interpretação mais ampla das transformações na segurança europeia e do papel do programa do *Readiness 2030* no contexto de reconfiguração das relações internacionais. A metodologia, portanto, visa interpretar fenômenos políticos a partir das percepções e construções de sentido dos agentes envolvidos, sem restringir-se às objetividades dos números.

A revisão sistemática de literatura constituiu uma das etapas centrais da metodologia, permitindo reunir, selecionar e analisar criticamente as principais produções acadêmicas relacionadas à segurança europeia, à guerra da Ucrânia e ao programa *Readiness 2030*. Com base nisso, foram selecionados artigos, teses e dissertações que abordassem de forma direta ou indiretamente a militarização europeia e os impactos geopolíticos do conflito. A análise revelou que a predominância de enfoques em estratégias militares, com pouca atenção às

dimensões humanitárias e à reflexão sobre a paz, reforçando a importância de propor uma leitura mais equilibrada e crítica no presente estudo.

Devido à data em que a revisão sistemática foi realizada, muitos dos artigos fichados não tiveram grande relevância no desenvolvimento do presente estudo. No entanto, a revisão sistemática foi fundamental para orientar o trabalho, proporcionando uma visão inicial sobre os temas já abordados em outras pesquisas e destacando aspectos frequentemente negligenciados. Além disso, essa etapa foi essencial para a construção do sumário e para a definição do conteúdo de cada capítulo, contribuindo para que o estudo não se tornasse repetitivo ou caísse em ciclos de análises redundantes. Portanto, mesmo que os artigos fichados não tenham sido diretamente determinantes na elaboração do conteúdo, desempenharam um papel importante no planejamento do texto e no primeiro contato da autora com o tema de pesquisa.

Por fim, o método do estudo de caso foi adotado para possibilitar uma análise aprofundada e contextualizada do programa *Readiness 2030*. Essa metodologia amplamente utilizada nas ciências políticas, busca compreender fenômenos complexos dentro de seus contextos reais, utilizando diferentes técnicas de coleta de dados, como a análise documental e a revisão teórica. No caso desta pesquisa, o estudo de caso permitiu investigar o *Readiness 2030* como um fenômeno singular, articulando-o às transformações geopolíticas e de segurança europeia pós 2014. Essa abordagem contribuiu para uma interpretação mais sólida e fundamentada, ao relacionar o rearmamento europeu às dinâmicas da multipolaridade e à reconfiguração europeia.

A metodologia adotada mostrou-se a mais adequada para esse trabalho por sua capacidade de integrar análise teórica, documental e empírica de forma coerente com a complexidade do tema estudado. Ao combinar revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e entrevista qualitativa com um especialista, o estudo conseguiu articular diferentes perspectivas, acadêmicas institucionais e práticas, que se complementam na compreensão do *Readiness 2030* e de seus impactos geopolíticos. Essa abordagem qualitativa permitiu não apenas a interpretação dos fatos, mas também a reflexão crítica sobre eles, assegurando profundidade analítica e consistência teórica. Além disso, ao utilizar relatórios recentes e materiais estratégicos, a metodologia garantiu atualidade e relevância, fundamentais para tratar

de um fenômeno em constante transformação, como o rearmamento europeu e suas implicações para a segurança internacional.

Outro ponto que justifica a adequação dessa metodologia é sua compatibilidade com o caráter multidimensional do objeto de estudo. O rearmamento europeu envolve fatores políticos, econômicos, militares e institucionais, exigindo, portanto, uma abordagem capaz de captar tais elementos. A metodologia qualitativa, apoiada no estudo de caso e na revisão sistemática de literatura, possibilitou essa leitura integrada, conectando os acontecimentos contemporâneos às suas raízes históricas e estruturais. Ao mesmo tempo, a inclusão de uma entrevista especializada agregou um olhar prático e interpretativo que reforça a validade das conclusões apresentadas. Assim, a metodologia escolhida não apenas respondeu de forma eficaz aos objetivos do trabalho, mas também proporcionou uma análise ampla, crítica e contextualizada, capaz de sustentar as hipóteses e reflexões propostas ao longo da pesquisa.

Com o desenvolvimento deste estudo, foi possível alcançar uma compreensão aprofundada sobre o papel do rearmamento europeu no contexto geopolítico contemporâneo. A partir das análises feitas, foi possível identificar as múltiplas dimensões do *Readiness 2030* e suas implicações para a segurança e estabilidade internacional. O conjunto de resultados obtidos possibilitou não apenas confirmar parte das hipóteses formuladas, mas também revelar novas perspectivas acerca da lógica de poder que orienta as ações europeias no cenário pós-guerra da Ucrânia. Com isso, tornou-se viável observar como o programa vai além de uma simples resposta militar, refletindo transformações estruturais nas estratégias políticas, econômicas e diplomáticas da União Europeia, conforme se demonstra a seguir nos tópicos analisados.

- O programa *Readiness 2030* revela que a Europa busca, prioritariamente, reposicionar-se como ator central no sistema internacional, utilizando o fortalecimento militar como instrumento de reconstrução de poder e prestígio. Tal orientação demonstra que o projeto está mais voltado à manutenção da influência europeia do que à promoção de uma segurança coletiva efetiva.
- O aumento dos investimentos em defesa e o fortalecimento da indústria bélica europeia evidenciam que o programa atua como um mecanismo de consolidação de liderança geopolítica. Em vez de reforçar a estabilidade

internacional, o *Readiness 2030* intensifica a competição entre potências e reafirma a lógica da dissuasão como base da segurança continental.

- O discurso oficial, centrado na necessidade de proteção frente a ameaças externas, serve para justificar a ampliação das capacidades militares e a centralização do poder estratégico dentro da União Europeia. Essa narrativa reforça a ideia de inevitabilidade do rearmamento, legitimando uma agenda de poder sob o pretexto da autodefesa.
- A expansão militar europeia, ao invés de assegurar estabilidade, tende a agravar tensões regionais e ampliar rivalidades históricas. O fortalecimento das capacidades bélicas fomenta uma nova corrida armamentista, especialmente em relação à Rússia, e contribui para a erosão dos mecanismos multilaterais de cooperação.
- O cenário projetado pelo *Readiness 2030* remete ao paradigma da paz armada, em que a segurança é sustentada pela constante prontidão militar. Essa condição eleva o risco de incidentes diplomáticos e reduz a eficácia de soluções pacíficas, comprometendo o equilíbrio estratégico do continente.
- O fortalecimento da estrutura de defesa europeia é interpretado por outras potências, sobretudo Rússia e China, como movimento de contenção, o que intensifica a percepção de cerco geopolítico. Essa dinâmica agrava a desconfiança mútua e amplia o potencial de enfrentamentos indiretos, tanto na Europa quanto em regiões estratégicas como o Ártico e o Indo-Pacífico.
- O *Readiness 2030* foi apresentado oficialmente como uma resposta direta à guerra entre Rússia e Ucrânia, enfatizando a necessidade de proteção e estabilidade regional. Contudo, a análise crítica evidencia que o programa possui objetivos mais amplos, voltados à consolidação do protagonismo europeu, à centralização de poder estratégico dentro da União Europeia e à legitimação do rearmamento como instrumento de influência global. O discurso público, portanto, funciona como mecanismo de legitimação política, mascarando intenções de hegemonia e competição estratégica sob o pretexto de defesa coletiva.

Para concluir a análise final, a autora propõe uma comparação entre três nuvens de palavras elaboradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A primeira refere-se à nuvem resultante da revisão sistemática de literatura, que sintetiza os principais conceitos e enfoques teóricos identificados nos estudos revisados. A segunda corresponde à nuvem de palavras produzida a partir da entrevista com o Professor Doutor Pedro Donizete da Costa Júnior, cuja análise permitiu destacar as percepções qualitativas e especializadas sobre o tema. Por fim, a terceira nuvem representa as palavras mais recorrentes do presente estudo, refletindo o percurso analítico e as conclusões alcançadas. A comparação entre essas três representações possibilita observar a evolução do foco temático da pesquisa, bem como a consolidação das ideias centrais que sustentam a interpretação final acerca do rearmamento europeu e do programa Readiness 2030.

Figura 25 - Nuvem de palavras ilustrando as mais recorrentes encontradas na revisão sistemática de literatura



(Fonte: autoria própria, 2025)

termos como “Europa”, “Militar”, “Guerra” e “Segurança”, o que demonstra a coerência da investigação e a centralidade do debate sobre o rearmamento europeu. No entanto, as diferenças na distribuição e na ênfase desses conceitos mostram uma transição gradual que ultrapassa uma leitura mais factual e conjuntural para uma análise crítica, estrutural e política.

Na figura 25, nuvem originada da revisão sistemática de literatura, observa-se a predominância de termos como “Rússia”, “Ucrânia”, “Otan” e “Conflito”, o que evidencia um olhar concentrado na dimensão bélica imediata. Nesse estágio, a guerra aparece como o eixo central e o rearmamento europeu é visto como consequência direta da invasão russa. Essa abordagem reflete a visão predominante na literatura inicial, marcada pela tentativa de compreender o impacto militar e diplomático da guerra, mas ainda limitada quanto à leitura estratégica de longo prazo.

Na figura 26, nuvem construída a partir da entrevista com o professor doutor Pedro Donizete da Costa Júnior, é possível perceber uma mudança significativa na interpretação do fenômeno. O conflito deixa de ser entendido como o principal fator que gerou e impulsionou o rearmamento europeu, dando lugar a uma nova perspectiva, na qual a verdadeira motivação passa a ser a busca da União Europeia por retomar sua posição de poder e se reafirmar como protagonista na nova ordem mundial. O destaque para termos como “Estados Unidos”, “Potência”, “*Readiness*” e “Protagonismo” evidencia essa transição, revelando que o programa não se limita a uma resposta reativa à guerra, mas constitui um movimento estratégico de reposicionamento geopolítico, voltado à reconstrução da influência europeia no cenário internacional.

Na figura 27, derivada da análise final do presente estudo, há uma síntese crítica dessa trajetória. Termos como “*Readiness*”, “Política”, “Poder”, “Europeia” e “Hegemonia” ganham destaque, enquanto palavras diretamente ligadas ao conflito, como “Ucrânia”, “Rússia” e “Otan”, perdem força. Essa transformação evidencia o amadurecimento da reflexão e o deslocamento do debate do campo da segurança militar para o campo da estratégia geopolítica, revelando que o *Readiness 2030* não é apenas uma política de defesa, mas um instrumento de reconstrução da influência europeia no sistema internacional.

Dessa forma, as semelhanças entre as três nuvens mostram a consistência temática do trabalho, centrado na militarização europeia e em suas implicações políticas. As diferenças, por sua vez, apontam o avanço analítico da pesquisa, que evolui da compreensão da guerra como causa para a interpretação do rearmamento como projeto político, e da segurança como justificativa para a hegemonia como objetivo. Em conjunto, as três imagens não apenas ilustram a evolução da investigação, mas simbolizam a passagem de uma leitura descritiva para uma interpretação crítica e estrutural do papel do *Readiness* na nova configuração global.

A pesquisa sobre o programa *Readiness 2030* revela-se de extrema importância diante do cenário geopolítico contemporâneo, marcado pela guerra entre a Rússia e Ucrânia e pelas crescentes tensões entre grandes potências. O Estudo permite compreender como a União Europeia busca fortalecer sua autonomia estratégica e reduzir a dependência de aliados externos, especialmente os Estados Unidos, por meio de investimentos massivos em defesa, modernização de sua infraestrutura militar e integração da indústria bélica europeia. Ao analisar essas ações, torna-se possível avaliar como iniciativas como o *Readiness 2030* contribuem para a preservação da estabilidade política e da segurança coletiva no continente, funcionando como uma resposta estratégica às vulnerabilidades históricas e atuais da Europa.

Além disso, a investigação oferece subsídios para compreender a dinâmica de poder na região e os possíveis impactos de uma política de defesa mais assertiva da UE sobre a Rússia e a OTAN. Considerando o histórico de tensões decorrentes da expansão da OTAN e das disputas territoriais na Ucrânia, o estudo possibilita avaliar os riscos de escalada militar e os mecanismos que podem conter conflitos de maior magnitude. Ao refletir sobre essas questões, a pesquisa não apenas amplia o entendimento sobre soberania, autonomia e equilíbrio de poder na Europa, mas também contribui para debates mais amplos sobre a estabilidade do sistema internacional em um contexto marcado por instabilidades regionais e complexidades diplomáticas.

Por fim, analisar o *Readiness* permite compreender como decisões políticas e investimentos estratégicos em defesa podem moldar o futuro da segurança coletiva

européia e global. Essa compreensão é fundamental para acadêmicos e atores internacionais que buscam antecipar cenários de conflito, avaliar riscos e promover medidas que equilibrem poder militar e diplomacia, assegurando a manutenção da ordem internacional e a prevenção de crises de grande escala.

É difícil propor uma medida de mitigação realmente eficaz, visto que os efeitos concretos do programa *Readiness 2030* ainda não se manifestaram de forma plena, o que torna qualquer proposta baseada em suposições e previsões. No entanto, à luz das discussões apresentadas ao longo do estudo, é possível apontar caminhos que podem minimizar eventuais impactos negativos do rearmamento europeu. Para tanto, é essencial promover uma maior coesão política e estratégica entre os membros da União Europeia e da OTAN, superando divergências internas e a falta de coordenação que ameaçam a eficácia do programa. Com base nas ideias de Kant, que defendia a cooperação racional e o direito entre os Estados como meios para alcançar a paz, propõe-se a criação de um modelo de governança colaborativa, centrado no diálogo aberto e em mecanismos duradouros de segurança coletiva. Essa abordagem permitiria alinhar de forma mais clara as estratégias de defesa, conciliando interesses diversos e assegurando uma resposta coletiva e eficiente às ameaças, além de reduzir a fragmentação administrativa que compromete a clareza e a agilidade nas decisões.

Além disso, a implementação do *Readiness 2030* deveria incorporar dimensões sociais e políticas, a fim de evitar a resistência que projetos vistos como excessivamente técnicos ou distantes da população costumam provocar. Sob a ótica da filosofia kantiana, que valoriza a razão prática e a ética na ação política, torna-se necessário que o programa assuma um compromisso transparente e inclusivo, envolvendo não apenas atores governamentais, mas também a sociedade civil, de modo a garantir legitimidade e aceitação social. Dessa forma, a consolidação de um modelo legítimo e colaborativo fortaleceria a sustentabilidade do projeto a longo prazo, mitigando riscos decorrentes de crises econômicas, mudanças de governo e rivalidades regionais, e contribuindo para o equilíbrio geopolítico europeu e global.

Para dar continuidade aprofundar a pesquisa apresentada, os próximos passos devem concentrar-se em ampliar a base conceitual e os dados de análise sobre o tema, permitindo uma análise mais sólida e abrangente do *Readiness 2030* e de seus

desdobramentos geopolíticos. O primeiro ponto de aprofundamento consiste na análise detalhada das divergências internas da OTAN, investigando as tensões políticas e estratégicas entre os países do Leste Europeu e os do Oeste, como França e Alemanha. Esse estudo permitirá compreender com maior precisão os mecanismos que sustentam ou limitam a coesão da aliança diante das ameaças contemporâneas e do impacto do rearmamento europeu, revelando até que ponto a OTAN mantém sua unidade em um contexto de interesses divergentes.

Outro caminho essencial é a avaliação do grau de autonomia estratégica europeia. Essa etapa deve examinar de forma mais detalhada os avanços e obstáculos enfrentados pela União Europeia na construção de uma defesa própria e independente, considerando fatores tecnológicos, industriais e políticos. Investigar o quanto o bloco ainda depende dos Estados Unidos no campo militar e como o *Readiness 2030* pode alterar essa dependência é fundamental para entender o futuro da segurança europeia e o equilíbrio de poder dentro da OTAN.

Também se faz necessário aprofundar o estudo sobre o impacto do *Readiness 2030* no equilíbrio geopolítico global, observando como o programa influencia rivalidades regionais, políticas de dissuasão e o processo de militarização preventiva. Essa análise deve dialogar com perspectivas filosóficas e teóricas, como a kantiana, que propõe a busca pela paz perpétua por meio da cooperação racional entre os Estados. Além disso, torna-se relevante abordar com maior profundidade a relação entre segurança energética e estabilidade política na União Europeia, avaliando como crises recentes, como o apagão ibérico, evidenciam a necessidade de mecanismos de resiliência e autonomia energética para reduzir vulnerabilidades externas.

Em síntese, o presente estudo revelou que o *Readiness 2030* transcende o âmbito técnico da defesa para se consolidar como símbolo de uma Europa em transição, uma Europa que, diante das incertezas do século XXI, busca reafirmar seu protagonismo global por meio da força. Contudo, essa escolha estratégica expõe um paradoxo fundamental, pois ao tentar garantir segurança pela via do rearmamento, o continente revive a lógica da paz armada, substituindo o ideal de cooperação por um equilíbrio instável sustentado pelo medo e pela dissuasão. O programa, portanto, representa

tanto um avanço na integração militar europeia quanto um retrocesso nos princípios que historicamente sustentaram seu projeto de paz e unidade.

O desafio que se impõe à União Europeia é o de reconciliar poder e prudência, força e diplomacia, autonomia e responsabilidade. Somente ao transformar sua prontidão militar em instrumento de dissuasão equilibrada e de diálogo efetivo será possível evitar que a busca por segurança se converta em novo vetor de instabilidade. Assim, o verdadeiro êxito do Readiness 2030 dependerá menos da robustez de seus arsenais e mais da capacidade europeia de reafirmar a paz como seu objetivo último, não como um estado de inércia, mas como uma escolha política consciente diante de um mundo cada vez mais fragmentado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABULQUERQUE, E. S. Cinco interesses ocultados por Moscou (e pela crítica Ocidental) na Guerra da Ucrânia. 2022. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/416>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ABULQUERQUE, F. P. S. *A política externa russa no século XXI (2000-2024): um estudo de caso conflito russo-ucraniano*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e5e3a62a-7a84-4b3b-a712-b7f05ab1c0cc>. Acesso em: 24 ago. 2025

AMERISE, A. *Como estar em 'ilha energética' influenciou apagão em Portugal e Espanha*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr5d9qdld22o>. Acesso em: 14 de set. 2025.

ANDRADE, S. S. P. B. *O regresso da homogeneidade no pós-Guerra Fria – Uma inversão da tendência histórica de progressiva heterogeneidade na natureza do sistema internacional?* Lisboa, 2013. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/10773/1/barbara_andrade.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

AZEVEDO, A. L. G.; FILHO, C. P. C. *A geopolítica por trás do conflito da Ucrânia: a ocupação russa e os interesses dos Estados Unidos na Europa: The geopolitics behind the Ukraine conflict: the russian occupation and us interests in Europe*. Élisée - Revista de Geografia da UEG, [S. l.], v. 11, n. 02, p. e112223, 2022. DOI: 10.31668/elisee.v11i02.13321. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13321>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BARÓN, S. M. A. *El conflicto entre Rusia y Ucrania: una guerra de quinta generación*. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/675/67580922003/67580922003.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BERTAZZO, M. S. J. *A Organização do Tratado do Atlântico Norte e a segurança internacional no mundo pós-Guerra Fria*. Campinas, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609019>. Acesso em: 06 jul. 2025.

BIAGI, O. L. *O imaginário da Guerra Fria*. Revista de História Regional, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BIDEN, J. R. *Discurso na cúpula da OTAN*. Casa Branca, 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/07/11/remarks-by-president-biden-and-nato-secretary-general-jens-stoltenberg-in-official-greeting-vilnius-lithuania/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BLANCO, M. F. L. *A dimensão internacional das eleições parlamentares ucranianas*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2851?articlesBySimilarityPage=76>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BLOCKMANS, S. *Europe's defence trilemma*. Países baixos, 2025. Disponível em: <https://kluwerlawonline.com/api/Product/CitationPDFURL?file=Journals\EERR\EERR2025016.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2025.

BRAVO, S. J. *A POLÍTICA INTERNACIONAL E A CRISE DOS MÍSSEIS: 13 dias sob o terror nuclear*. Revista Novas Fronteiras, [S. l.], v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://novasfronteiras.espm.br/RNF/article/view/56>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRIGOLA, H. F.; TEIXEIRA, V. M. *A influência de Nicholas Spykman nas relações contemporâneas entre EUA e Rússia: uma análise sobre a importância geopolítica da Ucrânia*. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 15, n. 29, p. 33–50, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbee/article/view/125065>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BROWN, David. *Guerra na Ucrânia: o ataque da Rússia em mapas*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60517760>. Acesso em: 15 set. 2025

BURIKOW, A. BUSHNELL, K. MEJINO, J. L. MORGÁN, T. WOLFF, G. B. *Fit for war by 2030? European rearmament efforts vis-à-vis Russia*. Alemanha, 2025. Disponível em: <https://www.kielinstitut.de/publications/fit-for-war-by-2030-european-rearmament-efforts-vis-a-vis-russia-18193/>. Acesso em: 15 set. 2025.

CANÊDO, G. H. S. *OTAN: Evolução histórica*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/conjuntura/article/download/7321/6364/27028>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CARMONA, R. *A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/46/a-guerra-na-ucrania-uma-analise-geopolitica>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CHARILLON, F. *O significado de segurança na Europa: a UE da PSEC ao colapso da política externa*. Paris, 2024. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/view/39630>. Acesso em: 13 de set. 2025.

CHIZZOTTI, A. *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios*. Portugal, 2003. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais e Humanas - Evolucoes e Desafios 1 .pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/Pesquisa%20Qualitativa%20em%20Ciencias%20Humanas%20-%20Evolucoes%20e%20Desafios%201.pdf). Acesso em: 17 mai. 2025.

CLAPP, S. HOFLMAYER, M. LARZOU, H. PARI, M. *European Parliament Research Service: ReArm Europe plan/ Readiness 2030*. Bruxelas, 2025. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2025/769566/EPRS BRI\(2025\)769566 EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2025/769566/EPRS_BRI(2025)769566_EN.pdf). Acesso em: 16 de set. 2025

COMISSÃO EUROPEIA. *White paper for European defense – Readiness 2030*. Bruxelas, 2025. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/White%20paper%20for%20European%20defence%20%E2%80%93%20Readiness%202030.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2025.

CONFERÊNCIA DE WASHINGTON. *Tratado de Washigton*. Washigton, 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt. Acesso em: 30 abr. 2025.

COSTA, M. W. *A geografia política e a geopolítica. Edição padrão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2008. Acesso em: 31 mar. 2025.

CORDERO, Álvaro. *10 años del final del Maidán, el origen del rechazo ucraniano a Vladimir Putin*. Paris, 2024. Disponível em: <https://www.france24.com/es/programas/historia/20240221-10-a%C3%B1os-dfinal-del-maid%C3%A1n-el-origen-del-rechazo-ucraniano-a-vladimir-putin>. Acesso em: 3 set. 2025

CRUZ, M. M. *A Guerra da Ucrânia e os desafios para União Europeia em um mundo pós-ocidental*. Coimbra, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rpdue/article/view/90015>. Acesso em: 12 de set. 2025.

DELLANGNEZZE, R. *O conflito Rússia e Ucrânia*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://share.google/ldCg9J0HM59IsMX4d>. Acesso em 07 de set. 2025.

DUARTE, P. C. P. Z. *O processo de busca por segurança ontológica na Rússia contemporânea: a narrativa biográfica dominante em face do conflito russo-ucraniano*. Paraná, 2024. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/af35d10f-bbbc-4269-a90b-a691630e7075/content>. Acesso em: 20 ago. 2025.

EV, L. S.; GOMES, A. B. P. *Entre a especificidade e a teorização: a metodologia estudo de caso*. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/24814814/Entre_a_especificidade_e_a_teoriza%C3%A7%C3%A3o_a_metodologia_do_estudo_de_caso. Acesso em: 14 jun. 2025.

FERRAZ, A. M. *União Europeia: déficit entre expectativas e capacidades e o seu papel na cena internacional*. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243317>. Acesso em 12 de set. 2025.

FERREIRA, A. M. M. *Portuga e o tratado da União Europeia – algumas implicações no contexto de segurança e defesa comum*. Coimbra, 1992. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/65b7a306-f3df-4fa8-875f-6a347679a074>. Acesso em: 29 set. 2025.

FERNANDES, A. *O pacto de Varsóvia na Guerra Fria: origens, evolução e impactos*. Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/48458>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FLOREA, D. *A guerra na ucrânia e a dependência energética da União Europeia em relação ao gás natural russo*. Lisboa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/98730>. Acesso em: 14 de set. 2025.

FREIRE, M. R. *A Revolução Laranja na Ucrânia: uma democracia a consolidar*. 2006. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/101706>. Acesso em 19 ago. 2025.

FREIRE, M. R. *Políticas Externas das Grandes Potências*. Coimbra, 2012. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21521?locale=pt>. Acesso em 14 ago. 2025.

FREIRE, M. R. *Narrativa Estratégica Russa, Espaço Pós-Soviético e Ucrânia: Regresso ao Passado?* Coimbra, 2022. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD162/Maria%20Raquel%20Freire.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

GRATIUS, S. *Las potencias emergentes: ¿Estabilizadoras o desestabilizadoras?*. Madrid, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/11951113/Las_potencias_emergentes_Estabilizadoras_o_desestabilizadoras?source=swp_share. Acesso em: 17 jul. 2025.

GONÇALVES, S. P. C. *A governança global espacial como instrumento de paz no espaço exterior: abordagem das relações de cooperação e competição no sistema internacional*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14997/1/Sabrina%20Gon%C3%A7alves%20-%2021708498.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GUAZZAROTTI, A. *Fluidità del soggetto neoliberale e integrazione europea ai tempi del "Rearm Europe*. Ferrara, 2025. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/1-2025-3.-Guazzarotti%20Rearm%20Eu%20Costituzionalismo.it%202025.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2025.

GUERRERO, R. P. *La autonomía estratégica de la Union Europea: entrepada en el binômio Estados Unidos-OTAN*. México, 2025. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/rri/article/download/92714/80945/290577> Acesso em: 26 set. 2025

GUILLÉN, G. K. G. *United States' strategic shift and International Humanitarian Law: Implications for the Russia-Ukraine war*. Espanha, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21830/19006586.1467>. Acesso em 08 de set. 2025.

HECK, A. L. S. A.; DOMINGOS, L. B.; POZO, J. A. B.; JHOANNA, K. *Atuação da OTAN em conflitos no século XXI: análise da crise da Ucrânia em 2014 na cobertura web da teleSUR*. Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3038>. Acesso em: 25 maio 2025.

HEMERLY, Giovanna; ZANLORENSSI, Gabriel. *Suécia entra na Otan. Veja o tamanho do bloco na Europa*. São Paulo, 2024. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: 28 mar. 2025

HERRE, Bastian; ARRIAGADA, Pablo. *Military spending as a share of GDP*. Oxford, 2025. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/military-spending-as-a-share-of-gdp-sipri>. Acesso em: 5 out. 2025

HERZ, M. *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. Minas Gerais, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200006>. Acesso em: 06 jul. 2025.

HOLLAND, L. B. *Strategic Defense Review 2025: NATO – House of Commons Library*. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10285/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HOWARTH, D. SPIELBERGER, L. *The Challenge of creating a European 'rearmament bank'*. Leicestershire, 2025. Disponível em: https://repository.lboro.ac.uk/articles/report/The_challenge_of_creating_a_European_Rearmament_Bank_/29211203?file=55044650. Acesso em: 17 set. 2025

JÚNIOR, J. R. A. *Ensaio sobre a (in)capacidade de intervenção da ONU para estabilização da paz da Rússia e Ucrânia*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/16713/1/21951592.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

KANT, I. *A paz perpétua: Um projeto filosófico*. Trad. MOURÃO, A. Rússia, 1975. Acesso em: 28 jul. 2025.

KIREEV, Alex. *Ukraine. Presidential Election 2014*. Washington D.C., 2015. Disponível em: <https://www.electoralgeography.com/new/en/countries/u/ukraine/ukraine-presidential-election-2014.html>. Acesso em: 21 ago. 2025

KONRAD, V. D. K.; LOURENÇÃO, J. H. *O conflito na Ucrânia entre 2014 e seu impacto na segurança internacional*. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2880>. Acesso em: 02 ago. 2025.

KULYK, V. *National Identity in Ukraine: Impact of Euromaidan and the war*. Glasgow, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09668136.2016.1174980>. Acesso em: 20 ago. 2025.

KVIT, S. *The ideology of the Euromaidan*. Canadá, 2016. Disponível em: <https://kvit.ukma.edu.ua/wp-content/uploads/2017/10/6.-The-Ideology-of-the-Euromaidan.pdf>. Acesso em 19 de ago. 2025.

LAZZAROTTO, J. P. A. *Slava Ukraint? A relação entre torcedores organizados, extrema-direita e grupos paramilitares na Ucrânia*. Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/7ee21ac1-3ea2-4d6e-9cc2-cc69393e8705>. Acesso em: 14 abr. 2025

LEMOS, J. K. F. *A guerra da Ucrânia e os impactos sobre as estratégias energéticas de Rússia e União Europeia*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/51345/51580>. Acesso em: 14 de set. 2025

LIBOREIRO, J. *Bruxelas desiste da marca “Rearmar Europa” após reações de Itália e Espanha*. França, 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/03/21/bruxelas-desiste-da-marca-rearmar-europa-apos-reacoes-de-italia-e-espanha>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LOPES, D. P. *Covid-19 e a (des)promoção da paz*. Lisboa, 2020. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2020/IDN_Brief_05agosto2020.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

LOMBARDI, P. *Apagão na Europa: origem foi queda de energia em subestação de Granada*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/apagao-na-europa-origem-foi-queda-de-energia-em-subestacao-de-granada>. Acesso em: 14 de set. 2025.

LOPES, R. J. R. *A artilharia antiaérea no conflito da Ucrânia*. Junho, 2024. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aauid:sc:US:2e26a1eb-49d8-49d7-b429-e94c41956ca9>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LOPÉZ, I. *Sobre el plan ReArm Europe/Readiness 2030: (I) la activación de la clausula de escape nacional*. 2025. Disponível em: <https://documentos.fedea.net/pubs/ap/2025/ap2025-17.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2025.

LOUREIRO, F. *A guerra na Ucrânia: significados e perspectivas*. CEBRI-Revista, n. jan./mar. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas>. Acesso em: 13 maio 2025.

MARCHETTI, S. H. *Jogo de tabuleiro para ensino de Geografia e História no contexto da Guerra Fria e do Mundo Bipolar*. Tramandaí, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259430/001172238.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MIELNICZUK, F. *A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais*. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 5, n. 23, p. 4–19, 2014. DOI: 10.22456/2178-8839.46849. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MENDONÇA, F. A. P. *A face multilateral do unilateralismo: a reciprocidade na história da política comercial dos Estados Unidos*. Campinas, 2013. Disponível em https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_55fbdd6b9c68067db2b5f0068828b39a Acesso em: 18 mar. 2025

MUNHOZ, S. J. *George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria*. Paraná, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333637944_George_Frost_Kennan_e_a_arquitetura_da_politica_externa_dos_EUA_na_genese_da_Guerra_Fria. Acesso em: 10 jun. 2025.

NISHIKAWA, Taro; et al. *Ukraine Support Tracker Data*. Kiel, 2025. Disponível em: <https://www.kielinstitut.de/publications/ukraine-support-tracker-data-6453>. Acesso em: 9 out. 2025

NOGUEIRA, T. R. *Análise das legalidades das sanções impostas contra a Rússia a partir de fevereiro de 2022*. Minas Gerais, 2023. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5441/6/MONOGRAFIA_Ana%CC%81liseLegalidadeSanc%CC%A7o%CC%83es.pdf. Acesso em: 17 mai. 2025.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. *Declaração da Cúpula do País de Gales: emitido pelos Chefes de Estado e de Governo que participaram na reunião do Conselho do Atlântico Norte no País de Gales* (Comunicado de Imprensa [2014] 120). Bruxelas, 05 set. 2014. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm?mode=pressrelease. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, G. C. *Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais*. Carta Internacional, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017. DOI: 10.21530/ci.v12n1.2017.611. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611>. Acesso em: 25 jul. 2025.

OLIVEIRA, J. M. *Editorial: Da importância das ciências humanas*. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.60344. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.e60344>. Acesso em: 26 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em: 2025.

OTAN. *Consensus decision-making at NATO*. Bruxelas, 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49178.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

PALLAORO, E. *Ucrânia – História e construção da sua Identidade nacional: Uma revisão bibliográfica*. Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5678/1/ElianePallaoro.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2025.

PERALTA, J. C. *La política exterior de Joe Biden: el poder inteligente en la competencia de las grandes potencias*. México, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/88291>. Acesso em 08 de set. 2025.

PEREIRA, A. H. A. *Direito da União Europeia: legitimação da autonomia política dos povos da União Europeia e o desígnio federalista*. Lisboa, 2024. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/57bb5024-30c7-46d0-9914-cc632a109cae>. Acesso em: 12 de set. 2025.

PEREIRA, R. D.; ALENCAR, D. M. *A criação da e sua permanência pós-Guerra Fria*. Rio Branco, 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/5068/5140>. Acesso em: 25 maio 2025.

PIMENTEL, R. A. M. *A Segurança e defesa na Europa: o Exército Europeu um futuro (in)certo*. Ponta Delgada, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/entities/publication/8c475a58-a986-4469-9e8c-c2afdf3c2c3d>. Disponível em: 19 set. 2025.

POTY, B. I. *A Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria: uma análise geopolítica (1991-2013)*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/92323/55373/0>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PRADO, S. L. *A organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): evolução e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/27030/1/000007cb.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PUTIN, V. V. *Adress by the presidente of the Russian federation*. Moscou, 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 24 de ago. 2025.

RAMOS, A. FARIA, P. M. FARIA, A. *Revisão sistemática de literatura: contributo para inovação na investigação das ciências da educação*. Paraná, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2014000100002&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 03 mar. 2025

RASI, A. *The vital Interest to protect Europe: A change in the international Regime on the use the use of force to Foster European Defense?* Roma, 2025. Disponível em: <https://www.europeanpapers.eu/e-journal/vital-interest-protect-europe-change-international-regime-use-force-foster-european>. Acesso em: 15 set. 2025.

REIS, L. *A resposta da União Europeia à Guerra da Ucrânia*. Lisboa, 2023. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/85304230/RI_77_NET-35-43.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

RODRIGUES, João. *Rússia-Ucrânia: o que é o Nord Stream 2 e por que é que importa? Portugal pode ser afetado?* Lisboa, 2022. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/gazprom/vladimir-putin/russia-ucrania-o-que-e-o-nord-stream-2-e-porque-e-que-importa-portugal-pode-ser-afetado/20290729/62150d540cf21a10a420f664>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS, I. C. B. *Entre a autonomia estratégica e a parceria transatlântica: a União Europeia e a Guerra da Ucrânia, 2022 a 2024*. São Cristóvão, 2025. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/22289>. Acesso em: 08 de set. 2025.

SATO, E. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/jdGMSbwdymTVM4H9QSv9wcs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SCHNEIDER, G. W. B. *Transformações na política externa da Rússia e seus impactos no conflito russo-ucraniano*. Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/266459/TCC.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SCHNEIDER, M. S. *A Rússia no Século XXI: os desafios da ordem multipolar*. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/290986/001255554.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SCHREYER, Paul. The Contribution of Information and Communication Technology to Output Growth: A Study of the G7 Countries. OECD Science, Technology and Industry Working Papers, No. 2000/02. Paris: OECD Publishing, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/151634666253>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Daniel. *Revolução Laranja de 2004*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/revolucao-laranja-de-2004.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025

SILVA, G. A.; GONÇALVES, W. *Dicionário de Relações Internacionais*. Tamboré, SP, 2010. Disponível em: <https://geovest.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/05/dicionario-de-ri-varios-autores.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA, A. C. GODOY, L. P. C. *Segurança Internacional: Mapeamento dos Arranjos de cooperação na área de defesa*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/datavenia/article/view/649>. Acesso em: 15 set. 2025.

SIMON, S. A. S. *De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952)*. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Bretton%20Woods%20OI%20I.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOLER, R. *Expansão e reforma da OTAN: as dificuldades da consolidação da aliança euro-atlântica no pós-Guerra Fria*. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/df8aa7f932ee2b5952abd4a4cbf95261/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOUSA, S. A. de. *A ameaça da OTAN e a sobrevivência da Europa*. Brasília, 2005. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17334/1/2015_SavioAguiardeSousa_tcc.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

TAYLOR, F. *O Muro de Berlim 13 de agosto de 1961 — 9 de novembro de 1989*. Trad. MANSO, F. 2009. Disponível em: <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789728955434.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TRAPP, V. C. *BRICS+ na emergência do mundo multipolar: perspectivas e implicações para a governança global*. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/26992>. Acesso em 13 mai. 2025.

U.S PUBLIC AFFAIRS. *Army releases Fiscal Year 2024 Annual Financial Report and audit results*. Washington, 2024. Disponível em: https://www.army.mil/article/281378/army_releases_fiscal_year_2024_annual_financial_report_and_audit_results. Acesso em: 27 mar. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. *Estratégia europeia em matéria de segurança: uma Europa segura num mundo melhor*. Bruxelas, 2003. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/30824/qc7809568ptc.pdf>. Acesso em 19 ago. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado da União europeia – versão consolidada de 2016*. Bruxelas, 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF. Acesso em: 01 set. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. *White Paper for European Defense – Readiness 2030*. Bruxelas, 2024. Disponível em: https://commission.europa.eu/document/download/e6d5db69-e0ab-4bec-9dc0-3867b4373019_en?filename=White%20paper%20for%20European%20defence%20%E2%80%93%20Readiness%202030.pdf. Acesso em: 11 set. 2025

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). *Situation Ukraine Refugee Situation*. Genebra, 2025. Disponível em: <https://data.unhcr.org/es/situations/ukraine>. Acesso em: 8 out. 2025

VACAREZZA, J. B. SERPA, R. P. MONTEIRO, V. F. *As relações comerciais entre Rússia e União Europeia e os impactos na crise da Ucrânia*. Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/64967>. Acesso em: 13 mai. 2025

VISENTINI, F. P. *África e suas potências emergentes: o sul e a cooperação profana*. Rio Branco, 2014. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:0986d021-c16f-4773-8c49-4142689269a0>. Acesso em 09 jul. 2025.

VISENTINI, F. P. *O caótico Século XXI*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://altabooks.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Capitulo_de_amostra_O_Caotico_Seculo_XXI001.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

WALSH, N. P. *Análise: No Alasca, Putin não saiu com acordo, mas levou algo que queria*. CNN Brasil, Kiev, 16 ago. 2025. Disponível em: CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-no-alasca-putin-nao-saiu-com-acordo-mas-levou-algo-que-queria/>. Acesso em: 8 set. 2025.

WECHSLER, F. S. URBANSOS, I. ESCRIBANO, G. *Crisis energética europea y reconfiguración de la relación transatlántica*. Espanha, 2025. Disponível em: <https://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/REM/article/view/8366>. Acesso em 14 de set. 2025.

WIKIPEDIA. *Plano Marshall*. [S.l], 2010. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Plano_Marshall&direction=next&oldid=20879732. Acesso em: 3 jul. 2025.

APÊNDICE

A – REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Título da pesquisa	Palavras- Chaves	Referência
A CRISE UCRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Crise ucraniana, Relações Russo-Ucranianas, Segurança Nacional, Europa	MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. Conjuntura Austral, [S. l.], v. 5, n. 23, p. 4–19, 2014. DOI: 10.22456/2178-8839.46849. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849. Acesso em: 19 maio. 2025.

A GUERRA NA UCRÂNIA: SIGNIFICADOS E PERSPECTIVA S: consequências políticas, estratégicas e econômicas	não possui	LOUREIRO, Felipe. A Guerra na Ucrânia: significados e perspectivas. CEBRI-Revista, n. ja/mar. 2022, 2022Tradução . . Disponível em: https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas. Acesso em: 13 maio 2025.
--	-------------------	---

A Influência de Nicholas Spkyman nas relações contemporâneas entre EUA e Rússia: uma análise sobre a importância geopolítica da Ucrânia	Nicholas Spkyman - Ucrânia, Rimland - Heratland	BRIGOLA, Higor. TEIXEIRA, Vinicus. "A Influência de Nicholas Spkyman nas relações contemporâneas entre EUA e Rússia: uma análise sobre a importância geopolítica da Ucrânia". Revista geopolítica, v. 13, nº3, p. 1-19, jul-set. 2022. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/lagere-gri/wp-content/uploads/sites/59/2022/07/A-influencia-de-Nicholas-Spykman-nas-relacoes-contemporaneas-entre-EUA-e-Russia.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.
--	--	---

Cinco Interreses ocultados por Moscou (e pela crítica ocidenteal) na Guerra da Ucrânia	Geopolítica; Ucrânia: Rússia	ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de." Cinco interesses ocultados por Moscou (e pela crítica Ocidental) na guerra da Ucrânia." <i>Revista de Geopolítica</i>, Natal, v. 13, n. 3, p. 1–15, jul./set. 2022. Disponível em: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/416. Acesso em 25 de maio de 2025
--	---	--

A Geopolítica por trás do conflito da Ucrânia: A ocupação russa e os interesses dos Estados Unidos na Europa	Ucrânia; Geopolítica, Russia; União Europeia; OTAN	A geopolítica por trás do conflito da Ucrânia: a ocupação russa e os interesses dos Estados Unidos na Europa: The geopolitics behind the Ukraine conflict: the russian occupation and us interests in Europe. <i>Élisée - Revista de Geografia da UEG</i>, [S. l.], v. 11, n. 02, p. e112223, 2022. DOI: 10.31668/elisee.v11i02.13321. Disponível em: //www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13321.. Acesso em: 25 maio. 2025.
---	---	---

(Fonte: autoria própria, 2025)

B – ENTREVISTA

Giulia: Só para você ter mais ou menos uma noção, a pergunta que eu quero responder num trabalho como um todo, a pergunta norteadora dele é “até que ponto o programa de rearmamento europeu, o *Readiness 2030*, impulsionado pelo contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, pode funcionar como um mecanismo para conter a possibilidade de um escalonamento de uma guerra generalizada e contribuir para a preservação da estabilidade política e da segurança coletiva no cenário internacional. A partir disso, eu analisei tudo, eu analisei toda a questão da guerra desde o começo, analisei a questão da Revolução Laranja, do Euromaidan, das políticas externas, tanto da Rússia, Ucrânia, do papel dos Estados Unidos, do papel da União Europeia, do papel da OTAN, das contradições, da dependência energética. Também analisei o programa, cheguei em algumas contradições que ele tem quanto às dívidas que ele pode criar dentro dos países europeus, porque ele cria muito esse sistema de empréstimos, que ele pode criar entre os seus países membros e que ele pode mais atrapalhar do que realmente ajudar, enfim. Mas ficou uma dúvida no fato de que se o *Readiness 2030* pode realmente se consolidar como uma autonomia europeia de defesa ou se ela tende a reforçar ainda mais a dependência da Europa em relação aos Estados Unidos? Então se na sua opinião é se a Europa vai realmente conseguir ser uma força autônoma no cenário internacional ou se ela só vai se depender ainda mais, se tornar ainda mais dependente dos Estados Unidos no cenário global?

Pedro: Bom, veja bem, vamos dizer o seguinte, desde a fundação do sistema internacional, que é convencionado em 1648, na chamada Paz de Westfalia, ali nasce o sistema internacional, digamos, é o Big Bang desse sistema, ele é um sistema eminentemente europeu, nasce na Europa, ele é controlado pelos europeus, é dominado pelas guerras entre as grandes potências europeias, as guerras e as competições entre as grandes potências europeias, competições econômicas e guerras, é um sistema que vai passar por várias guerras, guerras napoleônicas, a guerra dos 30 anos, a expansão vitoriana do século XIX, e vai desembocar na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, no século XX. Até então o sistema era comandado pelos europeus, era um sistema europeu, é a disputa da Inglaterra com a França, depois com a Alemanha, ascendendo, e a partir do final do século XIX, no começo do século XX, ele vai se tornar um sistema mundial. Porque vai incorporar outras grandes

potências fora da Europa, que se forjaram grandes potências e que não eram grandes potências, não existe, por exemplo, os Estados Unidos, e que a partir de 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, ele vai ser o protagonista desse sistema. É a primeira vez que um país não europeu, desde a fundação desse sistema, no século (3:31) XVII, ele vai ser o pivô do sistema. Então, os Estados Unidos, o Japão, fora da Ásia, vai se integrar, vai se tornar uma potência, estão diretamente envolvidos na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, a China ainda estava vivendo o século de humilhações, ela só vai ser incorporada mesmo durante a Guerra Fria, depois da Segunda Guerra Mundial, lá nos anos 70, sobretudo, a partir dos anos 70. Então, em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, da vitória sobre o nazismo, dos Estados Unidos, dos aliados e da União Soviética, que venceram os nazistas, a Europa perde o protagonismo pela primeira vez na história, e nos últimos 80 anos, a Europa se tornou coadjuvante num sistema que eles mesmos inventaram, que eles mesmos criaram, que eles formularam as regras, as leis, a luta pelo poder, a luta pela expansão contínua, as lutas econômicas, as guerras imperialistas, a exploração da periferia, do sistema internacional, da periferia, dá sem periferia, dos países periféricos, das colônias primeiro, depois das ex-colônias, num sistema de dependência, e eles vão perder esse protagonismo. Agora o protagonismo passa a ser Estados Unidos e União Soviética, depois da Segunda Guerra Mundial. E hoje, depois que a União Soviética cai, vai ser Estados Unidos e China.

Onde estão os europeus? Eles perdem, eles são coadjuvantes. Então, veja, o principal país, a principal economia europeia, qual que é, Giulia?

Giulia: É a do Reino Unido, ou da Alemanha? (5:26)

Pedro: Alemanha. Reino Unido e Alemanha. Exatamente. Alemanha é a principal economia. Alemanha não tem autonomia militar. Por quê? Porque perdeu a Segunda Guerra Mundial e se tornou um país ocupado, ocupado pela OTAN. Então os Estados Unidos não permitiram que a Alemanha voltasse a ser uma potência militar. Eles não podem ter armas nucleares, nem a Alemanha, nem a Itália, que foram os países derrotados nas duas guerras mundiais. Então são países ocupados. Então a Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, se convencionou mais ou menos o seguinte, os Estados Unidos vão cuidar da nossa segurança, vão cuidar da nossa defesa, aí criou-se a OTAN, que é a Organização Tratado do Atlântico Norte. Então a OTAN cuida da

segurança dos europeus, que tem os Estados Unidos e os países da Europa, os principais países da Europa. Os Estados Unidos cuidam da nossa defesa e nós vamos cuidar da nossa economia. Então nós não precisamos gastar com defesa, nós não precisamos gastar de maneira exacerbada com militarismo, porque a gente tem a proteção dos Estados Unidos, contra, num primeiro momento, os soviéticos, porque isso funcionava bem. E assim foi, mesmo depois que acabou a Guerra Fria, até o Trump entrar, porque o Trump começa a atacar a OTAN, lá no primeiro mandato dele, já em 2016. Ele teve péssimas relações com a Angela Merkel, que era a principal líder da Alemanha e da Europa, durante muito tempo. Então a Merkel percebeu que o Trump não era uma pessoa confiável, não era um líder confiável.

Depois quando o Biden ganha, ele tenta restaurar o que o Trump começou a derreter, a desconstruir. O Macron vai dizer o seguinte, quando tem a guerra na Ucrânia, e a partir daquele momento o Biden começa a retomar a agenda da OTAN, ele vai dizer, a OTAN estava respirando por aparelhos, disse o Macron, durante o período do Trump. Estava respirando por aparelhos, já estava na UTI, e aí ela volta a ter protagonismo. Só que o Trump venceu de novo. Então o que os europeus perceberam? Não é um problema do Trump, o problema é da sociedade americana, porque o Trump pode sair amanhã, mas pode entrar outro sujeito, trumpista, de extrema direita, pode entrar o Didey Vences, que é o vice dele, ele pode ser eleito amanhã. Entende? Então não é que não dá pra confiar no Trump, como se viu em 2016, não dá pra confiar mais nos Estados Unidos, na sociedade, nós não podemos contar com a proteção deles, nós não teremos mais a proteção militar deles.

Então eles começam esse projeto de nova corrida armamentista e militar, que é esse projeto 2030. Então é um projeto que visa resgatar o papel da Europa histórico, que é um papel que ficou apagado nos últimos 80 anos, que é um período curto na história, se você pegar do século XV e XVI até hoje, só durante 80 anos a Europa perdeu o protagonismo. E agora eles querem retomar, sabe, na história de longa duração, de longa duração, é um período relativamente pequeno. Então agora eles querem retomar o protagonismo que eles sempre tiveram, e pra isso eles precisam de poder, e pra isso eles precisam de armas, e eles precisam de armas potentes pra fazer frente, pra se protegerem, e pra terem condições de discutir com os Estados Unidos, com China e com Rússia. Então essa é a questão centenal.

Giulia: Tá, e em que medida você acredita que o *Readiness* pode desencadear uma corrida armamentista não só dentro da Europa, mas também em outras regiões como o Ártico e o Indo-Pacífico? Então isso gerar um efeito dominó mesmo?

Pedro: É, essa corrida armamentista vai pressionar as disputas geopolíticas, militares e armamentistas em toda a região da Eurásia, da Europa e da Ásia estendida, porque são mais potências tentando ocupar espaços, e não existe vácuo de poder na geopolítica. Nas relações internacionais não existe vácuo, não existe vazio de poder. Quando um, pra um avançar, o outro tem que retroceder, pra um subir, o outro tem que cair. E essa corrida já tá acontecendo, ela já tá acontecendo com a Rússia, já tá acontecendo com a China, já tá acontecendo com os Estados Unidos, que são os três países que tão disputando a geopolítica global principalmente os Estados Unidos e China, mas obviamente a Rússia também. Então com a Europa tentando reassumir esse papel histórico que eles sempre tiveram, essa corrida armamentista, ela tende a se intensificar.

As tensões geopolíticas vão ficar maiores e nós vamos ter uma espécie de nova explosão expansiva do sistema internacional, é o termo do professor José Luiz Fiori, uma nova onda de expansão explosiva. É quando o sistema sofre um alargamento, por causa exatamente dessas disputas entre as grandes potências, e essas disputas que são militares, que são geopolíticas. Então nós tendemos a ter, com essa volta que a Europa planeja, está desenhando, que é uma coisa pra amanhã, que provavelmente não vai ser consolidada em 2030, mas 2030 é um passo importante, é uma coisa pra mais tempo, nós vamos ter um sistema cada vez mais competitivo, o sistema internacional cada vez mais competitivo, cada vez mais disputado e cada vez mais tenso. Isso não vai trazer mais estabilidade para o sistema, vai trazer mais disputa e mais instabilidade.

O senhor considera possível que o *Readiness 2030* se torne o embrião de uma futura força militar europeia unificada, substituindo gradualmente o OTAN? Já não dá pra rejeitar, é difícil falar, porque depende de muitas condições, porque aí depende do futuro da política externa americana, que nós não sabemos qual que vai ser. Se amanhã entram os democratas lá de novo, nas próximas eleições, eles vão tentar reconstruir o OTAN, fazer... Entende? Mas esse não é o ponto central, o ponto central é que houve uma quebra de confiança, os cristais foram quebrados, a Europa

percebeu que não pode depender dos Estados Unidos. Então o OTAN não precisa deixar de existir formalmente. Com o OTAN ou sem o OTAN, há um projeto europeu de soberania militar, que está em curso, que é o tema aí da sua pesquisa, e que significa autonomia com relação aos Estados Unidos, autonomia e independência. E isso significa mais um ator relevante na geopolítica do poder, nas relações internacionais. Hoje nós temos três, são Estados Unidos, China e Rússia. A Europa é coadjuvante, isso é o resgate da Europa ao seu papel central. E como soberano, não como é hoje, e como é desde 1945, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um continente tutelado pelos Estados Unidos. Um continente que não tem política externa, que a política externa é fazer a vontade da Casa Branca. Então é um outro passo, eu acho que esse é o ponto central.

Giulia: E quais seriam, na sua visão, os efeitos mais prováveis do programa sobre o equilíbrio global do poder até 2050? Ele tem de estabilizar a ordem internacional ou aumentar uma fragmentação geopolítica?

Pedro: É, eu acho que eu respondi isso. É mais instabilidade, mais fragmentação, exatamente isso. Porque você tem mais potências globais e militares disputando o mesmo espaço de poder. O espaço é o mesmo. Igual você falou do Ártico, outras regiões. O espaço de disputa pelo poder é o mesmo. Mas agora você tem mais atores internacionais disputando o mesmo espaço. Isso aumenta as tensões e aumenta a instabilidade.

C – DIÁRIO DE ORIENTAÇÃO

Data	Tema	Ações para serem realizadas
23/04/2025	apresentação e letramento digital	Orientações iniciais
31/03/2025	Indicações de texto para leitura, discussão sobre o refinamento do tema do TCC	Ler os textos indicados, iniciar o texto com o novo refinamento do tema
04/01/2025	Reunião individual de redirecionamento	Refazer o projeto de texto com o novo tema
04/07/2025	Esclarecimento de dúvidas	seguir com o projeto de texto agora com as dúvidas pessoais esclarecidas
15/04/2025	Devolutiva e considerações do projeto de pesquisa	iniciar a correção, aprofundamento e refinamento do projeto de pesquisa
30/04/2025	Primeiras orientações sobre como começar a redigir o documento do TCC	Começar a organizar a introdução, continuar com as leituras e esboçar o sumário
09/05/2025	Orientações para como iniciar o TCC após a leitura sistemática realizada	Fazer a nuvens de palavras no Tagul, iniciar a introdução e primeiro capítulo com base no TCC da Juliana lee
27/05/2025	Reunião Individual para sanar algumas dúvidas	Fazer os ajustes com base nas dúvidas respondidas, começar o tópico 1.5 referente ao levantamento bibliográficos e esboçar o sumário até a próxima reunião.
30/05/2025	Discussão individual sobre o andamento do TCC e ajuda com o sumário	Após as modificações do professor no sumário iniciar a escrita do segundo capítulo além de produzir o mapa mental indicado pelo professor
06/06/2025	Orientação individual para acompanhar o processo do trabalho	Corrigir o nome do trabalho porque a OTAN não colapsou; finalizar a introdução e iniciar o capítulo 2
13/06/2025	Últimas orientações antes da entrega avaliada da introdução e do capítulo 1. Explicação sobre a metodologia estudo de caso, e discussão sobre dúvidas individuais	Realizar a leitura do texto indicado pelo orientador: Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso, e com base nele desenvolver o tópico 1.5.3. Realizar uma última revisão para ver se está tudo correto para a entrega e realizar a primeira leva das referências bibliográficas
23/06/2025	devolutiva da Introdução e capítulo 1, discussão sobre o andamento e o futuro do trabalho, e organização do planejamento para as férias de julho	colocar o texto todo em preto, continuar e finalizar o capítulo 2, iniciar e esboçar o capítulo 3 até o retorno das aulas em agosto
6/07/2025 - 12/07/2025	atualização de férias (sem reunião)	finalização da escrita do tópico 2.1

13/07/2025 - 19/07/2025	atualização de férias (sem reunião)	leitura sobre as teorias da paz
20/07/2025 - 26/07/2025	atualização de férias (sem reunião)	escrita e finalização do capítulo 2
27/07/2025 - 31/08/2025	atualização de férias (sem reunião)	início do capítulo 3 + esboço
07/08/2025	Reunião pós- férias, orientações de produção para o 2º semestre	Continuar a produção, e pensar em como trazer informações originais para o trabalho (seja por pesquisas, análise de dados por conta própria, etc)
14/08/2025	Orientação individual para tirar dúvidas pessoais + planejamento do capítulo 5	Continuar a produção do TCC, continuar o capítulo 3 e focar em fazer um capítulo 4 que foque em dados numéricos, mas também de atenção para a parte humanitária.
21/08/2025	Acompanhamento de processo	Dar continuidade à produção do TCC, priorizando a elaboração das perguntas para o entrevistado, que fornecerá parte do embasamento teórico do capítulo 5, a fim de que o material seja encaminhado ao departamento de ética do colégio.
04/09/2025	Orientações finais par a entrevista com o especialista	reduzir o número de perguntas mantendo apenas as perguntas que a base literária não tem como responder; reformular as perguntas, continuar a produção do TCC
11/09/2025	Orientações sobre a formatação do TCC, e fazer a primeira comunicação com o especialista	Continuar a produção do TCC cuidando com o número de páginas. Fazer o capítulo 4 com no máximo 15 páginas e mandar mensagem para o especialista para agendar uma reunião online
18/09/2025	Acompanhamento de processo	Continuar a produção do TCC, iniciar o capítulo 5; marcar e realizar a entrevista com o especialista dentro da próxima semana
25/09/2025	Orientações finais para a finalização do estudo	Divulgação dos prazos finais, e os últimos direcionamentos para a produção do capítulo 5 e considerações finais

(Fonte: autoria própria, 2025)

ANEXO

A - Lista de armamentos fornecidos pelos Estados Unidos à Ucrânia (2022-2024)

How Ukraine Is Tapping the U.S. Arsenal

U.S. security assistance between January 20, 2020, and April 26, 2024



Infantry arms and equipment

- 10,000 Javelin anti-armor systems
- 90,000 other anti-armor systems and munitions
- 2,000 Stinger anti-aircraft systems
- 9,000 TOW missiles
- 40,000 grenade launchers and small arms
- 400 million rounds of small arms ammunition and grenades
- 100,000 sets of body armor and helmets
- Night-vision devices, surveillance systems, thermal imagery systems, optics, and laser rangefinders
- C-4 and other explosives
- Explosive-ordnance-disposal equipment
- M18A1 Claymore mines
- Anti-armor mines
- Mine-clearing equipment
- Obstacle-emplacement equipment
- Medical supplies
- Field equipment, cold-weather gear, generators, and spare parts
- Chemical, biological, radiological, and nuclear protective equipment
- 18 armored bridging systems
- Rocket launchers and ammunition
- 25mm ammunition
- Counter-air defense capability



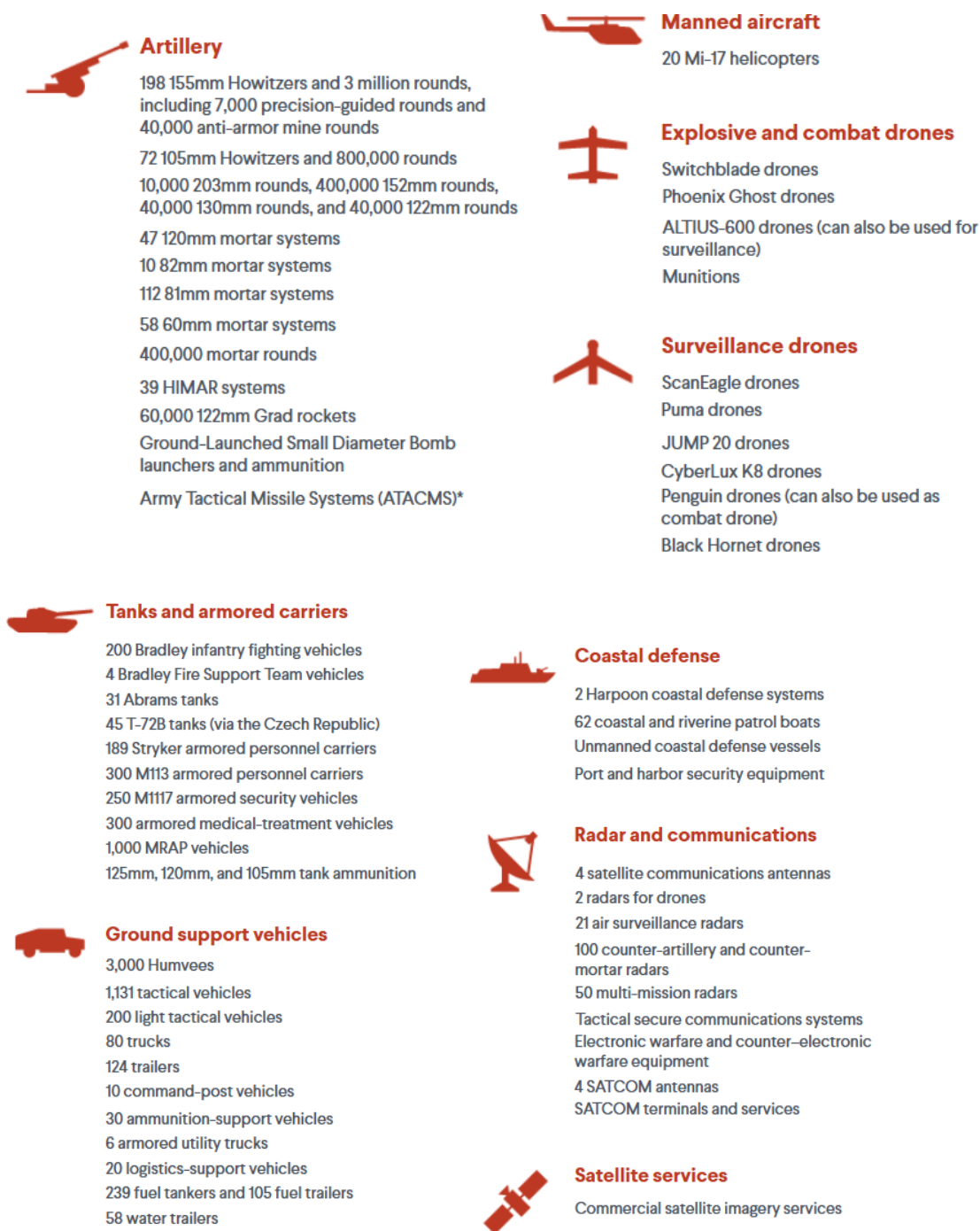
Air defense

- 1 Patriot air defense battery and munitions
- 12 NASAM systems
- Avenger air defense systems
- HAWK air defense systems and munitions
- Laser-guided rocket systems
- AIM-7 missiles
- RIM-7 missiles
- AIM-9M missiles
- Antiaircraft guns and ammunition
- Equipment to integrate with and sustain Ukraine's systems and to protect critical infrastructure
- VAMPIRE anti-drone systems and munitions
- Anti-drone gun trucks and ammunition
- Anti-drone laser-guided rocket systems
- Air defense systems components
- Other anti-drone equipment



Air-to-ground missiles

- High-speed anti-radiation missiles (HARMs)
- Precision aerial munitions
- 6,000 Zuni aircraft rockets (can function as air defense)
- 20,000 Hydra-70 aircraft rockets



Reported by media outlets and required by April 2024 legislation but not officially announced

Note: Some numbers are approximations.

Sources: U.S. Department of Defense; CFR research.

CONCIL

(Fonte: Conciul on foreign relations, 2025)